



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

106^a Reunião Ordinária do CONAMA.

Brasília/DF.
30 de Maio de 2012.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal,
2 senhores e senhoras, tomem seus lugares. Pessoal, vamos sentando. Turma,
3 já temos quorum e temos muita coisa para fazer. Eu quero declarar aberta a
4 nossa 106ª Reunião Ordinária do Conama e nós vamos começar hoje de uma
5 forma um pouco diferente, nós tivemos uma grande renovação dos órgãos
6 dirigentes do MMA nos últimos meses e eu queria aproveitar então o Conama
7 para apresentar alguns dos novos secretários e dirigentes, em particular do
8 Ibama e do ICMBio, não que sejam pessoas que vocês não conheçam, mas,
9 enfim. Dr. Volney é um dos nossos dirigentes máximos aqui do Conama, mas
10 agora ele vai acumular com a presidência do Ibama, então uma salva de
11 palmas para o Volney. Ele assume o lugar do Curt depois de relevantes
12 trabalhos do Curt nesses processos aqui, o Curt conseguiu ultrapassar a marca
13 de um ano na presidência do Ibama, chegou aos 15 meses, o Volney está
14 agora assumindo, a expectativa nossa é que ele consiga subir a média de
15 longevidade na presidência do Conama. O Kurt se afastou por razões
16 pessoais, se aposentou, não tem nada a ver com o desempenho dele, estamos
17 todos muito gratos aqui pela atuação do Curt nesse processo desse período,
18 mas agora nós temos que dar as boas-vindas ao novo presidente, nosso
19 anfitrião também e uma pessoa que praticamente não conhece o Conama, é
20 um sujeito que vai ter que se inteirar de tudo, hoje ele está aqui numa dupla
21 função de copiloto da reunião e de presidente do Ibama, eu acho que vai
22 facilitar muito o contato também com vários de vocês aqui presentes em função
23 do relacionamento e da amizade que todos temos e do respeito que temos pela
24 atuação do Volney. Eu queria chamar também alguns dos novos secretários, o
25 Dr. Carlos Klink, eu acho que poderia subir todo mundo então. Vem Klink, vem
26 você, Paulo Guilherme e Pedro Wilson. Eu vou rapidamente introduzi-los e
27 passar a palavra para cada um fazer uma saudação, o Paulo Guilherme
28 assume a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural no lugar do
29 Roberto Vizentin, o Pedro Wilson assume a Secretaria de Recursos Hídricos e
30 Ambiente Urbano e o Dr. Carlos Klink a Secretaria de Mudanças Climáticas e
31 Qualidade Ambiental. O Vizentin está preso no grito da terra, ele está preso no
32 trânsito, mas ele está a caminho, ele também deve se incorporar aqui a este
33 momento, ele assumiu a presidência do Instituto Chico Mendes, também é uma
34 pessoa que vocês já conhecem, trabalhava na Secretária de Extrativismo e
35 Desenvolvimento Rural, agora ocupada pelo Paulo Guilherme. Eu vou passar
36 rapidamente a palavra a cada um dos recém empossados dirigentes para que
37 transmitam vocês uma mensagem de recém-chegados, digamos assim.

38
39
40 **O SR. PAULO GUILHERME (Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento**
41 **Rural)** – Bom dia a todos e a todas. É uma satisfação muito grande estar aqui
42 nessa reunião do Conama, mais uma reunião, eu já participei aqui muito
43 anteriormente representando o Estado de Mato Grosso do Sul, quando nós
44 estávamos lá no Governo Estadual. Agora, dando sequência à nossa
45 colaboração, a participação aqui no Ministério do Meio Ambiente, vim assumir a
46 Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável numa
47 publicação no Diário Oficial feita no dia 13, numa sexta-feira, espero que isso
48 seja um motivo de sorte. O nosso desafio é muito grande, a área rural do País

49 agora com a discussão do Código Florestal, um tema bastante que incide
50 diretamente sobre as atividades produtivas. Então nós temos várias iniciativa
51 do Ministério do Meio Ambiente no sentido de apoiar iniciativas que promovam
52 um modo diferente e sustentável de produção e isso requer uma articulação
53 muito forte com vários Ministérios, com os governos estaduais, nós estamos
54 agora nesse desafio especialmente do Código Florestal de implementar o
55 cadastro ambiental rural, isso envolve diretamente os Governos estaduais e
56 nós, desde o ano de 2010, estamos discutindo com cada um dos Estados uma
57 integração mais efetiva do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, do ICMBio
58 com os governos estaduais para a implementação do cadastro ambiental rural,
59 que é uma peça, um instrumento fundamental hoje colocado no novo Código
60 Florestal, esperamos que isso tenha efeito agora de imediato, além disso,
61 temos outras ações também, por exemplo, com o Zoneamento Ecológico
62 Econômico, com alternativas produtivas do extrativismo, então são várias
63 ações que envolvam os governos estaduais e os Ministérios e a sociedade civil.
64 Também agora saí do Ministério, estava acompanhando um pouco ali a
65 manifestação da Contag, essa é uma outra ação também forte do Ministério,
66 que a Secretaria também se envolve diretamente na negociação das pautas de
67 reivindicação dos movimentos do campo, então isso também novamente
68 reforça a nossa necessidade de integração e o Conama é um espaço
69 privilegiado para a discussão dessas medidas, das Resoluções, dessa interface
70 da política ambiental com essas reivindicações, com essa postura de mudança
71 do modelo produtivo no campo, que cada vez é mais exigido e que agora na
72 Rio+20 certamente nós vamos poder consolidar algumas ações que já vêm
73 sendo implementadas. Então, brevemente a minha saudação, o meu
74 cumprimento, espero poder contar também com a colaboração de cada um de
75 vocês, já que as nossas ações dependem muito desse envolvimento com as
76 entidades que aqui compõem o Conama. Obrigado. (*Palmas!*)

77
78

79 **O SR. PEDRO WILSON (Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente**
80 **Urbano)** – Bom dia a todos e a todas. Saudando o Dr. Francisco Gaetani,
81 Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, saudando nele os
82 colegas da mesa, o Doutor Volney, o Dr. Adriano, os colegas secretários. Estou
83 assumindo a Secretária Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do
84 Ministério, a convite da Ministra Izabella e da Presidenta Dilma. Estamos lá
85 para aprender. Eu quero trabalhar pelo desenvolvimento sustentável no Brasil.
86 Já fui membro do Conama representando a Frente Nacional de Prefeitos em
87 2005/2006, olhando o público aqui reencontro Deputados Federais que comigo
88 tivemos mandatos em Brasília lutando na questão do meio ambiente,
89 companheiros de organizações não governamentais, secretários, como o
90 secretário Humberto, promotor de saúde de Goiás e todos os outros. Então, eu
91 fico feliz de estar aqui para estar junto com o Conama e nós temos também
92 outro Conselho que participo, que é o Conselho Nacional de Recursos
93 Hídricos, tão importante quanto o Conama na fiscalização, na proposição, no
94 controle, na proposta de políticas para o desenvolvimento sustentável do Brasil.
95 Eu agradeço esta oportunidade e depois de prefeito, vereador e Deputado
96 Federal por três mandatos, trabalho na Universidade Federal de Goiás e na
97 Universidade Católica, onde fui reitor, então eu me sinto, mais do que muita

98 gente aqui, me parece que eu sou um dos mais velhos, de que nós temos
99 muita coisa a contribuir com o desenvolvimento do Brasil e no Ministério nós
100 vamos estar trabalhando nesse sentido, a questão dos resíduos sólidos, a
101 questão da água, a água urbana, a questão da qualidade do ar, várias
102 questões, por exemplo, a questão do ambiente urbano e estou substituindo
103 com muita honra o Doutor Nabil Bonduki, professor da FAO/USP, que esteve
104 como secretário, também ex-deputado. Então nós estamos lá para trabalhar e
105 estar atentos àquilo que nós temos por cumprir nos planos, nas políticas
106 públicas para que nós possamos estar presente nesse dia 05 próximo com
107 propostas para o Brasil, estar na Rio+20, enfim, quero estar à disposição lá na
108 Secretaria, a Ministra Izabella Teixeira pediu que nós pudéssemos ter a
109 audiência máxima possível das representações sociais, dos movimentos
110 sociais, das universidades, dos institutos, das empresas, das representações
111 municipais, estaduais no que diz respeito à questão dos recursos hídricos e
112 ambiente urbano. Muito obrigado Doutor Francisco Gaetani, muito obrigado a
113 todos, estamos lá trabalhando, está aqui também o Silvano, eu não sei se ele
114 chegou, o Doutor Moacir, a Doutora Zilda, da nossa Secretaria e queremos
115 trabalhar com as nossas Secretarias e trabalhar com o Conama, que é um dos
116 mais expressivos Conselhos nacionais do Brasil e também com o Conselho
117 Nacional de recursos Hídricos, tão importante porque, para concluir, eu acho
118 que o tema do século XXI não é petróleo, o tema do século XXI é água e a
119 água é vida, nós temos dois símbolos no mundo que são vida, o símbolo da
120 água e o símbolo da mulher, que eu saúdo a participação cada vez mais
121 crescente da mulher na política brasileira e nesse momento eu espero mais
122 expressiva ainda nos próximos anos. *(Palmas!)*.

123

124

125 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Já com
126 o Vizentin na mesa, vamos passar a palavra então para o Doutor Carlos Klink,
127 nosso secretário de mudanças climáticas.

128

129

130 **O SR. CARLOS AUGUSTO KLINK (Secretaria de Mudanças Climáticas e**
131 **Qualidade Ambiental)** – Obrigado, secretário Gaetani. Bom dia. É uma grande
132 honra, um grande prazer estar aqui no Conama. A Secretaria de Mudanças
133 Climáticas, como vocês sabem, o tema de mudança climática é um tema de
134 altíssima prioridade para o país, para o Ministério, o Ministério tem atuado
135 fortemente de modo a fazer valer fortemente a Política Nacional de Mudança
136 do Clima. O que eu posso dizer é que é um prazer estar participando dessa
137 agenda de mudanças climáticas junto ao Ministério, tanto na coordenação junto
138 com vários outros Ministérios, a Política Nacional de Mudança do Clima não se
139 faz apenas com o MMA, é um trabalho de integração com vários outros
140 Ministérios. Hoje, no período da tarde, nós temos reunião do grupo Executivo
141 do Comitê Interministerial para a Mudança do Clima, onde nós vamos
142 apresentar, estão sendo apresentadas ao Comitê Interministerial, que vai ter
143 sua reunião oficial na sexta-feira agora dos novos planos setoriais, o plano de
144 mineração, da indústria, do transporte e da saúde e um trabalho que a gente já
145 começa a iniciar também com um plano voluntário sobre a pesca, além dos
146 planos setoriais que já estão em andamentos, PP Cerrado, em andamento, e

147 alguns deles já em revisão, o plano de eficiência energética, agricultura de
148 baixo carbono, esse elenco todo faz parte da nossa agenda. Para isso, o
149 Fundo Clima, que começou a funcionar formalmente no ano passado, já
150 começa a ganhar bastante vulto e corpo, tanto no lado dos seus desembolsos
151 de recursos não reembolsáveis e já também disponível recursos para o setor
152 privado, para os temas que foram elencados como prioritários para
153 investimento, que é feito pelo nosso parceiro do lado financeiro que é o
154 BNDES. Tem algumas outras agendas, além da Conferência das Partes, que já
155 está chegando, já estamos trabalhando com a perspectiva, Código Florestal,
156 posse Rio+20 com a agenda climática que só tende a crescer para a próxima
157 Conferência das Partes agora no final do ano, no Catar e algumas agências
158 que nós já estamos trazendo junto ao corpo do grupo executivo, que
159 posteriormente será levado ao Comitê Interministerial, a agenda de rede,
160 floresta bastante importante para esse Conama e para a sociedade de modo
161 geral. Estamos trabalhando fortemente também com o Ministério da Fazenda e
162 outros Ministérios, de Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio, por exemplo,
163 Agricultura na estruturação do mercado brasileiro para créditos de carbono no
164 Brasil. Também vai ser tema que será elencado junto ao grupo executivo. Isso
165 tudo vai demandar de nós, além de uma grande coordenação entre os vários
166 Ministérios, várias Secretarias dentro do Ministério do Meio Ambiente, uma
167 parceria muito forte com a sociedade. Na reunião de hoje à tarde vai ser
168 apresentado um estudo que nós encomendamos de harmonização das
169 políticas, política nacional e políticas estaduais. Como todos sabemos, existem
170 vários estados avançando com várias políticas estaduais e nós acreditamos
171 que para que nós possamos avançar a contento vai ser necessário haver uma
172 harmonização dessas políticas todas, vamos fazer uma apresentação hoje
173 sobre isso e já estamos elaborando uma agenda com os Estados a partir dessa
174 apresentação de hoje em termos de harmonização das políticas nacional e
175 federal. Temos buscado também muita aproximação com a sociedade civil,
176 setor privado, não só nos fóruns constituídos, Fundo Clima, Fundo Amazônia,
177 mas várias associações de classe do setor privado têm nos procurado no tema
178 de eficiência energética e ganho de eficiência em vários processos do setor
179 produtivo, cadeias produtivas e etc., inclusive uma discussão de como elaborar
180 a proposta nacional de mensuração, que é um compromisso da Secretaria de
181 como mensurar as emissões de gás de efeito estufa no Brasil. Não podemos
182 deixar de mencionar outros temas que também são pertinentes à Secretaria. O
183 Protocolo de Montreal, por exemplo, o Brasil já alcançou as suas metas, quase
184 três anos antes da meta que deveria ter sido alcançada dois ou três anos para
185 frente e mostra o empenho e a dedicação da equipe do Ministério e com outros
186 Ministérios e parceiros para logramos aí a política nacional. E a Secretaria
187 está de portas abertas para quem quiser se aproximar, conversar, estamos
188 realmente decididos a dialogar com todos. Muito obrigado. *(Palmas!)*.

189
190

191 **O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN (Presidente do ICMBio)** – Eu quero
192 transmitir a todos e a todas uma saudação muito respeitosa ao tempo também
193 que me apresento aqui ao Conselho na condição de presidente do ICMBio,
194 sempre uma referência muito especial ao Doutor Paulo Nogueira e, de forma
195 muito sintética, compartilhar com os Conselheiros e Conselheiras a missão nos

196 atribuída pela Ministra Izabella Teixeira frente ao ICMBio, que em síntese
197 poderia ser expressa com a ideia de que o nosso grande desafio efetivamente
198 é elevar as unidades de conservação ao centro de agenda do desenvolvimento
199 do País. Contribuí para isso evidentemente. E nós temos plena clareza de que
200 essa tarefa não pode ser cumprida fora do Sistema Nacional de Unidades de
201 Conservação. Portanto, estamos falando centralmente do SNUC e do Pacto
202 Federativo, da relação entre a União, Estados e Municípios. E eu tenho
203 comigo, secretário Gaetani, de que o Conama é um espaço privilegiado para
204 que possamos de fato alavancar essa agenda associada às unidades de
205 conservação e à conservação e ao desenvolvimento sustentável do País.
206 Portanto, sem maiores delongas, eu gostaria aqui então, nesse momento de
207 apresentação, nos colocar à disposição e também assumir o compromisso de
208 apresentar ao Conama uma proposta de uma agenda de debate que renove as
209 nossas perspectivas em relação à Política Nacional e ao Sistema Nacional de
210 Unidades de Conservação em contribuição ao debate que possa realmente
211 trazer novos horizontes para consolidar as unidades criadas e nos direcionar
212 para a ampliação em direção às metas que estão colocadas para o país, para
213 os Estados dentro dos compromissos assumidos no contexto do projeto de
214 desenvolvimento nacional e dos acordos internacionais. Eu fico à disposição e
215 muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas!)*.

216

217

218 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Para
219 terminar a nossa rodada de apresentações, vamos para o nosso anfitrião e
220 ilustre desconhecido Dr. Volney Zanardi.

221

222

223 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado secretário Francisco
224 Gaetani. Eu queria também cumprimentar o presidente do ICMBio, Dr. Roberto
225 Vizentin, o Dr. Paulo Guilherme, colega já há bastante tempo no Ministério do
226 Meio Ambiente, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural
227 Sustentável, o Dr. Pedro Wilson e o Dr. Carlos Klink, nossa diretora também
228 aqui presente. Bom, eu vou falar muito rapidamente, quer dizer, nessa reunião
229 eu me sinto muito em casa realmente hoje, porque eu estou aqui no Ibama
230 como presidente e também nessa reunião do Conselho, a qual eu tenho a
231 honra de participar desde 2007. Realmente o Conama para qualquer pessoa,
232 mas principalmente para um gestor público é uma escola, o que se passa aqui
233 dentro, tanto na relação técnica, institucional e política é uma experiência
234 extremamente proveitosa e eu acho que todos nós Conselheiros aqui temos
235 essa oportunidade, esse privilégio de desfrutar desse ambiente, que é um
236 Conselho de uma tradição como é o Conama. Para mim é muito interessante,
237 quer dizer, depois de ter passado por prefeitura, governo estadual, 10 anos no
238 Ministério do Meio Ambiente em diversas, vamos dizer assim, posições, chego
239 agora à presidência do Ibama com essa missão que a Ministra Izabella nos
240 determinou de, vamos dizer assim, trazer o Ibama junto para esse processo
241 que é um processo que já vem há algum tempo se desenvolvendo de
242 modernização. Quer dizer, eu passei no Ibama 10 anos atrás, volto agora, vejo
243 o grande avanço que se fez nas mais diversas áreas, desde a parte de, vamos
244 dizer assim, de infraestrutura, tecnologia de informação, até os aspectos

245 relacionados à política com o nosso pessoal, de gestão de pessoal e a Ministra
246 deixa muito claro o momento que nós vivemos na política ambiental onde nós
247 temos um momento de transição. Nós vemos esses recentes debates onde nós
248 vivemos a discussão da Lei Complementar 140 que conviveu com todo um
249 debate sobre o Código Florestal e que nós deveremos ter outros desafios ainda
250 nessa discussão da reflexão que o próprio país está fazendo sobre a política
251 ambiental. Dentro disso, o Ibama como o braço executivo federal é
252 fundamental que tenhamos consciência dessa conjuntura e também tenhamos
253 consciência do nosso papel de como esse conjuntura evolui na visão de um
254 sistema nacional de meio ambiente. Ontem eu tive o prazer de ter sido
255 convidado para a reunião da ABEMA, foi uma reunião extremamente
256 proveitosa onde a ABEMA apresentou algumas reflexões que estão fazendo
257 em relação à regulamentação da Lei Complementar 140 e deixamos
258 claramente que o Ibama está atento, está aberto a esse processo de
259 regulamentação da Lei Complementar 140, que é, vamos dizer assim, o nosso
260 software que nós temos que desenvolver para fazer esse sistema funcionar.
261 Também logo em seguida tive a oportunidade, eu fui convidado pela
262 Associação Nacional das Entidades Ambientais dos Municípios – ANAMMA e
263 também conversamos lá sobre a interface e algumas interfaces que existem
264 entre o Ibama e entre os próprios municípios, falamos de todo um processo
265 que já vem sendo implementado há uns dois ou três anos em relação à taxa de
266 controle e fiscalização ambiental, que ela tem todo um potencial não só de
267 ajudar no processo de financiamento do sistema, que é pequeno ainda, mas de
268 articular principalmente a informação e os nossos órgãos em função de uma
269 agenda, de um instrumento que está previsto na nossa política. Eu acho que
270 esse é um papel que cada vez mais dentro da perspectiva de uma
271 regulamentação e da implementação da Lei Complementar 140 vai aparecer.
272 Isso é uma questão dos sistemas nacionais de informação, assim como a
273 perspectiva de se estruturar uma agenda nacional em cima de metas e
274 indicadores ambientais. Quando nós formos olhar para a questão do sistema e
275 aí esse papel de descobirmos alternativas, porque hoje muita discussão que
276 temos sobre a implementação da LC 140 é como é que nós distribuimos nessa
277 grande quantidade de atribuições e de ações que precisam ser feitas e como
278 sustentamos isso aí, como nós criamos capacidade dentro desse processo.
279 Então, por trás disso vem também uma discussão de financiamento do
280 sistema, que nós não podemos, eu acho, como esse marco da LC 140 torna-se
281 mais clara a necessidade de visualizarmos estratégias e nos parece que
282 trabalharmos de uma forma integrada no desenvolvimento de estatísticas,
283 indicadores ambientais que consigam clarear o avanço das nossas políticas é
284 uma questão fundamental para que nós articulemos estratégias de
285 financiamento para esse sistema. Então eu acho que esse é um pensamento
286 que a Ministra Izabella tem, que nós no Ibama estamos totalmente aderentes
287 no sentido de cumprir esse papel dentro do papel federal, dentro do Sistema
288 Nacional coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e executar essas
289 questões, desenvolver esses instrumentos que facilitam o processo de
290 integração e de execução da Política Nacional. O foco nós temos a nossa
291 responsabilidade como órgão federal, mas nos enxergamos dentro desse
292 sistema como todos nós nos Estados, municípios, entes que precisam trabalhar
293 com essa visão integrada. Eu acho também fundamental chamar atenção da

294 própria relação que nós temos com o Governo Federal, temos toda uma
295 agenda que nós temos estruturada dentro do PAC e outros aspectos, outras
296 ações que estamos dando andamento, todo esse trabalho muito bem, temos
297 visto os relatórios que temos recebido dentro das diretorias, e a abertura que
298 nós temos também tanto para a relação com o setor empresarial como a
299 sociedade civil. Então eu acho que esse processo é um processo que, ao
300 chegar ao Ibama, nós temos essa experiência de ter vivido este Conselho e
301 com certeza isso vai nos acompanhar durante todo esse processo de gestão
302 conforme orientação da Ministra Izabella. Eu queria agradecer mais uma vez a
303 todos. Boa reunião. *(Palmas!)*.

304

305

306 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos
307 então dar início aos trabalhos. Eu queria liberar o pessoal, exceto o Volney,
308 que está aqui na condição de membro do Conama, co-coordenador da reunião
309 e presidente do Ibama. Eu queria só lembrar um pequeno adendo aqui na fala
310 do Volney, ninguém melhor do que ele que, juntamente com a Doutora Marília,
311 vinha coordenando os trabalhos relacionados à regulamentação e
312 implementação da LC 140, que é um dos pontos-chave da nossa agenda
313 intergovernamental, a nossa agenda federativa em relação à articulação dos
314 estados e municípios no que diz respeito ao licenciamento ambiental. Bom,
315 vamos começar com a aprovação da ata da reunião passada. Aqui eu peço a
316 compreensão de todos, nós vamos ter uma pequena inversão da programação
317 em função da agenda da Ministra. Os pontos relacionados à semana do meio
318 ambiente, ao lançamento do livro com as Resoluções do Conama, aos
319 informes sobre a Rio+20 vão passar para a parte da tarde quando a presença
320 da Ministra é esperada no evento. Nós vamos então, o primeiro ponto é
321 verificar, nós já temos a verificação do quorum, temos quorum, é a aprovação
322 da ata da Reunião Ordinária, a 105ª Reunião Ordinária. Aqueles que têm
323 alguma objeção em relação à ata, por favor, se manifestem. Aqueles que
324 concordam com a aprovação da ata, por favor, se manifestem. Está aprovada a
325 ata da 105ª Reunião Ordinária. Bom, ainda na rodada de apresentação nós
326 vamos passar rapidamente à apresentação de alguns novos Conselheiros do
327 Conama. Nós temos hoje aqui algumas pessoas novas, eu vou pedir para a
328 Adriana anunciá-las e peço que elas se levantem para que todos possam
329 conhecê-las.

330

331

332 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Então
333 bom dia a todos. Nós temos aqui alguns novos Conselheiros tanto na condição
334 de titular quanto na condição de suplente. O Roberto Vizentin, do ICMBio, que
335 também é Conselheiro do Conama agora; o Pedro de Castro da Cunha
336 Menezes, que é o suplente do próprio ICMBio, que não está aqui presente; o
337 William Zambelli pelo Ministério das Comunicações, se estiver aqui presente
338 nós pedimos que se levante; Javier Andres Garcia Alfaro, também pelo
339 Ministério das Comunicações; Eduardo da Costa Pereira Júnior, pelo Ministério
340 da Defesa; Gustavo de Souza Abreu, Ministério da Defesa também; Lourival
341 Batista, Educação; Minas e Energia Dione Macedo; pelo Ministério dos
342 Transportes Katia Matsumoto Tancon; Mateus Salomé do Amaral, Ministério

343 dos Transportes também; Clarissa Rihl Jokowski pela Secretaria dos Direitos
344 Humanos da Presidência da República; Ana Flávia Rocha de Melo Souza pela
345 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da
346 República; Arnaldo Jordy pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento
347 Sustentável da Câmara dos Deputados. Pelos governos estaduais, Governo do
348 Distrito Federal Eduardo Brandão Cavalcanti, não está aqui presente; Dálio
349 Mendonça Filho, também do Governo do Distrito Federal, bem vindo; Espírito
350 Santo, Patrícia Gomes Salomão; Fernando Aquinoga de Mello, Espírito Santo;
351 Governo de Goiás, Umberto Machado de Oliveira, bom dia, bem-vindo;
352 Governo do Mato Grosso, Heitor Medeiros; Governo de Minas, Ilmar Bastos
353 Santos; Rio Grande do Sul, Hélio Corbellini; Governo da Paraíba, Ana Maria de
354 Araújo Torres Pontes. Governo de municipais, ANAMMA Nacional, Eduardo
355 Jorge; Celma dos Anjos, ANAMMA Centro-Oeste; ANAMMA Sudeste, João
356 Ismael Ortulane Nardoto; ANAMMA Sudeste, Vasco de Oliveira Araújo;
357 ANAMMA Sudeste João Eustáquio Nacif Xavier. Então são esses os novos
358 Conselheiros.

359

360

361 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos
362 então dar início aos nossos trabalhos relacionados à nossa pauta de hoje.
363 Vamos começar com o ponto 4, os procedimentos do DConama. Foram
364 encaminhados para vocês os documentos, Adriana, você gostaria de
365 encaminhar o ponto.

366

367

368 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Aqui tem
369 só uma inovação, secretário, que nós estamos fazendo a partir dessa plenária,
370 que eu chamo a atenção dos Conselheiros, o resultado vai ser a partir de hoje,
371 esperamos receber contribuição quanto ao impacto que isto tiver. O resultado
372 vai ser tão somente as deliberações, aprovada, rejeitada, aprovada com
373 emendas, retirada de pauta e etc. Isso vai estar disponível no dia seguinte à
374 plenária. O que antes nós fazíamos e chamávamos de resultado será chamado
375 de sumário executivo, aí nós levamos alguns dias para fazer, que vem um
376 resumo da fala da Ministra, um resumo da tribuna livre, um resumo dos
377 informes aliado à toda questão das moções, rejeitado, aprovado e etc. Então o
378 sumário executivo é mais detalhado e o resultado tem tão somente as
379 deliberações.

380

381

382 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom,
383 vamos então dar início à tribuna livre. Eu pediria que todos que desejarem falar
384 procurem manter os seus três minutos regulamentares para dar condições de
385 mais pessoas participarem. Está aberta a tribuna.

386

387

388 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Nós já
389 temos alguns inscritos, o primeiro que já tinha pedido inscrição é o Lutti e eu
390 estou fazendo algumas outras inscrições.

391

392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420

O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Instituto o Direito por um Planeta Verde) – Bom dia a todos. Bom dia secretário. Eu vim à tribuna aqui como representante do Instituto o Direito por um Planeta Verde, que é um instituto que agrega juristas da área ambiental, e vou falar também em nome da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente, que agrega os promotores de justiça do meio ambiente de todo o Brasil, tanto dos Estados como o da União. Eu quero fazer aqui um registro contra a situação em que nos encontramos a respeito do Código Florestal. O debate foi intenso, porém houve total rejeição dos aspectos científicos do debate e tão somente foram levados em conta os aspectos econômicos. Não vem ao caso aqui dizer quais serão os impactos ambientais que todo mundo está cansando de saber e isso foi veiculado de todas as formas possíveis. Eu só quero deixar um protesto dessas duas entidades e dizer também que aquela tão propalada segurança jurídica que a bancada ruralista sempre levou a Plenário, ao contrário do que se diz da paz em relação às questões ambientais do Código Florestal, vai se abrir um imenso, mas um imenso debate judicial. A judicialização será intensa, não haverá segurança jurídica para nenhum empreendedor. E isso o país não quer. Esse debate, essa Medida Provisória vai permitir novamente uma reflexão, que nem diz o Volney agora há pouco, será que essa reflexão da política ambiental é uma reflexão de retrocesso? No momento em que todo mundo, todos os países, todas as entidades estão buscando proteção à água, que nem disse o novo secretário Pedro Wilson, a água será a grande demanda do século XXI e o Brasil, com esse Código, está completamente desprotegendo a água. Eu acho que esse debate deve ser levado à racionalidade e não às paixões político-partidárias momentâneas de um grupo que se encontra hoje hegemônico no Congresso. Obrigado.

O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Organização Ponto Terra/MG) – Conselheiras e Conselheiros, mesa, a minha palavra de consideração aos novos empossados, com destaque especial para as pessoas que nós conhecemos e respeitamos, Volney Zanardi, que é um dublê de ambientalista e também de gestor público competente, mostrou isso no nosso convívio aqui, na sua história também e também com o Pedro Wilson que foi meu colega durante alguns anos na Câmara Federal, representando a bancada de Goiás. Eu quero conversar com os senhores e com as senhoras sobre uma questão de Minas, mas que extrapola as fronteiras de Minas e que tem a ver com este Conama, que é a possível criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, para que as pessoas tenham uma ideia da importância desse parque, sem falar nos seus atributos naturais, a importância geográfica pela proximidade que tem com a região metropolitana de Belo Horizonte, que tem com a cidade turística de Ouro Preto, que a grande maioria dos senhores e senhores conhece e, é lógico, pela sua importância naquilo que alguma pessoas já colocaram aqui antes, que é na questão dos recursos hídricos, até porque lá tem muito a questão da chamada canga. Então eu queria comentar com os senhores e senhoras a importância, da firmeza, é aí eu faço elogios, secretário, com que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vem conduzindo esse processo. E é importante que essa

441 firmeza, essa competência técnica e essa capacidade de discutir com a
442 sociedade continue, este parque é muito importante para nós mineiros, mas é
443 muito importante para o Brasil, por todos os seus atributos naturais, volto a
444 repetir, a questão da água também. Há uma possibilidade, é lógico, de ter um
445 confronto, um entendimento, diálogo, não sei a palavra certa, com as empresas
446 mineradoras que querem, até por direito, fazer a mineração de grande parte
447 dessa área. E a dificuldade que se tem então é a definição do perímetro desse
448 parque e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidades, prezada Adriana, tem
449 feito um trabalho com muita competência e eu quero parabenizar o novo
450 presidente do ICMBio, que até não conheço pessoalmente, mas porque eu
451 quero que as pessoas saibam que este Instituto Chico Mendes promoveu em
452 Minas Gerais durante cinco noites e uma tarde de sábado consultas públicas a
453 diversas comunidades, mostrando o respeito a estas cidades e aí eu saúdo a
454 ANAMMA, mostrando respeito ao Estado de Minas Gerais, aí eu saúdo a
455 ABEMA e em um encontro com a população, *in loco*, em cidades pequenas
456 como Raposa e outras médias, como Santa Bárbara e Ouro Preto também e
457 por fim eu queria que os senhores e senhoras soubessem que em um sábado
458 à tarde, no auditório da nossa quase secular faculdade de medicina, prezado
459 Francisco Gaetani, você permita-me chamá-lo assim que é de lá também, um
460 auditório lotado em um sábado à tarde, de 14h00min até 21h00min, o Instituto
461 Chico Mendes ouviu todas as vozes de um lado e de outro de uma maneira
462 muito democrática mostrando a mobilização. Então eu quero publicamente, em
463 nome da Ponto Terra, parabenizar ao Instituto Chico Mendes o processo que
464 vem trabalhando para a construção desse parque tão necessário para Minas,
465 mas necessário para o Brasil e necessário para o movimento ambientalista,
466 que é o Parque Nacional da Serra do Gandarela, com o perímetro que o
467 Instituto Chico Mendes está definindo e vai saber definir. Muito obrigado e
468 parabéns ao ICMBio.

469
470

471 **O SR. PAULO BRACK (Ingá)** – Eu faço parte do Ingá, uma das entidades da
472 região Sul aqui no Conama, entramos no ano passado e eu venho aqui fazer
473 uma declaração, mais uma manifestação de frustração em relação a vários
474 temas em que nos deixa, às vezes, sem muita vontade de... ou, às vezes,
475 frustrado realmente em ver que, às vezes, o papel do Conama não é valorizado
476 e, às vezes, a gente perde a oportunidade de sermos o órgão central da defesa
477 ambiental no Brasil. Então eu quero clamar pela defesa dos rios brasileiros,
478 pelo cumprimento da legislação ambiental contra a transgressão recorrente em
479 relação ao processo de elaboração de projetos do ponto de vista
480 principalmente do PAC sem estudos de viabilidade ambiental e ao mesmo
481 tempo o próprio processo de licenciamento ambiental no Brasil, que transgride
482 a lei, desconsidera inclusive a questão das áreas prioritárias para a
483 conservação da biodiversidade. Nós no ano passado já havíamos trazido aqui
484 que foi criado em 2007 a segunda versão do mapa das áreas prioritárias para a
485 conservação da biodiversidade, algumas em extrema importância e nós vemos
486 que o próprio Governo hoje, com essa Medida Provisória que diminui as
487 unidades de conservação em mais de um milhão de hectares, principalmente
488 na Amazônia, desafetando áreas, muitas delas, a maior parte delas como
489 áreas de importância à biodiversidade. Então, as próprias políticas que se

490 confrontam e a política de proteção, na realidade, fica jogada no abandono, e
491 isso é o nosso grande protesto, a inexistência de estudos de avaliação
492 ambiental estratégica como subsídio técnico para a proteção, gestão ambiental
493 das potencialidades da biodiversidade e das bacias que esse processo foi
494 abortado dentro do Governo, infelizmente parte dessas avaliações foram feitas
495 pelo próprio setor elétrico, então nós queremos sim que o Ministério tome a
496 rédea e realize a avaliação ambiental estratégica ou a avaliação ambiental
497 integrada em todas as bacias brasileiras e que nós revejamos os projetos do
498 PAC, porque não consideram a questão das áreas prioritárias para a
499 conservação da biodiversidade e não consideram a questão da viabilidade
500 ambiental com o processo prévio ao licenciamento ambiental, porque quando
501 entra no licenciamento já, no estudo de impacto ambiental, já “entra no brete”
502 em que nós já sabemos que a licença já está praticamente dada. Então, a
503 teimosia do Ministério de Minas e Energia e do próprio Governo em acelerar os
504 projetos cada vez mais de implantação, empreendimento hidroelétrico, o
505 parâmetro máximo de produção de energia a despeito dos milhares de
506 hectares, centenas de milhares de hectares que se perdem, um dos principais
507 fatores de desmatamento no Brasil hoje são as próprias hidrelétricas e que,
508 com os seus reservatórios, que em grande parte nem se tiram as áreas para
509 não se perder dinheiro, elas emitem gás de efeito estufa, principalmente o gás
510 metano. Então hoje nós estamos transformando os nossos rios em rios mortos
511 por uma política de governo, uma política de estado e o Conama tem sim que
512 tomar a sua função para evitar o que está transformando o Brasil, ou são os
513 grandes empreendimentos que estão destruindo maior parte dos rios sem
514 áreas de livre barramento, que deveriam ser consideradas, os estudos
515 científico-técnicos, eu faço parte de uma universidade e que a maior parte, a
516 grande parte dos cientistas, pesquisadores definem a necessidade de áreas de
517 livre barramento, mas não são consideradas e, além disso, nós temos agora a
518 questão de que, com o Código Florestal, nós vamos trazer aqui uma faixa
519 mínima de cinco metros de mata ciliar. Por favor. Então, nós queremos mais
520 seriedade, cinco metros de mata ciliar aí, volto ao ingá, uma copa de um
521 ingazeiro possui aproximadamente 10 metros, nós vamos ter que talvez até
522 cortar uma parte da copa do ingá para poder se encaixar naqueles cinco
523 metros de mata ciliar, ou seja, falta de seriedade. Então, isso que nos frustra,
524 eu como professor e como membro do Conama, eu quero ver se nós
525 conseguimos trazer aqui propostas para fazer avançar a política ambiental
526 brasileira. Mas nós sentimos muito dificuldade pela blindagem de vários setores
527 que estão aqui presentes para principalmente deixar que as coisas aconteçam
528 para o crescimento econômico. Então, desculpe o desabafo, nós esperamos
529 que nós retomemos o papel do Conama, o papel do Ministério do Meio
530 Ambiente, o papel do Governo Brasileiro que escute a sociedade e não
531 continue trazendo uma série de empreendimentos à revelia dos interesses da
532 população brasileira. Obrigado. (*Palmas!*)

533

534

535 **O SR. FRANCISCO SOARES (Fundação Rio Parnaíba)** – Antes de tudo eu
536 gostaria de parabenizar a Presidente Dilma por ter vetado vários artigos do
537 Código Florestal que estava para ser sancionado e o envio da Medida
538 Provisória ao tempo, e vamos esperar que a Medida Provisória seja melhor

539 aprimorada no Congresso Nacional ouvindo a sociedade civil, ouvindo a
540 sustentabilidade do Brasil. E desejar ao Volney, que conheço pessoalmente
541 aqui na Câmara Técnica, e aos demais que foram empossados, sucesso.
542 Vamos dar um voto de confiança no momento difícil que nós estamos
543 passando, estava o desmonte do Código Florestal, à véspera da Rio+20, e que
544 o Brasil teria que se enquadrar, se adequar à política a sustentabilidade
545 nacional e internacional. E dizer ao secretário que, na realidade, com relação
546 às nossas unidades de conservação, eu gostaria de levar às mãos do
547 secretário, no momento em que o novo Governador do Piauí está com as
548 portas abertas para que se retome a criação do Parque Nacional da Serra
549 Vermelha, que é objeto de uma campanha nacional, o Brasil todo está pedindo
550 e já existia no passado um Decreto para que essa unidade de conservação que
551 o Brasil todo espera, que é inclusive capa da publicação da Mata Atlântica
552 brasileira, daquela publicação, que não tem nem nome, mas eu passo
553 informação para vocês, que aquele beleza de foto, aquela beleza do cartão
554 postal que está na publicação da Mata Atlântica Brasileira, patrimônio nacional,
555 é a Serra Vermelha. Então a Serra Vermelha já virou um cartão postal nacional
556 e precisa se transformar em um Parque Nacional. Para isso, eu peço ao
557 secretário, ao novo presidente do Instituto Chico Mendes que resgate, porque
558 está ocorrendo também na folha do meio ambiente que lá está sendo alvo da
559 maior grilagem de terra, continua a grilagem de terra. Então não adiantou ter o
560 parque da Serra das Confusões enquanto o entorno, que está a Serra
561 Vermelha, as carvoarias do município continuam abastecendo o polo
562 siderúrgico de Minas Gerais. Então temos que dar um fim e a Rio+20, que a
563 Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira e a Presidente Dilma pudessem
564 dar esse grande presente ao Brasil criando o Parque Nacional da Serra
565 vermelha, porque já tem muita fundamentação técnica por todos os setores
566 considerando a importância da biodiversidade e a última floresta do Nordeste, é
567 a mais importante floresta do Nordeste com a presença de três biomas,
568 cerrado, caatinga e mata atlântica, que precisam ser preservados e que virou
569 cartão postal da publicação da Mata Atlântica Brasileira. Felizmente dizer que,
570 graças a Deus, que os procuradores da república do Piauí já enviou uma
571 recomendação à Ministra pedindo que ela crie esse Parque da Serra Vermelha
572 para tranquilizar e barrar a grilagem de terras e as carvoarias que lá estão. E
573 ainda bem que o procurador do município, nessa semana, barrou um aterro
574 sanitário que iam fazer em área de Mata Atlântica em Teresina. Então eu vou
575 passar ao secretário e pedir a ele que, se possível, levar na abertura da Rio+20
576 o parque que o Brasil todo espera, que é o Parque Nacional da Serra
577 Vermelha, no Sul do Piauí.

578

579

580 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom dia. Eu queria
581 fazer um apelo aos Conselheiros e também ao Ministério, ao Conama, no
582 sentido da discussão pós Rio+20. Nós estamos com um preocupação intensa
583 com relação à participação na conferência, nós sabemos que alguns caminhos
584 vão ser demonstrados nesse processo, há uma expectativa muito negativa com
585 relação à Rio+20 não só no Brasil, mas no exterior também, principalmente nos
586 países europeus, nós temos feito contatos com muitas organizações do exterior
587 por conta da preparação da sociedade civil e essa discussão que não ocorreu

588 antes da Rio+20 no Conama, o Conama teve uma participação ínfima nesse
589 processo, ou nenhuma, tem que necessariamente ocorrer pós Rio+20. Então o
590 nosso apelo é que a próxima reunião do Conama seja um desdobramento da
591 conferência, daquilo que foi acordado na conferência para que nós tenhamos
592 uma ideia de quais as políticas públicas que o Brasil vai adotar, quais são os
593 caminhos, qual é a política de sustentabilidade para o Brasil nesse sentido.
594 Também nos ressentimos e cada vez nos damos mais conta da fragilização
595 das Nações Unidas, do PNUMA, da UNESCO, da Organização Mundial da
596 Saúde frente aos processos de degradação do planeta. Só para se ter uma
597 ideia, eu consultava o Doutor Henrique, o nosso veterano também com relação
598 às reservas da biosfera e a proteção da biosfera no planeta. E essas reservas
599 da biosfera que estão sob a tutela da UNESCO têm nenhuma proteção jurídica
600 praticamente no Brasil porque trata-se de acordo internacional e aí nós temos
601 uma fragilização do Código Florestal e, portanto, a proteção das reservas da
602 biosfera se encontram, principalmente como áreas de transição, quase que
603 desguarnecidas. Eu cito aqui como exemplo a reserva da biosfera da região
604 metropolitana de São Paulo, fundamental para o equilíbrio climático da
605 metrópole de São Paulo, e nesse período agora nós ingressamos na
606 perspectiva de morbidade de 20 pessoas por dia por conta de poluição
607 atmosférica. Então, guarnecer as reservas da biosfera, guarnecer cinturões
608 verdes como o de São Paulo, envolvem com um trabalho de esforço, de
609 normatização para nós chegemos a uma proteção real. Eu também gostaria
610 de endossar o que o Volney disse com relação a indicadores ambientais, se
611 nós não caminhamos para a elaboração dos indicadores adequados e estudos
612 de capacidade de suporte de ecossistemas, nós nunca vamos, como disse
613 também o Paulo, do Ingá, nós não vamos conseguir chegar a um
614 dimensionamento pré-licenciamento ambiental que oriente tanto o
615 empreendedor, quanto o Governo, quanto sociedade civil com relação à
616 viabilidade ambiental da instalação de empreendimentos impactantes, seja
617 onde for. E também eu gostaria de me solidarizar por uma posição externada
618 pelo Planeta Verde no sentido da insegurança jurídica e intensificação dos
619 conflitos judiciais que ocorrerão a partir do momento em que nós estamos em
620 um processo de perda de conquistas sociais que é absolutamente
621 inconstitucional. Nós estamos hoje frente a uma Rio+20 que apresenta essa
622 fragilidade e dentro de um contexto brasileiro também que demonstra essa
623 perda de avanços. Então o movimento hoje ambientalista, a rede de
624 consciências ambientais do Brasil se encontra mais na trincheira do que
625 avançando. Então é preciso que se tenha consciência desse momento do que
626 representa a discussão da Rio+20 para essa consciência ambiental e que nós
627 centremos os esforços posteriormente na pós Rio+20 que o Conama pautar
628 essa questão logo para a primeira reunião que vai ser provavelmente, eu não
629 sei se estou certo, mas no mês de setembro. Adriana, é setembro a próxima do
630 Conama? Eu acho que seria oportuno antes que as questões esfriem com
631 relação à Rio+20.

632
633

634 **O SR. ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA (MOVER)** – Bom dia companheiros. A
635 sociedade civil, em grande parte do tempo, quase na totalidade, tem buscado
636 trazer informações para os mais variados colegiados onde ela participa no

637 sentido de que essas demandas sejam ouvidas e entendidas pelas
638 autoridades. Mais uma vez eu me dirijo aqui nesse sentido. Outro dia, lendo os
639 jornais aí, nós vimos uma ação que o Governo Federal pretende implementar
640 que eu acredito que pouquíssimos aqui conhecem essa ação, inclusive o
641 Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e o Presidente do Ibama
642 aqui presente. É uma pena que nós não tenhamos aqui também o secretário
643 nacional de recursos hídricos para escutar o que eu tenho aqui a dizer. Então
644 olhando essa matéria no jornal nós ficamos sabendo que o Governo pretende
645 brevemente, eu acho que até julho, se não me engano, acertar junto aos
646 municípios brasileiros o repasse de 3500 escavadeiras mecânicas e 1500
647 motoniveladoras para os municípios brasileiros no intuito de adequar as
648 estradas rurais vicinais para escoamento da produção agrícola. Bom, tem
649 alguns comentários aqui a dizer e eu espero que através do Secretário-
650 Executivo e do presidente do Ibama possa chegar esse recado ao restante do
651 Governo Federal no intuito que esse Governo busque a integração para que
652 esse procedimento seja adequadamente implementado. Eu queria fazer uma
653 ressalva dizendo que no país hoje nós temos 1 milhão e 800 mil quilômetros de
654 estradas sendo que desses 1 milhão e 800 mil quilômetros, 1 milhão e meio de
655 quilômetros são de estradas vicinais, estradas da terra. Eu só quero dizer o
656 seguinte, que 72% da morte dos corpos d'água são causadas por estradas
657 vicinais. Então é um cuidado que nós devemos ter, isso já está sendo objeto de
658 uma proposição de Resolução aqui para o Conama que vai ser apresentado
659 em bloco pelo Movimento Ambientalista e não só causa a morte pelo
660 empurramento de terra nas estradas vicinais como também a busca da
661 matéria-prima em áreas de recarga de aquíferos. Então é preciso que tenha um
662 estudo técnico fundamentado, é preciso que os municípios apresentem
663 projetos técnicos fundamentados, também com acompanhamento de
664 responsabilidade técnica, porque senão um trabalho que propõe o Governo
665 brasileiro de fazer muito bem feito vai acabar trazendo um problema muito
666 maior, enquanto nós ficamos aqui tentando concertar ações na área ambiental,
667 muitas vezes uma ação dessas liderando 5 mil equipamentos novos na mão de
668 pessoas despreparadas, sem projeto técnico, sem conhecimento técnico pode
669 causar um problema seriíssimo para o país. Então ficam essas recomendações
670 esperando que esse recado chegue às autoridades. Não estou falando isso
671 aqui sem conhecimento de causa. O movimento Verde Paracatu é uma
672 entidade de 24 anos que tem atuado em recuperação de áreas degradadas,
673 recuperação de nascentes, corpos d'água e etc., etc., além de que eu tive o
674 privilégio de trabalhar em governos municipais por três mandatos como
675 secretário de governo municipal. Então nós sabemos o que nós estamos
676 falando e estamos prontos para prestar contribuição nesse sentido de que seja
677 feita uma política correta na liberação desses recursos. Obrigado.

678
679

680 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Bom dia, secretário,
681 Adriana e demais Conselheiros. Eu venho à tribuna para manifestar as nossas
682 congratulações ao Ibama, a CNT quer aqui agradecer à IN 05 que trouxe, deu
683 ao Ibama a competência, o Ibama chamou para si o processo de licenciamento
684 de cargas perigosas. Para quem não conhece a matéria, um transportador teria
685 que, dependendo da sua trajetória, tirar até 9 licenças ambientais durante o seu

686 transporte, porque a cada Estado que ele atravessasse ele tinha que fazer um
687 processo de licenciamento, processos, às vezes, se não completamente
688 diferentes, não raro antagônicos e a cada passagem tendo que deixar uma
689 taxa em relação a esse processo. Então o transportador agradece aqui ao
690 Ibama, ao MMA, um gesto simples, singelo e de grande resultado. Obrigada.

691

692

693 **A SR^a. MARIA SILVIA ROSSI (Governo do Distrito Federal)** – Eu queria
694 cumprimentar o nosso Dr. Gaetani, cumprimentando a querida Adriana e aos
695 novos empossados secretários. Eu queria fazer a seguinte ponderação em
696 relação especificamente ao momento que nós estamos vivendo relativo ao
697 Código Florestal. Eu tenho visto bastante desânimo em alguns setores como se
698 nós tivéssemos tido uma grande derrota. Não compartilho dessa opinião. Eu
699 acho que nós estamos vivendo um momento extremamente importante e que
700 traz para nós, Governo estaduais, e essa é a minha reflexão que eu gostaria de
701 compartilhar com vocês, o papel e a necessidade de protagonismo que os
702 governos estaduais têm que ter agora mais do que nunca, porque legislações
703 estaduais mais restritivas valem mais do que uma legislação federal que não
704 atende. Então esse é o momento de reflexão, os governos estaduais e do
705 Distrito Federal e todos nós temos que pegar essa agenda, levar embaixo do
706 braço para os nossos dirigentes, os nossos governadores de Estado, aos
707 nossos secretários, e fazer a luta continuar no nosso território. Observem que
708 no DF nós estamos agora finalizando a revisão do plano de gerenciamento
709 integrado de recursos hídricos, toda base de dados está migrando para a
710 nossa Comissão do Zoneamento Ecológico Econômico, que esperamos ter
711 uma primeira conclusão do ZEE e nenhuma legislação federal está acima e
712 mais forte do que um zoneamento, do que um PDOT e do que as legislações
713 estaduais que incidam sobre esse território. Esse é um momento de grande
714 reflexão para todos nós, a ANAMMA com o nosso presidente, a ANAMMA
715 também têm buscado conduzir essa discussão e esse é o momento de
716 fortalecimento do SISNAMA, esse é um momento de protagonismo do território
717 no qual nós encontramos no MMA através, por exemplo, da gerência, o Bruno,
718 o Vizentin que coordenavam, o Zé que tem apoiado essas iniciativas a nível
719 nacional. Parece-me que este é o caminho, é a integração do que é bacia
720 hidrográfica e agenda de PGRH, por exemplo, migrando para dentro do ZEE,
721 todos esses (...) sendo disponibilizados para os órgãos de Estado, para o
722 mesmo olhar estar acontecendo, essa briga ser levada para dentro da Câmara
723 Legislativa e nós levarmos a efeito a vontade de que sustentabilidade
724 socioeconômica e principalmente ambiental têm alguma importância nesse
725 país. Obrigada. (*Palmas!*).

726

727

728 **O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo do Estado de Pernambuco)**
729 – Bom dia a todos e a todas. Doutor Francisco Gaetani, Doutora Adriana
730 Mandarino, colega gestores ambientais. Nós temos aqui esse momento de uma
731 reunião bimensal, mas de grande importância porque é um momento que
732 reunimos algumas convergências e percebemos que neste ano de 2012 nós
733 vimos atravessando aí uma sequência de atos de grande importância para o
734 meio ambiente no Brasil. Estamos aí com a necessidade da regulamentação da

735 LC 140 com a prévia da realização da Rio+20 e com o impacto do Código
736 Florestal. Isso tudo nos reforça a necessidade de uma reflexão imediata acerca
737 dos objetivos para chegarmos à sustentabilidade, objetivo maior dos gestores
738 ambientais. É uma questão que nasce necessariamente na articulação política,
739 essa articulação política caminha por uma base legal que pode lhe garantir a
740 construção de um marco eficiente, através de Leis, Decretos, normas em geral,
741 e Regulamentos e Resoluções para que possamos estabelecer uma
742 governança sobre a situação. Ao Executivo isso é um divisor de águas, um
743 norteador de decisões sem os quais nós não poderíamos, ao sabor de uma
744 simples discussão, mudar o rumo de muitas decisões importantes para o
745 ambiente. E é nesse momento que a ABEMA e todos os companheiros que
746 fazem o ambiente movimento ambiental no Brasil percebe e é parceria da
747 construção dessas soluções e da compreensão da dificuldade que é enfrentada
748 por esses gestores, sobretudo no nível federal, porque são alvo de toda a
749 demanda brasileira e nós percebemos que prevalecendo o propósito de
750 trabalho, prevalecendo uma intenção construtiva sem vinculação com tudo
751 aquilo que nós sempre condenamos de determinados amarramentos, coisas
752 arcaicas e condenáveis, nós temos aí uma possibilidade de termos nesse
753 mesmo pessoal o aperfeiçoamento dessa norma. Nós percebemos não é um
754 código perfeito, isso é fruto e resultado já de uma articulação nascida, não
755 vimos contempladas uma série de demandas necessárias, a exemplo da
756 questão dos nossos rios intermitentes do Nordeste, as questões das dunas
757 móveis e das variações de rios na Amazônia, o que nos leva mais uma vez,
758 parafraseando a Doutora Sílvia aqui, que nós temos necessidade da presença
759 da legislação estadual, da normalização estadual, mas nunca, e ao contrário,
760 sem desmerecer, reforçando esse trabalho que vem sendo feito na espera
761 federal e aqui nós reconhecemos em parceria absoluta com os Estados e
762 municípios para que possamos construir cada vez e aperfeiçoarmos esses
763 mecanismos que embasam o marco legal que garantem a sustentabilidade.
764 Portanto, nós fizemos a nossa parte, contribuimos naquilo que fizemos até
765 aqui, estamos disposto a continuarmos alinhados graças à coragem do
766 Executivo nacional, representado pela presidenta Dilma, pela Ministra Izabella,
767 pelo secretário Gaetani, pela diretora e diretores dos demais... presidentes dos
768 órgãos que nós temos aqui deixado registrado o nosso apoio a todo esse
769 movimento ao aperfeiçoamento de toda essa legislação recém-chegada e a
770 uma construção conjunta que possa levar o Brasil a uma melhor posição
771 ambiental no mundo. Obrigado.

772

773

774 **O SR. MAURO MACIEL BUARQUE (ANAMMA Nacional)** – Primeiro registrar
775 com muita alegria a chegada do nosso querido Volney na presidência do Ibama
776 e desejar muito sucesso e pode contar com a parceria dos municípios e
777 certamente com todos os nossos apoios aqui de todas as entidades aqui do
778 Conama. Registrar, Presidente, o retorno do ofício que nós encaminhamos ao
779 Ministério em relação à instalação da tripartite nacional. Eu faço esse reforço
780 uma vez que estamos com uma encomenda que é a regulamentação da Lei
781 Complementar 140, que precisa ter alguns critérios pactuados em nível
782 nacional e acho que a tripartite nacional pode dar o tom dos critérios que nós
783 precisamos para a regulamentação, porque o que objetivamos com a

784 regulamentação da 140 é o resgate efetivo do SISNAMA, da conclusão da
785 efetivação do SISNAMA. Então eu acho que as grandes ausências do setor
786 ambiental neste País se devem pela não consolidação do SISNAMA em sua
787 plenitude. Então temos várias questões para serem resgatadas a partir desse
788 movimento que eu acho que o melhor ponto para que de fato essa caminhada
789 se inicie seja a tripartite nacional para que nós construamos argumentos como,
790 por exemplo... e de uma vez por todas o financiamento da gestão pública
791 ambiental. Então, de onde nós vamos continuar, como nós vamos continuar
792 patrocinando uma agenda ambiental se nós não temos meios de implementá-
793 la? Então, se fala como o nosso novo presidente falou da TCFA, temos várias
794 outras iniciativas de financiamento que nós precisamos de uma vez por todas
795 colocar à disposição do SISNAMA para que possa promover ganhos
796 ambientais e uma agenda positiva na ponte, lá nos municípios especialmente.
797 Então eu gostaria que aquela nossa solicitação da instalação da tripartite
798 nacional fosse atendida até para que possa receber e estimular as estaduais,
799 receber estímulos e estimular as tripartites estaduais. Obrigado. (*Palmas!*).

800

801

802 **O SR. ANTÔNIO FLORÊNCIO DE QUEIROZ JÚNIOR (CNC)** – Bom dia,
803 secretário. Bom dia, Adriana, bom dia a todos. Eu gostaria de me unir aqui à
804 fala da Confederação Nacional dos Transportes parabenizando o Ibama pela
805 sua Instrução Normativa que cria um facilitador muito grande para que todas as
806 entidades envolvidas na implantação das logísticas reversas, na Política
807 Nacional de Resíduos Sólidos, possa implementar os seus processos. Apenas
808 eu gostaria de complementar e gostaria que essa preocupação se estendesse
809 a outros processos que no nosso entender poderiam sofrer tratamento
810 homogêneo nos diversos Estados do nosso País no que diz respeito a
811 licenciamento dos estabelecimentos que possam vir a receber resíduos
812 eletroeletrônicos, resíduos de lâmpadas, enfim. E também a classificação em
813 relação a esses produtos. A dificuldade que as entidades do comércio
814 encontram por haver uma diferença entre as diversas legislações nos seus
815 Estados, as empresas principalmente de âmbito nacional vêm enfrentando
816 muita dificuldade para a implementação desses processos em suas empresas.
817 Então eu gostaria de estender essa preocupação, parabenizar o Ibama, mas
818 estender essa preocupação também a outras regulamentações e que elas
819 possam ser tratadas de forma homogênea em todo o País. Muito obrigado.
820 (*Palmas!*).

821

822

823 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom,
824 pessoal, nós vamos dar início agora a uma outra etapa dos nossos trabalhos,
825 mas antes eu queria passar a condução aqui ao Volney, eu vou ter que me
826 ausentar em função dos preparativos para o dia mundial do meio ambiente na
827 terça-feira, mas eu volto no início da tarde. E lembrar a vocês que às 14h00min
828 em ponto nós vamos começar com a questão da Rio+20 e às 14h30min está
829 prevista aqui a exposição do Doutor Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo
830 do Ministério de Minas e Energia sobre a matriz energética nacional, que é uma
831 demanda antiga já colocada pelo Conama há mais tempo e nós estamos
832 atendendo agora dentro do tempo possível. Todas as duas proposições são da

833 maior importância, a da Rio+20 em função da sua proximidade e a questão da
834 gestão da matriz energética, uma questão estruturante de várias políticas
835 públicas do País, inclusive gestão ambiental. Então eu peço que todos se
836 esforcem para estarem aqui às 14h00min para nós darmos início aos trabalhos.
837 Volney, eu passo a você então a coordenação.

838

839

840 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, senhor Presidente.
841 Então, seguindo a orientação que o Sr. Presidente deixou, eu vou tentar
842 coordenar os trabalhos para que nós encerremos essa seção da manhã por
843 volta de 12h00min 12h15min para dar tempo de nós irmos almoçar e
844 retornarmos até as 14h00min. Então, passamos agora ao próximo ponto que é
845 a apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta e retirada de matéria
846 e por escrito de requerimentos de urgência.

847

848

849 **O SR. JOÃO URBANO CAGNIN (Secretaria dos Portos da Presidência da**
850 **República)** – Bom dia. Nós temos aqui um requerimento de pedido de urgência
851 para a revisão da Resolução 344, que trata de dragagem. O Grupo de Trabalho
852 criado na Câmara Técnica que fez a revisão dessa Resolução já entregou à
853 Câmara Técnica uma proposta. Falta apenas que o assunto seja discutido na
854 Câmara Técnica e na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para que ela
855 venha à Plenária do Conama. Acreditamos que isso possa ser feito agora em
856 junho ou julho e, portanto, que essa Resolução possa vir à Plenária na próxima
857 reunião. Estamos pedindo que os colegas apoiem esse pedido de urgência
858 porque temos aí uma situação de novas dragagens em portos nacionais que
859 estão para serem licenciadas e executadas. Esse ano foi um ano atípico com
860 muitos problemas de ressaca em vários portos e temos que fazer as dragagens
861 de manutenção senão os portos e o comércio do País ficam prejudicados e é
862 de todo interesse da sociedade que essas dragagens sejam logo enquadradas
863 na Resolução revista, que é muito importante, traz muitas inovações e
864 acreditamos que em benefício do País isso deva ser feito logo. Então é um
865 pedido de urgência para que essa Resolução venha à Plenária na próxima
866 reunião.

867

868

869 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Nos
870 termos do Regimento, nós estávamos só checando aqui, o Regimento atual
871 prevê que seja aceito automaticamente na medida em que tem oito
872 Conselheiros que fazem o pedido. A dúvida era: se nós precisamos votar esse
873 pedido de urgência ou não. Eu peço aqui para a nossa equipe para ajudar a
874 localizar no Regimento se nós precisamos votar.

875

876

877 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Normalmente sempre se votou
878 pedido de urgência, eu só estou vendo se mudou alguma coisa.

879

880

881 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Ele foi
882 apresentado por 8 Conselheiros, mas a Plenária precisa se manifestar em
883 votação se aceita ou não o pedido de urgência.

884

885

886 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então, todos esclarecidos sobre
887 o pedido da Secretaria de Portos de urgência na minuta na proposta de
888 Resolução que está sendo concluída na Câmara de Controle Ambiental? Todos
889 esclarecimento? Por favor, aqueles que são favoráveis ao pedido de urgência
890 apresentado pela SEP, por favor, levantem os seus crachás. Obrigado.
891 Aqueles que são contrários, levantem os seus crachás. Abstenções? 3.
892 Aprovado o pedido de urgência.

893

894

895 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Bom dia a todos. Primeiro eu
896 quero aproveitar aqui a presidência do nossa Volney Zanardi, presidente do
897 Ibama e dar os parabéns a ele, eu não pude ainda fazer assim de publico, só
898 por telefone, e dizer a ele que estamos à disposição, o Departamento de
899 Educação Ambiental, para colaborar aqui com o Ibama. Há um número grande
900 de educadores ambientais no Ibama, em todo o Ibama no Brasil todo e nós
901 esperamos poder fazer um trabalho bem conjugado agora sob a presidência do
902 Doutor Volney, como já vinha fazendo com o Curt também; E também dizer
903 que é uma alegria nós estamos abrindo aqui essa semana do meio ambiente
904 no Conama, Conama + 30 no mês da véspera da Rio+20, um lugar melhor
905 para abrir a semana do meio ambiente não tem do que aqui em uma Plenária
906 do Conama. Não é isso, Doutor Paulo? E o que eu venho fazer aqui nesse item
907 de pedido de retirada de matéria é solicitar a retirada de pauta do processo que
908 trata do Zoneamento Ecológico Econômico do rio Purus, do vale do rio Purus
909 em função de uma alteração agora recente do Código Florestal que afeta um
910 aspecto de legalidade dessa matéria aqui no Conama. E eu quero abrir aqui o
911 espaço para o nosso analista Bruno, que é da Secretaria de Desenvolvimento
912 Rural Sustentável para explicar a razão dessa retirada dessa matéria.

913

914

915 **O SR. BRUNO (Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável)** –
916 Obrigado, Nilo. Bom dia a todos, na pessoa do presidente do Ibama, Volney
917 Zanardi, eu gostaria de cumprimentar a todos os Conselheiros e Conselheiras
918 aqui presente e de modo bastante sucinto eu vou tentar explicar de forma
919 bastante didática qual é o aspecto que o novo Código Florestal trouxe ao
920 Zoneamento Ecológico e Econômico e que nos faz então, nos motiva a retirar
921 de pauta o Zoneamento Ecológico e Econômico da região do Purus. Como os
922 senhores bem se recordam, dado que foi uma matéria pautada na nossa última
923 Plenária, no caso específico do ZEE da Zona Leste da Calha Norte do Estado
924 do Pará, o antigo Código Florestal, revogado na última segunda-feira, continha
925 um dispositivo no seu art. 16 que permitia, dada a indicação do Zoneamento
926 Ecológico Econômico, a redução da reserva legal para fins de recomposição
927 em imóveis rurais situados na Amazônia Legal em áreas de floresta. Ao
928 contrário do novo Código Florestal, que passou a vigorar a partir da última
929 segunda-feira, em seu artigo 13, o Código Florestal antigo não colocava um

930 limite temporal para a aplicação dessa medida, tanto que dos 4 ZEE's já
931 submetidos aqui à Plenária do Conama, todos eles indicavam uma data limite
932 para a aquisição desses passivos ambientais, que seriam contemplados com a
933 redução da reserva legal para fins de recomposição, de acordo com a realidade
934 e as particularidades de cada um dos Estados que aqui apresentaram este
935 pleito: Acre, Rondônia e o estado do Pará para 2 sub-regiões do seu Estado. O
936 novo Código Florestal, contudo, estabelece uma data limite para a aplicação
937 dessa medida ao colocar no seu art. 13, inciso I, que essa redução da reserva
938 legal para fins de regularização se limita àqueles imóveis situados em áreas
939 rurais consolidadas e o novo Código Florestal coloca, em seu art. 3º, o artigo
940 que estabelece alguns conceitos que este novo Código Florestal traz, que
941 áreas rurais consolidadas são aquelas antropizadas até o último dia 22 de
942 junho de 2008. E o que acontece, portanto, no caso do ZEE da sub-região do
943 Purus? A Lei que institui esse zoneamento, a Lei 3.645/11 do Estado do
944 Amazonas coloca, quando prevê a redução da reserva legal na subzona 1.1
945 identificado nesse zoneamento, que seriam beneficiados os imóveis rurais
946 situados nessas subzonas e com desmatamentos ocorridos até a data de
947 aprovação do macrozoneamento do Estado, o que se deu no último dia 28 de
948 julho de 2009, ou seja, nós temos um choque temporal aí de 1 ano e 1 semana
949 a mais do que o novo Código Florestal estabelece e que, portanto, demanda a
950 adequação da Lei do Estado do Amazonas para que seja compatível, portanto,
951 com o novo Código Florestal. Nós conversamos ontem e durante a semana,
952 dada a aprovação do novo Código, com o nosso Secretário-Executivo e com o
953 nosso consultor jurídico e a própria Secretaria de Meio Ambiente e
954 Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas e todos eles foram da
955 convergência que a melhor mediada a ser tomada nesse momento, portanto, é a
956 retirada de pauta dessa matéria e que neste meio tempo até a nossa próxima
957 Plenária nos dias 11 e 12 de setembro, o Estado possa proceder às
958 adequações legais na Lei que instituiu o zoneamento do Purus de modo a
959 adequá-lo ao novo Código Florestal. Esse é motivo, portanto, que nos faz
960 solicitar. Eu agradeço ao Nilo por ter capitaneado essa matéria: a retirada de
961 pauta da proposta de recomendação referente ao zoneamento da sub-região
962 do Purus.

963
964

965 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado. Então o próprio
966 Ministério do Meio Ambiente esclareceu aqui as questões porque está
967 solicitando a retirada de pauta. Algum Conselheiro gostaria de algum
968 esclarecimento adicional? Então a matéria está retirada de pauta. Então, a
969 primeira Resolução, que trata da complementação da Resolução 417/2009 que
970 definiu vegetação primária em estágios sucessionais secundários de vegetação
971 de restinga.

972
973

974 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – O Estado
975 do Rio pediu vistas, então nós chamamos o Estado do Rio.

976
977

978 **O SR. LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA (Governo do Estado do Rio de**
979 **Janeiro)** – Bom dia a todos. Uma saudação especial aos nossos novos
980 dirigente na pessoa do Volney, eu acho que é uma escolha muito feliz da nossa
981 Secretaria Izabella colocar pessoas que já tenham um comprometimento
982 grande aqui com a causa e conhecedoras para ficar à frente, eu tenho certeza
983 que vamos ter bons momentos aí para resolver os problemas da área
984 ambiental que nos afligem. Com relação ao pedido de vistas, o Rio de Janeiro,
985 já na primeira vez que a matéria foi trazida à pauta, solicitou vista. Na função
986 de Conselheiro a minha preocupação imediata era com a aplicabilidade da lista
987 que foi formulada pelo Ministério combinada com a Resolução em si. Por que
988 isso? A Lei da Mata Atlântica, que coloca direto, incide sobre todo o território do
989 Estado do Rio de Janeiro, ela define uma série de questões ligadas à
990 possibilidade de supressão ou não de vegetação. E a classificação, como todos
991 sabem, de estágio primário ou secundário avançado traz ou confere o caráter
992 de preservação maior a esse ecossistema e coloca restrições à sua remoção e
993 eventualmente necessária ao processo de desenvolvimento do Estado. Até aí
994 tudo bem, o problema é que combinado à lista que foi colocada pelo Ministério
995 com a Resolução traz uma insegurança jurídica muito grande e recai sobre as
996 espécies que estão colocadas a definição maior ou infere-se que poderá ser
997 feita a definição de primária ou secundária avançada pela mera presença de
998 algumas das espécies que estão na lista. Isso trará para o Estado do Rio de
999 Janeiro uma insegurança grande e poderá fazer com que processos de
1000 licenciamento mais diversos sejam parados por uma dúvida na interpretação.
1001 Então, em um primeiro momento nós solicitamos a vista e apresentamos uma
1002 contraproposta de uma lista para o Ministério. Essa contraproposta foi debatida
1003 no Ministério, voltou à carga na última reunião quando nós mais uma vez
1004 reiteramos este pedido e combinamos com o Ministério que faríamos uma
1005 reunião no Rio de Janeiro com botânicos e especialistas, o que fizemos,
1006 chamamos botânicos do Jardim Botânico, da Universidade Federal do Rio de
1007 Janeiro e diversos especialistas para fazer uma análise dessa lista do Rio de
1008 Janeiro e o documento que nós protocolamos em resposta e que está hoje aqui
1009 sendo objeto de votação ao Ministério confirma a nossa dúvida pelos próprios
1010 botânicos. Da forma como está, a 417, combinada com a lista que foi
1011 apresentada pelo Rio de Janeiro, nós temos em ofício aí na pasta explicando
1012 as contradições, ela trará, no nosso entendimento, o oposto do que a Nota
1013 Técnica do Ministério propõe, ao invés de dar segurança e clareza do que é
1014 primário e secundário avançado, ela terá uma incerteza e um grau de
1015 subjetividade imenso para definição. Por isso, o Rio de Janeiro chamou a
1016 atenção desses pontos e trouxe ao Ministério, estamos absolutamente
1017 favoráveis à definição de uma Resolução que, de forma clara e objetiva, defina
1018 os estágios primário e secundário avançado, de forma clara e objetiva para que
1019 nenhum dos outros setores também, nem o desenvolvimento do Estado,
1020 tenham dúvidas e nós principalmente que temos o papel de licenciar possamos
1021 ter segurança nos atos de licenciamento que vamos ter no estado. O Rio de
1022 Janeiro ainda tem 20% de mata atlântica preservada em bom estado, embora
1023 nós saibamos que o percentual nacional é só de 7% de remanescente. Então o
1024 Rio de Janeiro contribui para elevar esse desvio padrão para um nível melhor e
1025 o Rio de Janeiro hoje já tem 10% do seu território, portanto, metade dessa
1026 mata atlântica em área de proteção integral. Então, a nossa preocupação com

1027 a mata atlântica e com os ecossistemas associados, como a restinga e os
1028 manguezais permanecem, nós queremos sim fazer essa Resolução, mas
1029 gostaríamos de debater uma proposta específica pelas tipologias de restinga
1030 que se encontram no Rio de Janeiro e aí sim, associando à fitofisionomia, nós
1031 damos um caráter bastante preciso das que são primárias e secundárias
1032 avançadas. Era isso, então nós trouxemos a matéria mais uma vez aqui para o
1033 Conselho propondo que nós tenhamos uma discussão específica para o Rio de
1034 Janeiro. Obrigado.

1035

1036

1037 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu pergunto ao Ministério do
1038 Meio Ambiente se tem alguma discordância em relação...? Eu acho importante,
1039 porque nos termos do § 7º do art. 21, caso a Secretaria-Executiva do Conama
1040 entenda que o parecer propõe alterações significativas de conteúdo, a critério
1041 do Plenário, a matéria poderá retornar à CT correspondente, à Câmara Técnica
1042 de Assuntos Jurídicos para nova análise de inclusão na pauta subsequente à
1043 Reunião Ordinária. Ouvimos uma argumentação aqui do Dr. Firmino em
1044 relação ao entendimento que o Estado do Rio de Janeiro teve na avaliação
1045 específica dessa Resolução que está sendo tratada, Eu não sei se o Ministério
1046 do Meio Ambiente gostaria de fazer alguma observação antes de nós
1047 avaliarmos. Doutor Nilo.

1048

1049

1050 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Uma vez que ainda persistem
1051 algumas divergências técnicas, conceituais com relação à matéria, o Ministério
1052 do Meio Ambiente está confortável com o encaminhamento e, enfim, está de
1053 acordo com o retorno da matéria para aprofundamento da discussão na
1054 Câmara Técnica. Um pedido que nós fazemos é que a reunião da Câmara
1055 Técnica seja marcada para o mais breve possível, se possível logo após a
1056 Rio+20 para, caso haja necessidade de mais de uma reunião, nós tenhamos
1057 tempo hábil para debater tecnicamente a questão e trazer para a próxima
1058 Plenária uma lista que seja fruto de consenso. Estamos de acordo.

1059

1060

1061 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Frente às manifestações
1062 encaminhadas pelo parecer do Estado do Rio de Janeiro e depois das
1063 observações que o Ministério do Meio Ambiente fez, há alguém que seria
1064 contrário a nós encaminharmos de volta à Câmara Técnica para fazer esses
1065 ajustes necessários especificamente nessa Resolução do Rio de Janeiro? Por
1066 favor. Então, todos concordam, retorna a matéria para a Câmara Técnica.

1067

1068

1069 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – A
1070 próxima é uma minuta de Resolução que estabelece a revisão das Resoluções
1071 Conama 23, 235 e 244. Movimentação de resíduos perigosos. A Zilda Veloso,
1072 do Ministério do Meio Ambiente, vai apresentar a matéria.

1073

1074

1075 **A SR^a. ZILDA VELOSO (MMA)** – Bom dia a todos. Trata-se da revisão da
1076 Resolução 23/96, que é a Resolução que regulamenta para o Brasil os
1077 procedimentos de implementação da Convenção de Basiléia no País. O
1078 Ministério do Meio Ambiente e o Ibama são autoridades competentes dessa
1079 Convenção e têm algumas tarefas para cumprir. Historicamente, desde 1994,
1080 este Conselho vem regulamentando o termo por meio de Resoluções, o Brasil
1081 ratificou, acessou a Convenção em 92, assinou em 89 e acessou em 92 e a
1082 materialização da ratificação saiu por meio do Decreto 875, de 19 de julho de
1083 1993. Por que da revisão? O Ministério mesmo que pediu, discutiu com o
1084 Ibama, foi uma solicitação que partiu do Ministério, mas de comum acordo com
1085 a área técnica do Ibama. Depois de 96 para cá, já foi publicado um outro
1086 Decreto, o Decreto 4581, em 2003, que é o Decreto que trata dos novos
1087 anexos da Convenção, da nova listagem de da resíduos considerados
1088 perigosos pela Convenção, complementando, fazendo uma emenda aos
1089 anexos 1, 2 e 3 da Convenção de Basiléia. Também a Resolução fala o tempo
1090 todo, cita que a definição dos resíduos perigosos será feita mediante a
1091 aplicação de testes e critérios que constam na NBR 10004, que também foi
1092 revista, cujos anexos da NBR 10004 antiga faziam parte dos anexos da
1093 Resolução 23/96. Também nós tivemos em 2010 a publicação da Política
1094 Nacional de Resíduos Sólidos que nos trouxe, além de nos trazer um capítulo
1095 de resíduos perigosos, que é o capítulo 4, a partir do art. 37, trouxe também no
1096 seu art. 49 a proibição de importação de resíduos perigosos, que era feita por
1097 meio dessa Resolução. Lembrando aos senhores que a Convenção de Basiléia
1098 não fala em proibição, agora nós estamos em processo de ratificação da
1099 emenda do banimento, mas a Convenção não fala em proibição, a Convenção
1100 fala em controle. Nós sempre proibimos a importação de resíduos perigosos
1101 por meio das Resoluções do Conama. Tivemos aí alguns embates de trafico
1102 legal, mas nós estamos querendo é fortalecer esse instrumento para cada vez
1103 dar mais condições ao Governo brasileiro de coibir essas ações. Nós tivemos
1104 também algumas mudanças nos procedimentos de controle da Convenção,
1105 quando a Resolução foi publicada em 96 nós nos utilizávamos de um cadastro
1106 próprio em papel, que era o Ibama que gerenciava, e nos utilizávamos de um
1107 formulário próprio de notificação que era um formulário do Brasil. Essa questão
1108 evoluiu, a Convenção de Basiléia hoje tem um formulário próprio e todas as
1109 partes têm que realizar movimentação, iniciar a movimentação utilizando este
1110 formulário próprio e o Ibama hoje controla as suas informações por meio do
1111 Cadastro Técnico Federal, as informações são todas colocadas lá. Então
1112 assim, uma outra novidade que essa versão traz, que é também uma coisa
1113 muito mais operacional, é o fato de nós termos os três anexos da Convenção
1114 com as listas de resíduos. Esses anexos por si só não são colocados no
1115 sistema de comércio exterior para que se faça o controle da movimentação de
1116 resíduos. É preciso, e isso é requerido pelos gestores desse sistema, que são
1117 a Receita Federal do Brasil, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e
1118 Comércio, é requerido que nós façamos a compatibilização da listagem de
1119 resíduos e da quantificação aduaneira. Então isso era feito por meio do anexo
1120 10 dessa Resolução. Essa codificação aduaneira é uma codificação que é
1121 modificada, os primeiros números dela são modificados internacionalmente, e
1122 os últimos números são modificados localmente no MERCOSUL e essa
1123 modificação ocorre pelo menos uma vez por ano, uma vez por ano o Ibama,

1124 que é o órgão que controla, que faz a anuência de resíduos sob a égide da
1125 Convenção, o Ibama envia uma atualização dessa lista, mediante os novos
1126 códigos que vão sendo colocados. Então nós tiramos do anexo da Resolução
1127 essa lista, simplesmente a lista da quantificação aduaneira, e estamos dando
1128 esse mandato para o Ibama publicar isso por meio de Instrução Normativa. Por
1129 quê? Porque isso vai nos dar agilidade, uma coerência e uma visibilidade
1130 melhor dessa listagem. Para os senhores terem uma ideia, essa listagem hoje
1131 que consta aqui é uma listagem que já está defasada há um bom par de anos.
1132 Então é essa a proposta de revisão da Resolução, é muito importante para o
1133 Governo brasileiro que esta revisão seja feita e aprovada, logo depois de
1134 aprovada e publicada no Conama ela é traduzida para o inglês e enviada ao
1135 secretariado da Convenção como um instrumento que deverá ser observado
1136 por todos os outros Estados Partes da Convenção. Eu estou à disposição para
1137 esclarecimentos que forem necessários.

1138
1139

1140 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dra. Zilda. Algum
1141 esclarecimento em relação à apresentação da proposta de Resolução? A
1142 palavra está aberta. Todos esclarecidos? Então colocar em regime de votação,
1143 aqueles que são favoráveis à aprovação da proposta de Resolução, levantem
1144 os seus crachás. Obrigado. Aqueles que são contrários. Nenhum. Abstenções?
1145 Nenhuma. Aprovado por unanimidade. Vamos adiante.

1146
1147

1148 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – A
1149 próxima é uma recomendação para aprovação do Plano Nacional de Resíduos
1150 Sólidos.

1151
1152

1153 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Na realidade, como não houve
1154 nenhuma observação, eu entendi que não haveria emendas, porque... mas...

1155
1156

1157 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – O Urbano
1158 pede que voltemos...

1159
1160

1161 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós votamos essa matéria, eu
1162 acho que não teria volta, é por isso que eu sempre pergunto se há alguma
1163 manifestação, porque daí, em função disso, nós orientamos a discussão. É
1164 mais uma questão regimental que eu queria deixar claro na mesa que em
1165 nenhum momento eu quis atropelar, mas entendemos que a matéria está
1166 vencida. Por favor, vamos avançar.

1167
1168

1169 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – A
1170 próxima a entrar em pauta é uma proposta de recomendação para a aprovação
1171 do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. O Silvano acabou de chegar, do

1172 Ministério do Meio Ambiente, e nós pedimos então ao Silvano para fazer a
1173 apresentação da matéria.

1174

1175

1176 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Diretor do DAU)** - Bom dia a todos e
1177 a todas. Eu queria aqui agradecer ao Conama. Eu vim, na verdade, o Ronaldo
1178 já tem participado aqui, o nosso gerente já está aqui acompanhando o tempo
1179 todo, então nós cronometramos porque eu estava em outra reunião na
1180 Secretaria para vir fazer essa apresentação. Tem uma apresentação aqui que
1181 nós procuramos sistematizar todo o processo que foi desde aquele momento
1182 no dia 21 de junho de 2011, em que a Ministra apresentou ao Conama,
1183 apresentou publicamente a versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos,
1184 nós tivemos um conjunto de ações que resultou até chegar nesse momento. E
1185 nessa apresentação nós procuramos trazer aqui para o Plenário do Conama
1186 todo o processo de discussão do Plano, onde foram feitas audiências públicas,
1187 nós tivemos uma Consulta Pública via Internet e chegamos à versão final do
1188 Plano e essa versão foi discutida por duas instâncias aqui do Conama, a
1189 Câmara Técnica de Qualidade e Saneamento e a Câmara Técnica de Assuntos
1190 Legais. E o que nós temos aqui para apresentar faz parte do processo de
1191 fechamento de todas as discussões públicas relacionadas com o Plano
1192 Nacional de Resíduos. Nós tivemos, enquanto vai apresentando ali, mas eu
1193 vou ler para vocês, nós tivemos aqui cinco audiências públicas regionais, uma
1194 audiência no Estado de Mato Grosso do Sul, que foi aqui da região Centro-
1195 Oeste, uma no Estado do Paraná, na cidade de Curitiba, foi da região Sul, uma
1196 no Estado de São Paulo, da Região Sudeste, uma no Estado de Pernambuco,
1197 Recife, da região Nordeste, e a outra em Manaus, da região Norte, no Estado
1198 do Amazonas. Tivemos duas audiências informais, não oficiais, da discussão
1199 do Plano Nacional de Resíduos que foram uma no Estado do Rio de Janeiro e
1200 outra no Estado de Minas Gerais por iniciativa desses Estados. Nós tivemos
1201 uma audiência pública nacional em que contou com uma grande participação,
1202 que foi a de fechamento aqui em Brasília no dia 31 de novembro a 1º de
1203 dezembro de 2011 e tivemos também uma consulta pública na internet que
1204 ficou do dia 5 de setembro até o dia 27 de dezembro, portanto, aí um bom
1205 período muito mais do que o necessário pela legislação. Nesse processo, nós
1206 tivemos ali a participação de 2800 pessoas, foram mais de 1000 propostas que
1207 foram recepcionadas nas audiências públicas, recepcionadas ou discutidas.
1208 Nós tivemos 450 propostas nesse processo de consulta pública, apenas nesse
1209 processo de consulta pública informal na internet e tem aqui em balanço que
1210 fica aqui para todos os Conselheiros e Conselheiras. O que é essa versão do
1211 Plano? Ela tem um capítulo que é o diagnóstico, esse diagnóstico não foi
1212 submetido à consulta pública no processo da discussão do Plano, mas foi um
1213 diagnóstico que foi elaborado pelo Conama. Nós tivemos o cenário, que é o
1214 mesmo cenário do Plano Nacional do Saneamento Básico. Tem um capítulo
1215 que foi incorporado, isso fruto de todo o processo das audiências públicas, o
1216 capítulo de educação ambiental, em que detalha e trabalha as diretrizes para a
1217 educação ambiental especificamente em relação aos resíduos sólidos, com
1218 uma visão muito, eu diria, abrangente porque a questão do manejo de resíduos
1219 tem relação muito com as ações que as pessoas trabalham no seu dia a dia,
1220 então nós trouxemos um capítulo da educação ambiental específico para o

1221 Plano. Tem um capítulo de diretrizes estratégicas e ações, diretrizes e
1222 estratégias que eu vou fazer um resumo de todas elas. Tem um capítulo de
1223 metas, tem um capítulo de programas e ações e tem, por último, um capítulo
1224 de participação e controle social na implementação e acompanham do Plano.
1225 Nós temos aqui um resumo dessas diretrizes estratégicas, aqui está agrupado
1226 por tipo de resíduo. Só para ter uma dimensão do Plano, são 29 diretrizes, não
1227 é um plano com um conjunto enorme de diretrizes, são 29 diretrizes, são 170
1228 estratégias, para cada diretriz um conjunto de estratégias e um conjunto de 28
1229 metas. E aqui tem para cada tipo de resíduo, como nós discutimos bastante
1230 com os senhores e com as senhoras no momento em que foi apresentado o
1231 plano, esse Plano é de resíduos sólidos. Então ele abrange aqui os resíduos
1232 sólidos urbanos, ele aborda os resíduos agrossilvopastoris, os resíduos de
1233 transportes, aeroportos e fronteiras, os resíduos da construção civil, os
1234 resíduos da mineração, os resíduos industriais, mas para cada tipo de resíduo
1235 nós temos ali uma diretriz e para cada diretriz um conjunto de estratégias, de
1236 tal forma que nós temos ali a quantidade de diretrizes e estratégias para cada
1237 tipo de resíduos, talvez não seja o caso de eu ler para cada um deles, nós
1238 deixamos à disposição aqui dos Conselheiros e das Conselheiras essa
1239 apresentação com essa síntese. Na parte de metas, as metas daquela versão
1240 preliminar, essa versão final, vocês lembram que na versão preliminar nós
1241 tínhamos alguns cenários de metas, alguns planos de metas, tinha um plano
1242 que era desfavorável ao pessimista, um plano intermediário e um plano otimista
1243 e pelas discussões das audiências públicas nos permitiu trabalhar com um
1244 conjunto de metas único. Então nós temos aqui para cada diretriz nós temos
1245 metas e essas metas trabalham todo o País, o País como um todo, e para as
1246 diversas regiões a implementação de forma progressiva até com o recorte em
1247 2015 de 4 em 4 anos até 2031. Então, ali está colocada apenas como exemplo
1248 a meta de eliminação de lixões que é legal até 2014, mas o ponto de análise
1249 será 2015, em que se eliminam os lixões até 2015 e os mantêm eliminados ao
1250 longo do período de vigência do Plano, portanto, ao longo dos 20 anos. Tem
1251 um outro conjunto de metas relacionadas com a recuperação das áreas
1252 degradadas e essas metas têm, eu diria, um gradiente com menor velocidade
1253 no início chegando em percentuais melhores ao longo do tempo, porque toda a
1254 ação vai ser feita no sentido de eliminar os lixões e depois a recuperação da
1255 área degradada posterior. Então talvez o maior desafio seja de fato eliminar os
1256 lixões no primeiro momento, e isso vai evoluir ao longo do tempo. E aí em
1257 relação a todas as regiões. Nós temos aqui também um conjunto de outras
1258 metas. Eu acho que não é o caso de nós lermos uma por uma, mas tem
1259 também a meta para a redução dos resíduos sólidos recicláveis e secos
1260 dispostos em aterros sanitários, é uma meta que trabalha para reduzir 22% dos
1261 resíduos recicláveis secos que chegam nos aterros sanitários até 2015 e um
1262 percentual aqui nessa tabela já foi alterado, ele passou para 45 até 2031, o
1263 gradiente está um pouco alterado porque o Comitê orientador estabeleceu essa
1264 meta para a logística reversa de embalagens em geral, que muito contribui
1265 para essa fração dos resíduos secos que chegam aos aterros sanitários. Então
1266 a meta é reduzir 22% dos resíduos recicláveis secos que chegam nos aterros
1267 em 2015, até 45% dessa redução em 2031. Uma outra meta que tem o mesmo
1268 objetivo, só que na fração dos resíduos recicláveis úmidos, que é 50% dos
1269 resíduos que são gerados no País em média, são resíduos úmidos. Então, a

1270 meta é conseguir reduzir o percentual, reduzir em 19% em 2015 e evoluindo
1271 para 53% em 2031. Eu não vou ler cada uma das metas porque tem um
1272 conjunto grande de metas aqui e nós deixamos depois para vocês, isso foi
1273 analisado e debatido nas Câmaras Técnicas, mas são 28 metas. E tem metas
1274 para cada um dos tipos de resíduos. E como este Plenário, a maioria dos
1275 componentes que participaram aqui participou também muito ativamente de
1276 todo o processo de discussão do Plano nas diversas audiências públicas e
1277 também na consulta pública pela internet, nós consideramos desnecessário
1278 fazer essa leitura, mas fica à disposição se quiser haver um debate. De uma
1279 forma geral, está colocado nesses termos. Nós temos ao final três programas:
1280 um programa que vai no sentido de apoiar a eliminação dos lixões até 2014;
1281 um outro programa para aumentar a reciclagem e um programa que trabalhará
1282 para o apoio institucional aos municípios e Estados para botar de pé a Política
1283 Nacional de Resíduos, tem a ver com a elaboração de planos de resíduos, o
1284 que nós já estamos fazendo hoje em dia, eu lembro que no final do ano
1285 passado têm muitos secretários de meio ambiente aqui de Estados ou
1286 representantes de Secretarias de Meio Ambiente, mas o Ministério do Meio
1287 Ambiente conseguiu contratar, via contrato de repasse com a Caixa Econômica
1288 Federal, a elaboração de 17 planos estaduais de resíduos sólidos. Isso é uma
1289 coisa muito importante, porque nós não só estamos trabalhando para elaborar
1290 o Plano Nacional de Resíduos, mas temos a compreensão que ao longo deste
1291 ano de 2012, o mais no início de 2013, nós devemos ter um Plano Nacional de
1292 Resíduos e, pelo menos, 17 planos estaduais de resíduos sólidos apoiados
1293 com recursos do Ministério do Meio Ambiente, o que vai ser muito importante,
1294 porque esse conjunto de metas, diretrizes e estratégias vai ser desdobrado
1295 pelos Estados e no final do ano passado nós conseguimos também contratar
1296 23 planos intermunicipais que abrangem aí 16 milhões de habitantes
1297 contemplados por esses planos intermunicipais de resíduos sólidos, porque
1298 vocês lembram que nós trabalhávamos com a perspectiva de termos planos
1299 intermunicipais substituindo os planos municipais de resíduos porque senão
1300 nós teríamos que trabalhar cinco mil quinhentos e tantos planos no País.
1301 Então, no geral é essa a abordagem do Plano. Esse Plano, o que nós estamos
1302 fazendo aqui hoje, a mesma discussão que nós estamos fazendo aqui hoje foi
1303 feita no Conselho de Cidades e o Conselho de Cidades aprovou uma
1304 recomendação para o Comitê Interministerial de Resíduos Sólidos, que é
1305 coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente no sentido de dizer que foi
1306 apreciado o Plano e recomendar a sua aprovação para o Comitê
1307 Interministerial. Então isso foi feito no Conselho de Cidades, foi feito no
1308 Conselho Nacional de Saúde. Hoje nós estamos fazendo essa discussão aqui,
1309 obviamente passando pelas diversas Câmaras Técnicas de todos os
1310 Conselhos. Nós temos agora, ele vai passar pelo Conselho Nacional de
1311 Recursos Hídricos, já passou pela Câmara Técnica de Análise do Plano, do
1312 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, passou pela CTIL do Conselho
1313 Nacional de Recursos Hídricos e falta, portanto, a apreciação aqui do Conama,
1314 do Conselho Nacional de Políticas Agrícolas, que também ser analisado agora
1315 no mês de junho. A pretensão do Ministério do Meio Ambiente é chegar ao final
1316 com todos esses instrumentos para colocar à disposição da Presidenta para
1317 decretar esse Plano ou, ao final do primeiro semestre, o mais tardar no início
1318 do semestre que vem, o que de fato vai ser uma grande contribuição para o

1319 País. Eu quero dizer, por fim, à coordenação da mesa que nós tivemos um
1320 processo muito rico de discussão, todos os segmentos se manifestaram nesse
1321 processo de audiência pública, a versão final do plano internalizou muitas
1322 contribuições porque o Plano não é um plano para o Governo Federal, é um
1323 Plano para o país, é um Plano de todos os governos dos Estados, é um plano
1324 dos Governos municipais, da sociedade civil e, portanto, foi um processo
1325 bastante rico em que nós tivemos a oportunidade de ter uma ampla discussão
1326 em todos os momentos dessas audiências públicas e da consulta pública
1327 também. Então, coordenação da mesa, eu retorno a palavra para os
1328 encaminhamentos finais. Só para finalizar, então a nossa pretensão é que seja
1329 discutida aqui no Plenário uma recomendação dizendo que o Conselho
1330 apreciou o Plano tendo analisado nas Câmaras Técnicas e colocar em
1331 discussão essa recomendação.

1332

1333

1334 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dr. Silvano. Só um
1335 esclarecimento. Na verdade o que nós estamos fazendo aqui é uma
1336 recomendação ao Comitê Interministerial. Nós não estamos aqui aprovando o
1337 Plano. Então, abrimos a palavra para esclarecimentos.

1338

1339

1340 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOSON (CNT)** – No ensejo da
1341 temática que é a Política Nacional de Resíduos Sólidos, não exatamente dentro
1342 da Política, mas talvez aproveitando a recomendação, eu venho aqui dizer que
1343 é preciso que nós alteremos o modelo mental em relação à questão de
1344 transportes. O setor de transportes é mais do que o gerador de resíduos. A
1345 questão transporte não deve ser tratada apenas da geração de resíduos em
1346 terminais, na geração do próprio resíduo, com a questão de óleos e etc., mas o
1347 setor de transportes é um elemento, é um elo vital para qualquer programa,
1348 projeto em relação a resíduos e não se restringe à questão de logística reversa,
1349 que nesse ele é vital, mas em todo e qualquer outro processo dessa questão.
1350 Então, nós encaminhamos no dia 18 de junho de 2011 ao Comitê Gestor um
1351 ofício onde nós fundamentamos a necessidade de se criar um Grupo de
1352 Trabalho temático específico para a questão de transporte, pelo seu caráter
1353 transversal e por ser um elemento vital para que essa questão toda funcione. E
1354 nós mesmos, enquanto empresários dessa área, nós não nos sentimos
1355 totalmente capacitados para essa discussão, até para nos fomentar e nos
1356 capacitar melhor para essa discussão. Nós temos que discutir de maneira
1357 muito seria a simplificação de procedimentos de regramento da circulação de
1358 resíduos, quer dizer, essa IN 5 já ajudou bastante, mas ela não é suficiente,
1359 nós temos graves problemas de resíduos, principalmente em regiões do Norte
1360 do País, onde o transporte é majoritariamente hidroviário. Então nós temos que
1361 discutir essa questão com muita delicadeza. A organização e o apoio da
1362 formação de redes para essa ação cooperada do transportador, ele tem que
1363 despertar para essa questão. A melhoria e implantação e adaptação de
1364 infraestrutura viária, a nossa infraestrutura viária em muitas regiões do país é
1365 um risco para o transporte, dependendo do que se está transportando é um
1366 risco imenso. Então, no bojo dessa discussão nós temos que dotar o País de
1367 uma infraestrutura viária que permita que tal política dê certo, além de abertura

1368 e criação e manutenção de linhas de créditos adequadas para essa questão.
1369 Quem acompanhou o noticiário ontem viu a questão dos caminhões que não
1370 estão tendo saída para o euro 5, eu volto a repetir, eu acho que muitos de
1371 vocês já conhecem a característica do nosso setor, é um setor em que mais de
1372 60% não são empresas, eu brinco que é o Pedro e o Bino, mas de 60% da
1373 carga brasileira é carregada pelo Pedro e pelo Bino, são indivíduos, são
1374 pessoas que não têm toda essa capacidade para estarem adquirindo
1375 caminhões mais seguros e ambientalmente mais corretos. Então nós
1376 precisamos de, no bojo dessa questão, também estar criando programas
1377 específicos para a renovação de frota para que o próprio caminhoneiro possa
1378 dar resposta a contento para essa política. Então eu queria deixar isso aqui
1379 registrado, Silvano, eu não sei se isso pode agregar à recomendação e nesse
1380 sentido eu pediria o apoio aos colegas Conselheiros para que a questão do
1381 transporte é uma questão de modelo ambiental, quer dizer, parem de olhar
1382 para o transporte apenas como um grupo empresarial que precisa de controlar
1383 os seus próprios resíduos e comecem a olhar como um grupo empresarial
1384 importantíssimo para que qualquer política nessa área dê certo, seja efetiva e
1385 eficaz.

1386
1387

1388 **O SR. LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA (Governo do Estado do Rio de**
1389 **Janeiro)** – Eu quero aqui, em primeiro lugar, dar os parabéns ao Silvano e à
1390 equipe dele, um trabalho realmente exemplar e exaustivo, nós tivemos uma
1391 das audiências no Rio de Janeiro, acompanhamos e estão de parabéns pelo
1392 trabalho que está posto. Mas ontem nós tivemos uma discussão na ABEMA e
1393 eu queria trazer a vocês essa preocupação e principalmente ao Silvano porque
1394 algumas das metas que nós colocamos no Plano, principalmente na área de
1395 reciclagem, são fundamentais, eu acho que quanto maior forem é melhor, mas
1396 nós sabemos que amanhã elas serão cobradas dos Estados e dos municípios
1397 pelos Ministérios Públicos e por todos pelo seu cumprimento. E nós temos em
1398 processo que é a logística reversa, que nós estamos nesse momento
1399 discutindo os acordos setoriais, sem a qual vai ser difícil nós cumprirmos essas
1400 metas, por mais que o Ministério vá se empenhar e eu tenha certeza que assim
1401 o fará, colocando editais na rua para que municípios e Estados se habilitem,
1402 por mais que os empenhem nós sabemos e pelo exemplo de outros países que
1403 já avançaram nessa linha, que sem a logística reversa, sem o
1404 comprometimento de quem produz lá atrás com a recolha desses materiais,
1405 nós vamos ter dificuldade de cumprir, ao passo que se tivermos ela implementa
1406 nós vamos certamente, não só ter a capacidade e os instrumentos para
1407 cumprir, como para bater essas metas aí se Deus dizer. Então, não sei se é
1408 necessário que nós coloquemos na recomendação, mas pelo menos o recado
1409 está dado. A nossa preocupação é com relação a depois os prazos serem
1410 comprados e a conta estourar nos Estados e municípios e por mais que seja
1411 justa e necessária nós termos dificuldades de implementar. Então, que nós
1412 corramos com os nossos acordos setoriais e que nós tenhamos um paralelo
1413 entre essas ações para que nós possamos ter essa ferramenta para cumprir
1414 essa meta.

1415
1416

1417 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Qual seria a minha ideia, se nós
1418 conseguíssemos aprovar o texto base, se tiver algum tipo de emenda que se
1419 queira fazer, nós durante o intervalo do meio dia nós tentamos sistematizar e aí
1420 quem quiser, eu acho que o Silvano está à disposição para esclarecer, para
1421 nós acertarmos um pouco até a forma. E aí, com isso, nós mais ou menos
1422 damos um certo encaminhamento para essa questão. Mas seria importante já
1423 aproveitar e nós já irmos levantando as questões.

1424

1425

1426 **O SR. MAURO MACIEL BUARQUE (ANAMMA Nacional)** – Assim como a
1427 ABEMA fez, eu quero parabenizar o Ministério, o Silvano com essa
1428 determinação toda para, durante todos esses anos, promover essa discussão e
1429 chegar ao ponto que chegamos. Também ontem na reunião da ANAMMA
1430 fizemos um pouco da discussão da Política e do Plano, obviamente focando no
1431 estado em que estamos da publicação do Plano, e eu quero me antecipar e
1432 deixar registrado aqui no Conama, nós que estamos lá nos municípios e somos
1433 o principal interessado da Política, porque é uma competência muito próxima
1434 às competências dos municípios a gestão dos resíduos, especialmente os
1435 urbanos, e eu não tenho visto sinceramente já passados praticamente dois
1436 anos, um ano e meio da edição da Lei, a produção numa escala que de fato
1437 contemple o que o Plano pretende, que é mudar de fato a realidade da
1438 destinação final dos resíduos no País, eu não tenho visto a produção desses
1439 planos de gestão lá nos municípios. Então, eu quero estar redondamente
1440 enganado que nós vamos daqui num futuro muito próximo pedir apoio a este
1441 Conselho, apoio político, para que nós possamos alterar os prazos que foram
1442 dados pela Lei. Eu quero estar redondamente enganado, eu quero frisar aqui,
1443 até porque nós precisamos de muito mais apoio do que o Ministério já vem
1444 dando, apoio financeiro, o últimos edital que teve uma opção muito forte para
1445 os consórcios, os consórcios são bons porque ganham escala, mas se não
1446 forem bem trabalhados nós vamos criar uma falsa ilusão e uma acomodação
1447 nos municípios, porque ele vai estar contemplado num consórcio, aí ele não vai
1448 dar o passo e se o consórcio falhar ele vai pagar junto com uma série de
1449 municípios que não conseguiram produzir o seu (...). Então, concluindo, eu
1450 quero fazer esse registro. Em relação à recomendação, por mais que esse
1451 tema e esse assunto tenham sido exaustivamente debatidos pelo corpo
1452 técnico, pelos Grupos de Trabalho todos que foram criados, pelas audiências
1453 que foram feitas no País todo, eu quero afirmar que tem alguns Conselheiros
1454 aqui que seguramente não conhecem a fundo ainda nem a Política e nem o
1455 Plano, então nós aprovarmos uma recomendação de algum Plano que nós não
1456 efetivamente conhecemos aqui eu não sei se esse seria o melhor formato, mas
1457 é o que está posto, nós temos que fazer essa colocação para ver se nós de
1458 fato temos segurança para fazer essa recomendação. O Plano é bom, o Brasil
1459 precisa, eu quero fazer essa reiteração aqui, mas nós precisamos atender à
1460 real necessidade de quem está lá na ponta fazendo essa gestão, que é o
1461 município e a Política só tem prazo para o município.

1462

1463

1464 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Na próxima fala, que é a fala do
1465 Doutor Florêncio da CNC, eu tenho inscrito aqui o Bocuhy e a Abes. Eu vou

1466 encerrar as inscrições no intuito de manter aquele horário. Na próxima fala eu
1467 vou encerrar as inscrições. Então, quem quiser se inscrever, por favor, se
1468 inscreva.

1469

1470

1471 **O SR. ANTÔNIO FLORÊNCIO DE QUEIROZ JÚNIOR (CNC)** – Eu gostaria de
1472 complementar algumas informações que foram colocadas em relação à
1473 preocupação do Doutor Firmino em relação à logística reversa. É uma
1474 preocupação grande do setor do comércio, até porque também as metas nos
1475 serão impostas, nos serão colocadas e alguns entraves burocráticos e legais
1476 têm sido abordados por todos os participantes do Grupo de Trabalho e nos
1477 preocupa porque até agora não percebemos nenhum andamento legal e
1478 nenhum andamento prático em relação à solução desses problemas. Vão
1479 desde a classificação fiscal do resíduo que é entregue nos estabelecimentos
1480 comerciais até a própria classificação como resíduo perigoso. Então, quando
1481 essa logística reversa for implantada esses problemas vão sugerir de uma
1482 maneira prática para que esse processo seja cumprido. Então, no
1483 estabelecimento de metas e a cobrança delas às empresas, tanto do setor
1484 industrial quanto do comercial que dela fazem parte, essa cobrança será
1485 implementada. Então essa é uma preocupação grande do nosso setor,
1486 entendemos que aspectos tributários devem ser observados para que não haja
1487 bitributação em relação aos outros produtos que assim sejam colocadas e a
1488 facilitação da devolução dos mesmos. Um outro ponto que nós gostaríamos de
1489 abordar seria uma preocupação em relação à própria política nacional e a sua
1490 recomendação se houver a possibilidade de uma ampliação para que o
1491 comércio possa, se assim desejar, criar a sua gestão do seu próprio resíduo.
1492 Hoje na Política Nacional existe uma colocação que o comércio recebe esse
1493 produto e a indústria é que fará o tratamento. Então, nós entendemos que
1494 existem algumas grandes cadeias de impedimentos comerciais que podem sim
1495 fazer a gestão completa do seu resíduo e até assim manifestar o seu desejo.
1496 Então, gostaríamos que fosse, de alguma forma, criada a ampliação dessa
1497 possibilidade dentro da Política Nacional de Resíduos para que algumas
1498 empresas façam a gestão completa do seu resíduo e não só o recebimento dos
1499 mesmos. Muito obrigado e bom dia.

1500

1501

1502 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Nós temos 2
1503 preocupações iniciais com relação à recomendação e ao Plano Nacional, uma
1504 delas é a questão da obsolescência programada que vem sendo combatida em
1505 vários países do mundo, nós sabemos que há uma prática, há uma distorção
1506 do sistema produtivo que permite a criação de objetos de consumo que têm
1507 uma duração, uma vida muito restrita, isso acaba levando a onerar não só o
1508 uso de recursos naturais, mas também ofende o direito do consumidor. Então
1509 nós temos uma proposta de recomendação para ser inserida ou como
1510 considerando ou como recomendação do Conama no seguinte teor:
1511 recomenda-se medidas para eliminação da prática da obsolescência
1512 programada de extorsão insustentável do sistema produtivo que representa
1513 desperdício de recursos naturais, maior geração de resíduos, ofendendo o
1514 direito do consumidor com custo evitáveis e consumos desnecessários. Então

1515 essa seria a primeira proposta com relação às recomendações. A segunda é a
1516 preocupação com relação ao estímulo aos processos de incineração. E aqui
1517 colocamos a questão da incineração não só como um risco, há falta de
1518 mapeamento de toxinas e furanos no ambiente. Nós não queremos entrar na
1519 discussão tecnológica, mas de qualquer forma a incineração representa uma
1520 perspectiva de lançamento de gás de efeito estufa e etc. Então, que o Conama
1521 cumpra o seu papel e recomende que não sejam estimuladas práticas de
1522 incineração em função dos impactos ambientais inerentes. Eu acho que
1523 simples e objetivo com relação a uma recomendação.

1524

1525

1526 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria fazer o seguinte
1527 encaminhamento, até porque está esvaziando um pouco a plenária, nós temos
1528 aqui as inscrições que eu vou ler agora e até eu sugiro que já conversem com
1529 o Doutor Silvano para nós irmos tentando ver se avançamos um pouco nessa
1530 discussão, porque já são 12h11min. A ideia seria que nós, depois das
1531 atividades da tarde com a Ministra, nós retomemos essas inscrições e aí
1532 façamos o processo deliberativo. Podemos agir dessa forma? Eu acho que
1533 com isso nós não corremos o risco de atrasar o início da sessão da tarde, que
1534 vai ter algumas questões mais de eventos, vamos dizer assim, e fica mais
1535 tranquilo para todo mundo também, nós temos um tempo para almoçar e
1536 retornamos às 14h00min como solicitado pelo nosso presidente, o Doutor
1537 Gaetani. Pode ser assim? Ok. Então, nós interrompemos agora a nossa
1538 reunião e retomamos pontualmente às 14h00min. Obrigado. Eu vou ler aqui o
1539 nome das pessoas que estão inscritas.

1540

1541

1542 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** –
1543 Conselheira Raabe, Conselheiro do Ponto Terra Ronaldo Vasconcelos,
1544 PROAM Zuleica, Alexandre do Estado do Tocantins e Planeta Verde o Lutti.

1545

1546

1547 *(Intervalo para o almoço)*

1548

1549

1550 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal,
1551 vamos dar início aos trabalhos vespertinos. Pessoal, nós já vamos dar início
1552 aos trabalhos da tarde com um informe sobre a Rio+20. A Yana, que é a
1553 adjunta do Fernando Lírio na ASRIO vai dar uma geral a quantas estamos em
1554 relação ao evento. Então eu já vou passar a palavra para a Yana para nós
1555 começarmos sem mais delongas. Obrigado.

1556

1557

1558 **A SR^a. YANA DUMARESQ SOBRAL (Assessora Extraordinária Adjunta
1559 para a Rio+20)** – Boa tarde a todos e todas. A ideia é a nós podermos
1560 conversar um pouco sobre a Rio+20, nivelar as informações sobre como está o
1561 processo preparatório, as negociações e também um pouco de como estão as
1562 questões dos os espaços, os eventos, a agenda da Conferência. Então, em
1563 primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Nós já tentamos fazer

1564 essa conversa algumas vezes, mas que bom que nós conseguimos fazer antes
1565 da Conferência. Então a Conferência Rio+20 engloba três períodos de eventos
1566 distintos no mês de junho na Cidade do Rio de Janeiro. O primeiro dele sendo
1567 o Comitê Preparatório, que é um espaço de negociação que acontece de 13 a
1568 15 de junho. Depois temos o período de alto nível, que acontece de 20 a 22 de
1569 junho com a presença dos chefes de Estado. E esse espaço entre um e outro,
1570 ou seja, os dias de 16 a 19 de junho terão lugar os diálogos para o
1571 desenvolvimento sustentável, que é uma iniciativa proposta pelo Governo
1572 Brasileiro, mas que está sendo implementado em coordenação com as Nações
1573 Unidas também. Nós vamos poder descrevê-lo melhor um pouquinho mais
1574 para frente. Bom, a ideia é que então, ao longo desses dias e em paralelo a
1575 esses eventos que nós chamamos de eventos oficiais, acontecerão também
1576 uma série de eventos paralelos liderados por sociedade civil, organismos
1577 internacionais, governos estrangeiros. Então só de (...) evento oficial temos
1578 mais de 500 eventos acontecendo ao longo desse período no Rio de Janeiro.
1579 Além da programação, qual é o cenário político da Conferência? Então a
1580 Conferência Rio+20 foi desenhada para ser uma conferência de avaliação de
1581 implementação, ou seja, o mandato da Conferência dá a ela a missão de
1582 avaliar o que foi implementado desde 92 e a partir daí, propor novos arranjos
1583 de cooperação e novas formas de alcançar os níveis esperados de
1584 implementação dos compromissos internacionais. Além disso, o que nós temos
1585 também é que a Conferência diferentemente, diferentemente do que foi em 92,
1586 ela não vai ser uma Conferência em que serão assinados textos, pactos,
1587 tratados internacionais. Será uma conferência que vai conferir mandato, que
1588 vai estabelecer processos negociadores. Então o que vai ser acordado no Rio
1589 de Janeiro serão *frameworks* que nós chamamos, em que se estabelecerão
1590 processos de negociação dentro das Nações Unidas. Nesse exato momento,
1591 essa semana, temos a última negociação lá em Nova York, está acontecendo,
1592 os nossos negociadores estão lá e a ideia é que nós possamos vir com esse
1593 texto já mais negociado para o Comitê Preparatório. As negociações têm sido
1594 bastante difíceis como vocês têm acompanhado. O texto primeiro que nós
1595 propusemos e que a ONU... Enfim, que os *chair* da Conferência colocaram na
1596 mesa a partir das contribuições nacionais que todos os países encaminharam à
1597 ONU em novembro do ano passado, esse texto primeiro continha 19 páginas, e
1598 ao longo do processo negociador, os países foram colocando as suas
1599 preocupações, suas prioridades, foram acrescentando textos, acrescentando
1600 propostas e o texto, no mês passado, tinha 200 páginas. Então um texto que
1601 tinha 19, foi para 200 páginas. Então existe, ao longo do mês de maio, um
1602 grande esforço de todos os países e principalmente do Brasil de reduzir o
1603 escopo do texto, de elevar a sua ambição, de elevar o seu foco para realmente
1604 que a Rio+20 possa conferir ou possa ter como resultado processos concretos,
1605 novos processos multilaterais. O que está na mesa hoje de negociação? Hoje
1606 está na mesa de negociação principalmente a questão da governança
1607 internacional para o desenvolvimento sustentável, que alguns confundem com
1608 governança ambiental, mas governança ambiental é uma parte da governança
1609 internacional para o desenvolvimento sustentável e o que está na mesa são
1610 hoje duas propostas complementares e que devemos ter então resultados
1611 concretos em ambas. A primeira delas é uma proposta de ter algum tipo de
1612 instância coordenadora dentro do Sistema ONU que possa coordenar as ações

1613 multilaterais no âmbito econômico, social e ambiental. No nosso documento, no
1614 documento brasileiro de posição que foi lançado em novembro do ano
1615 passado, nós colocamos muito a importância nesse elemento de negociação,
1616 porque partimos do pressuposto ou do princípio de que muito do déficit de
1617 implementação dos compromissos internacionais não se deve apenas por uma
1618 falta de capacidade dos órgãos ambientais internacionais, mas sim porque o
1619 discurso ambiental ou as preocupações da agenda do desenvolvimento
1620 sustentável não foram plenamente incorporados pelos agentes econômicos.
1621 Então a ideia e a proposta desse eixo que está na mesa é de se estabelecer
1622 um mecanismo de coordenação por meio do qual os agentes econômicos, os
1623 agentes sociais e ambientais do Sistema ONU estão submetidos aos mesmos
1624 princípios aos mesmos critérios e às mesmas diretrizes. Então quais são as
1625 saídas para essa questão? A primeira é a criação de um Conselho ou de um
1626 Fórum que seria algo semelhante... Alguns dizem que seria algo semelhante ao
1627 Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, outros já dizem que
1628 poderia ser um Conselho vinculado a ECOSOC, que é o Conselho Econômico
1629 e Social da ONU, outros dizem que poderia ser simplesmente a transformação
1630 do ECOSOC que já é um Conselho Econômico e Social e passaria a ser um
1631 Conselho Econômico, Social e Ambiental. Então agora em Nova York essa é
1632 uma das principais questões que se está discutindo, ou seja, qual seria da
1633 instância coordenadora que daria a coerência entre as ações do Sistema
1634 Nações Unidas, porque como muitos dos senhores sabem, às vezes se acorda
1635 um compromisso internacional, se confere mandato a uma Agência da ONU
1636 para realizá-lo, para implemento, e outra agência do braço econômico, por
1637 exemplo, faz outros projetos com outros princípios, com outras diretrizes que
1638 acaba apurando lá aquele compromisso internacional. Então a ideia com essa
1639 proposta é conferir coordenação, coerência para que a ação do sistema
1640 multilateral seja coordenada. De forma complementar, considera-se ainda
1641 como muito importante o fortalecimento das instâncias ambientais da ONU. E
1642 hoje essas instâncias ambientais se materializam na figura do Programa das
1643 Nações Unidas para o Meio Ambiente do PNUMA, que tem um *status* bastante
1644 fragilizado dentro do Sistema ONU, com orçamento bastante reduzido e a ideia
1645 é que a Rio+20 possa fortalecê-lo em termos de recursos, em termos de
1646 mandato, em termos de participação dos países. Então no que diz respeito à
1647 arquitetura como é o termo técnico, da arquitetura institucional, a Rio+20 se
1648 propõe a prover resoluções nessas duas áreas: na área de coordenação
1649 econômica, social e ambiental e na área de fortalecimento do pilar ambiental.
1650 Ainda está também na mesa de negociação uma iniciativa que tem sido
1651 considerada bastante importante pela maior parte dos países, que é a questão
1652 dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Essa proposta inicialmente foi
1653 colocada na mesa pelos governos da Colômbia e da Guatemala e tem o
1654 objetivo de ser algo semelhante ao que foram os objetivos do desenvolvimento
1655 do milênio, ou seja, aproveitando ou tendo as lições apreendidas, mas
1656 melhorando os pontos que ainda estavam pendentes no *framework* dos ODM.
1657 Qual é a ideia? A ideia é que os objetivos do desenvolvimento sustentável
1658 sejam objetivos comuns a países em desenvolvimento e países desenvolvidos,
1659 porque os objetivos do desenvolvimento do milênio eram objetivos orientados a
1660 países extremamente pobres. Eram questões... Esses objetivos endereçavam
1661 questões como mortalidade infantil, HIV-AIDS, aleitamento materno, saúde...

1662 Bens e necessidades básicas que diziam respeito principalmente a países
1663 extremamente pobres, os países menos desenvolvidos. Então a ideia é que os
1664 objetivos do desenvolvimento sustentável seja um conjunto de objetivos
1665 comuns, de metas, mas que sejam compartilhadas entre países desenvolvidos
1666 e países em desenvolvimento, que todos os países tenham obrigações no
1667 âmbito desses objetivos. E a proposta desses objetivos de desenvolvimento
1668 sustentável tal como ela está sendo negociada atualmente pode ser tanto a
1669 você estabelecer na Rio+20 quais são os temas principais a serem trabalhados
1670 nesses objetivos e a partir daí se lança processo oficial de negociação em
1671 Nova York, como por exemplo, aconteceu com os objetivos do
1672 desenvolvimento do milênio ou já se chegaria na Rio+20 o que atualmente se
1673 considera um pouco mais difícil, tento em vista o ritmo das negociações,
1674 chegar na Rio+20 com os grandes objetivos estabelecidos, ou então apenas
1675 conferir o mandato para negociação desses objetivos. A ideia é que esses
1676 objetivos se refiram a compromissos já acordados como a Agenda 21, como as
1677 convenções, como as declarações de Johannesburgo, por exemplo, que ali
1678 estão os principais temas já acordados e sobre os quais a comunidade
1679 internacional atingiu consenso A ideia dos objetivos do desenvolvimento
1680 sustentável é que a comunidade internacional possa orientar a sua ação e aí
1681 não só governos, mas também setor privado, sociedade civil, que sejam
1682 realmente diretrizes orientadoras para a ação internacional de uma forma bem
1683 abrangente. Outras questões que são objeto de menos divergência estão
1684 também na mesa de negociação, como por exemplo, se dar o mandato para
1685 negociar a melhoria do PIB, ou seja, ter novas formas de mensuração de
1686 progresso. Alguns chamam de PIB Verde, outros diriam que seria algo como
1687 esverdear o IDH. A ideia, entretanto é conferir um mandato... Algumas
1688 agências da ONU já têm trabalhado nisso, mas a ideia é se conferir um
1689 mandato, um processo do todos os países, multilateral, para se estabelecer
1690 novas métricas de desenvolvimento. Além disso, também está em negociação
1691 a adoção de um plano internacional de produção e consumo sustentável. Esse
1692 plano passou os últimos 10 anos sendo negociado. Então é muito provável que
1693 na Rio+20 ele seja adotado. Será um dos documentos que serão realmente
1694 adotados e a partir de então estarão prontos para serem implementados a
1695 partir da Rio+20, que o chamado Plano de Ação de 10 anos Sobre Produção e
1696 Consumo Sustentável. E por fim eu queria falar de duas propostas que são
1697 propostas bastante concretas que, também estão na mesa de negociação. A
1698 primeira delas é uma proposta dos países, principalmente levantada pelos
1699 países insulares, mas a ideia é que se negocie um protocolo adicional à
1700 Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Já existe um debate
1701 bastante amadurecido nas principais instâncias de negociação sobre
1702 diversidade biológica e de direito do mar sobre a necessidade de se ter um
1703 regime internacional para negociação das questões marinhas fora dos
1704 territórios nacionais, fora da zona de autoridade dos países. Então a ideia é
1705 que seja trabalhado um protocolo vinculado não à Convenção de Diversidade
1706 Biológica, mas à Convenção de Direito do Mar. Então muito provavelmente na
1707 Rio+20 sairá uma Resolução para dar o mandato aos países de negociarem e
1708 assinarem, ratificarem um protocolo adicional à Convenção de Direito do Mar
1709 para gerenciamento das questões de diversidade biológica e de bens
1710 ambientais em oceanos e em zonas não nacionais. E por fim, a última questão

1711 que foi está na mesa de negociação é uma proposta 100% brasileira, que é o
1712 chamado Piso de Proteção Socioambiental Global. Essa proposta foi bem
1713 desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social, foi apresentada aos
1714 países do G77 e a ideia é que a partir da nossa história recente como o Brasil...
1715 De que conseguirmos promover a inclusão de alguns milhões de pessoas a
1716 partir de programas de inclusão social, de transferência de renda, que sejam
1717 estabelecidas internacionalmente diretrizes comuns para que os países
1718 possam aderir e, a partir de então, desenvolverem os seus próprios modelos de
1719 inclusão social, tendo em consideração critérios ambientais para esse processo
1720 de inclusão social. Então a proposta do Piso de Proteção Socioambiental
1721 Global foi apresentado aos países do G77, está na mesa de negociação, é
1722 muito provável, entretanto que nós não consigamos aprová-lo na Rio+20 na
1723 sua plenitude, porque alguns países consideram que isso seria um custo muito
1724 elevado para os governos de implementar esse tipo de política. Tem países
1725 que não têm essa tradição de implementação de políticas sociais como o Brasil
1726 tem, mas de qualquer forma, estamos trabalhando para que na Rio+20 seja
1727 realmente alcançada uma Resolução ou um texto que confira aos países essa
1728 possibilidade de trabalharem com políticas coordenadas de inclusão social
1729 tendo em vista questões ambientais também. Bom, eu fiz aqui um breve relato
1730 sobre o que está em negociação agora, mas também queria compartilhar
1731 brevemente a questão dos diálogos para o desenvolvimento sustentável e um
1732 pouco também das atividades do MMA na Rio+20. Então com relação aos
1733 diálogos, a proposta do Governo Brasileiro é estabelecer mesas. Ao todo serão
1734 10 mesas, 10 painéis de debate com grandes especialistas de todo mundo,
1735 inclusive brasileiros. Obviamente não serão somente brasileiros. Serão
1736 especialistas de todo mundo e a ideia é se conversar, chegar a
1737 recomendações. Fora do modelo de negociação multilateral, que todos nós
1738 sabemos que tem amarras, então a ideia é que se possa negociar, chegar a
1739 recomendações dos 10 principais temas da Agenda Internacional do
1740 Desenvolvimento Sustentável, e a partir dessas recomendações, as
1741 recomendações serão levadas aos chefes de Estado para que os chefes de
1742 Estado possam recepcioná-las e, se assim for acordado, estabelecer novos
1743 processos internacionais a partir dessas recomendações. Então a ideia é que
1744 os diálogos para o desenvolvimento sustentável sejam uma ponte adicional
1745 entre a sociedade civil e o segmento de alto nível com os chefes de Governo e
1746 de Estado. Então, por exemplo, caso no painel de oceanos se tenha
1747 recomendações sobre qual deveria ser o formato, a abrangência, o teor desse
1748 protocolo, por exemplo, se isso chegar, isso será levado aos chefes de Estado
1749 e isso poderá tanto fazer parte do rol de recomendações da Rio+20, como isso
1750 poderá ser objeto de tratativas posteriores no âmbito da ONU, mas a ideia é
1751 que esses diálogos, por serem diálogos entre especialistas e fora dos padrões
1752 engessados, vamos colocar assim, de negociação multilateral, é que dali
1753 possam sair ideias mais inovadoras, propostas que possam conduzir e orientar
1754 novos processos internacionais. Bom, os temas escolhidos são: segurança
1755 alimentar e nutricional, desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza,
1756 desenvolvimento sustentável como resposta às crises econômicas, economia
1757 do desenvolvimento sustentável para discutir padrões sustentáveis de
1758 produção e consumo, cidades e inovação, desemprego, energia sustentável,
1759 água, oceanos, e florestas. Esses painéis acontecerão, como eu falei, de 16 a

1760 19 de junho e a sociedade pode se inscrever por meio de um *link* que eu vou
1761 deixar com você, Adriana, caso nós tenhamos interessados aqui, que eles
1762 podem acessar isso na Internet e se inscreverem para participar dos painéis
1763 que tenham interesse.

1764

1765

1766 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Eu
1767 queria agradecer à Yana. Nós vamos retomar o assunto depois da exposição
1768 do Dr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e
1769 Energia. A Yana deu uma geral, mas depois nós vamos abrir para algumas
1770 perguntas e para detalharmos um pouco mais o conteúdo. Muito obrigado,
1771 Yana. Continuamos depois. Dr. Zimmermann, por favor. É com muita
1772 satisfação que nós recebemos aqui hoje o Secretário-Executivo do Ministério
1773 de Minas e Energia para fazer uma breve exposição para os conselheiros
1774 sobre a gestão da matriz energética brasileira. Essa é uma solicitação de
1775 alguns conselheiros do Conama e foi possível nós trazê-lo aqui, que
1776 graciosamente aceitou o nosso convite para uma exposição geral sobre a
1777 questão da matriz energética, tendo em visto as discussões que têm surgido
1778 aqui relacionadas à energia nuclear, o Pré-Sal e à gestão dos processos de
1779 construção de hidrelétricas na Amazônia. Zimmermann, muito obrigado. Seja
1780 bem-vindo. É com muita alegria que nós recebemos sua visita aqui hoje.

1781

1782

1783 **O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN (MME)** – Boa tarde a todos. É uma satisfação
1784 estar participando dessa reunião do Conama. Eu me lembro que eu era
1785 Secretário de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia e tive
1786 a oportunidade de participar naquela vez de outra reunião do Conama. Eu
1787 gostaria de agradecer o convite do Francisco Gaetani, de dar essa
1788 oportunidade do Ministério de Minas e Energia, que tem assento e participa do
1789 Conama, mas que nós tivéssemos a oportunidade dar uma conversada geral
1790 sobre um importante assunto, que é a energia. Eu acho que, conforme aquele
1791 cartaz fala, na verdade nós estamos nas vésperas da Rio+20, então é claro
1792 que toda parte... Essa discussão é muito importante. Mais importante ainda
1793 quando nós lembramos que nas grandes discussões da Rio+20, o Brasil tem
1794 uma característica que considera a Rio+20 efetivamente uma grande
1795 oportunidade de discussão da economia verde, que é que os países
1796 desenvolvidos têm defendido, mas por outro lado, o Brasil já faz economia
1797 verde. Mas por outro lado ele não tem um ponto que é bastante característico
1798 dos países em desenvolvimento, dos países com menos desenvolvimento, que
1799 é na verdade econômica verde com inclusão. Eu começo essa conversa com
1800 vocês... Eu vou ter até as 15h30. Eu começo essa conversa com os senhores
1801 só lembrando o momento que nós vivemos hoje... Eu não vou falar por
1802 enquanto na matriz nossa, mas vou contar um pouco... Vocês têm as
1803 experiências de vocês, mas nós temos as nossas experiências também. Eu
1804 acho que quando nós vamos para o lado internacional e nós tentamos olhar a
1805 lógica de um País como o Brasil, você começa a observar algumas coisas que
1806 são bastante diferentes. Primeiro, se eu estou na França, na Inglaterra, na
1807 Alemanha, nos Estados Unidos, provavelmente eu iria olhar monotonamente
1808 que o consumo de energia ou a carga daquele País é praticamente estável nos

1809 últimos 20 anos. Isso é uma característica do que: País desenvolvido. Quanto
1810 mais desenvolvido, mais migra a economia industrial para a economia de
1811 serviço. Isso é lógico. Isso não tem o que... E é assim. Então esses países eles
1812 têm a seguinte pressão: fica uma turma em uma mesa pensando: este ano eu
1813 acho que eu vou trocar aquela usina. A maioria é 40, 50% a carvão. Nós
1814 estamos falando em um mundo que produz energia elétrica ancorada no
1815 carvão. 40% da produção de energia elétrica no mundo é carvão. Aí, daqui a
1816 dois anos, eu acho que eu vou substituir aquela usina. Esses países que têm
1817 maior capacidade que o Brasil. Mas qual é a diferença? Ele não tem
1818 característica de necessitar implantar novas usinas, porque você tem uma
1819 sociedade que você está tendo um processo de inclusão social. Quando você
1820 olha esses países, então temos desafios diferentes. Temos, e é importante que
1821 nós como brasileiros enxerguemos isso, porque muitas vezes eu vejo
1822 comentários que... Porque o Brasil não precisava por usina nova. O Brasil que
1823 fica inventando essa história. Tem que fazer eficiência energética. Ótimo.
1824 Vamos fazer eficiência energética, mas se você tem que dobrar a capacidade
1825 de consumo ou atender às demandas de uma sociedade que vêm crescendo a
1826 inclusão social, que vem havendo mudanças no patamar da hierarquia social
1827 na escala de consumo, aí você tem uma diferença bastante forte. Quando nós
1828 olhamos que eficiência energética faz parte de qualquer planejamento
1829 energético, você não pode pensar nisso. Não pode pensar que você não vai
1830 fazer. Pelo contrário. Faça. Temos que fazer e temos que fazer muito. No plano
1831 2030 nós prevemos em torno de 10% de... Isso aí, na época, dava eu acho que
1832 uma Itaipu e meia que você deixaria de fazer em adotando políticas que
1833 levassem à eficiência energética, que é o que vem ocorrendo e o que se
1834 achava que era factível você atingir em um sistema como o brasileiro. Mas aí
1835 você olha nesse desenho do que eu estou tentando fazer de contorno dos
1836 desafios de quem senta naquela cadeira do Ministério de Minas e Energia tem.
1837 Então nós temos uma sociedade, País em desenvolvimento, que tem
1838 necessidade de crescer, de ter acesso a mais energia. Aí nós voltamos um
1839 pouco para o País desenvolvido. Aí nós vamos aos Estados Unidos. 15.000
1840 quilowatts/hora/ano de consumo per capita. Vamos par a Europa. 8 mil
1841 quilowatts/hora/ano. África do Sul: 4.700 quilowatts/hora/ano. Fica no mesmo
1842 trópico, que também já me disseram, que eu comento muito isso em
1843 apresentações: ah não, mas o Brasil é um País tropical, que não tem tanta
1844 necessidade de energia. Então é normal ele ter 2.300 quilowatts/hora/ano. É
1845 normal? Uma sociedade que vem lutando para corrigir as distorções
1846 econômicas, sociais e regionais? É normal ter 2.300, metade da África do Sul?
1847 Não é. Então não é difícil supor, para quem trabalha no planejamento
1848 energético, para quem trabalha com a visão de 15, 20 anos que nós vamos ter
1849 migração de classe social, que nós vamos ter aumento de demanda de
1850 consumos básicos, mesmo que nós façamos, mesmo que nós atinjamos 100%
1851 das nossas metas que nós queremos de eficiência energética. Bom, quando eu
1852 caracterizei esse país com relação a um país que tem desafios de operar o que
1853 tem e ao mesmo tempo implantar o que nós vamos necessitar, em 15 anos nós
1854 vamos provavelmente ter que dobrar o que nós já implantamos até hoje. E isso
1855 com fontes de geração. E isso naturalmente com uma sociedade que a cada
1856 dia aumenta os requisitos ambientais, socioambientais desses
1857 empreendimentos. Então é um senhor desafio para quem trabalha nesse

1858 aspecto. Bom, chegamos então do lado da oferta. Em caracterizada essa
1859 demanda, aí nós vamos analisar o que ocorre no mundo hoje. Quando nós
1860 olhamos as alternativas das fontes energéticas, já que eu caracterizei o
1861 aspecto da demanda: País em desenvolvimento que precisa e País com
1862 migração social que aumenta o consumo per capita. Bom, como eu vou agora,
1863 pelo lado da oferta, atender? Bom, quando eu olho o lado da oferta, aí eu olho
1864 uma coisa muito clara: eu tenho a hidroeletricidade que foi o carro-chefe e que
1865 permitiu que o Brasil tenha hoje uma das matrizes mais renováveis do mundo
1866 para produzir energia elétrica. Porque eu falo isso? Porque enquanto o Brasil,
1867 um ano normal, de 80 a 90% a produção de energia elétrica com fonte
1868 renovável, eu posso ter países como a Noruega, que é 90%, mas a média do
1869 mundo de fontes renováveis, sei lá, em torno de 15% para produzir energia
1870 elétrica. Quanto mais rico o País, em média, você vai ter uma matriz menos
1871 renovável e mais ancorada no carvão. Carvão mineral. Então nós olhamos hoje
1872 dentro desse desafio, o Brasil então é prioridade. Isso não é uma historia que
1873 começou agora, começou ano passado, de você explorar os potenciais
1874 hidrelétricos e, por outro lado, adaptado aos novos desafios do aumento dos
1875 requisitos ambientais que a sociedade impôs e que os órgãos ambientais,
1876 vocês mesmos do Conama, têm uma participação ativa de exigir essas
1877 características nesses novos empreendimentos. Aí você olha o Brasil da
1878 década de 80, 90 aquele último estudo da Eletrobrás, falava que nós tínhamos
1879 um potencial hidrelétrico de 263.000 megawatts. Hoje nós no Ministério temos
1880 uma visão bem clara: provavelmente nós chegamos em, talvez no máximo,
1881 em 160.000 megawatts e boa parte aproveitamentos na Amazônia. Claro que
1882 os projetos nós temos que adaptar a isso. E aí nós temos os desafios hoje de
1883 diversos projetos tipo Belo Monte. Belo Monte virou... Talvez foi a usina mais
1884 discutida no Brasil. É um projeto que eu acompanho... Eu sou engenheiro de
1885 carreira do Grupo Eletrobrás. Eu estou há 32 anos no Grupo Eletrobrás e o
1886 Projeto Belo Monte conheço há muito tempo e eu posso dizer com
1887 tranquilidade: é um projeto que eu conheci desde o mais antigo lá e o que
1888 evoluiu para essa configuração de um canal, não inundar terra indígena, não
1889 ter maiores impactos. Aí de repente nós observamos que isso virou a maior
1890 polêmica mundial, o Processo de Belo Monte. Quem conhece aquela região de
1891 Belo Monte, Altamira? É uma região antropizada, que iniciou um processo de
1892 colonização na década de 70 com a Transamazônica e quem conhece aquela
1893 região, os graves problemas sociais que ela teve ao longo do seu processo,
1894 que foi feita a Transamazônica, colocaram uma colonização lá que antropizou a
1895 área, nós temos muitas fazendas de gado e tal, e a polêmica internacional trata
1896 aquilo como se fosse um lugar bucólico, que o homem nunca tinha tocado, e
1897 que nós estaríamos fazendo... Assim como lá fora disseram que em Giral, o
1898 Grupo Zuez estava executando índio, matando índio. Isso saiu em jornais da
1899 França, eu acho. Quem conhece um processo, um projeto hidrelétrico... Eu
1900 acho até que o Conama... No Grupo Eletrobrás uma vez nós fizemos: quando
1901 nós trabalhamos com... Nós consideramos que a hidrelétrica, além de ser uma
1902 solução mais econômica para o País, porque uma hidrelétrica na verdade às
1903 vezes se confunde que o proprietário é dono e vai ganhar rios de dinheiro. Não.
1904 Ele é um concessionário, que vai implantar a usina, vai receber o seu
1905 investimento com uma Taxa Interna de Retorno por 30 anos e depois volta para
1906 a sociedade. Então hoje, quando eu observo a Noruega, provavelmente a

1907 última hidrelétrica deles entrou há muitos anos. Praticamente está tudo
1908 amortizado. Então aquilo é uma vantagem para a sociedade muito grande. No
1909 Brasil, esse processo de hidrelétrica é assim: a concessão é de 30 anos e hoje,
1910 agora mesmo, nós vamos ter em 2015 o vencimento de concessões. Elas
1911 voltam para o Estado. Se o operador, se o atual proprietário vai operar ou não,
1912 o Governo vai decidir, mas ele não vai ser remunerado por ativo que já foi
1913 amortizado. Então essa hidrelétrica vai ter um efeito de baixar... De ter efeito na
1914 tarifa. E isso vai ocorrer por 100, 200 anos contínuo. Porque uma hidrelétrica
1915 se paga em 20 depois de feita. E depois com poucos investimentos, porque eu
1916 tenho que mudar mais a parte mecânica, mas uma barragem dura... A parte
1917 mais cara dura... E se eu cuidar bem do entorno, eu não vou ter grandes
1918 problemas de assoreamento. Eu vou ter... Provavelmente essa hidrelétrica é
1919 um bem que o País vai ter durante muito tempo. Nesse processo então, Belo
1920 Monte, ao condenatório do que nós escutamos falar, e às vezes é bom prestar
1921 atenção porque nós recebemos tanta crítica com relação à hidrelétrica. As
1922 críticas mais pesadas vêm da Alemanha, vêm da Holanda, vêm de outros
1923 países europeus. Agora, por quê? Eu acho que fazer um parêntese, falar d
1924 matriz, eu vou falar de um lado estratégico. Quando você observa que o
1925 potencial hidrelétrico da Alemanha explorado 100%, da França, 80%, Estados
1926 Unidos, 60 ou 50%, qual é a motivação da indústria? Todas as grandes
1927 indústrias, fabricantes de geradores, de equipamentos para hidrelétricas saíram
1928 da Europa porque não tinha mais o que fazer lá e se implantaram em países
1929 como o nosso. Que janela de oportunidades a hidrelétrica gera em um País
1930 desenvolvido? Não gera nenhuma. Agora, por outro lado, se eu sou um País
1931 desenvolvido, e eu estou falando isso... Nada contra nenhuma das fontes
1932 alternativas, não. Isso eu sou voltar a falar depois, mas eu só estou colocando
1933 uma lógica de racionalidade em uma lógica econômica. Eu crio janela de
1934 oportunidade em lugares onde eu exploro mais os meus pontos fortes. Se eu
1935 sou um País desenvolvido, eu desenvolvo tecnologia, eu estou na ponta, eu
1936 quero é vender, e eu quero criar janelas de oportunidade para motivar a minha
1937 economia. E aí, para isso, não agrega nada fazer hidrelétrica. Nós estamos
1938 falando não é só no Brasil. Nós estamos falando... É um crime que se faz
1939 quando eu falo que na América do Sul nós temos um potencial de 500 mil
1940 megawatts. Que se explore 400.000. Hoje se explora cento e poucos mil. Que
1941 chegue perto de um percentual que a Europa explorou, África. Todos os
1942 países... Eu já tive oportunidade de dizer para Ministro Alemão participando de
1943 reuniões: vocês acreditam que você vai desenvolver um País subdesenvolvido
1944 africano implantando painel solar lá? Que riqueza você vai agregar? Nada
1945 contra solar. Eu acho que a solar tem o espaço em determinadas sociedades
1946 que já atingiram um grau de desenvolvimento, que construíram a sua
1947 infraestrutura, que conseguem... Até no caso da Europa, eu acho que implanta,
1948 e o mais urgente possível, porque assim baixa a geração de carvão. Os
1949 Estados Unidos que implantem, baixem a geração a carvão. Porque enquanto
1950 o Brasil, na sua matriz de energia, emite 17% dos gases do efeito estufa, eu
1951 falei em uma reunião do *Clean Energy Ministerial*, Europa: 70%, China: 79%. A
1952 parte de energia, que aqui no Brasil é 17, combustíveis líquidos e energia
1953 elétrica. Na Europa, 70, Estados Unidos, 76, China, 79%. Então eles que
1954 detêm tecnologia, eles tinham que estar com um programa muito mais
1955 agressivo para eficiência energética. Eles têm tecnologia, têm capital. Teriam

1956 que ser muito mais agressivos do que são. Painéis solares? Ótimo. Teriam que
1957 ser mais agressivos também. Tudo isso que eles conseguissem colocar seria
1958 redução de emissão de gases do efeito estufa. Não. Mas o esporte predileto é:
1959 vou pensar em por painel solar na África. Isso é um crime. O que você acha
1960 que vai desenvolver uma comunidade que recebe um painel solar isolada do
1961 mundo, que não tem infraestrutura nenhuma, vai o que? Ascender uma
1962 lâmpada? E o que mais, se o País não tem nada? Quando nós falamos em
1963 hidrelétrica, nós falamos o que o Brasil conseguiu fazer no seu passado e por
1964 isso que eu peço: façam uma avaliação daqueles municípios brasileiros que foi
1965 implantada uma hidrelétrica com aquele semelhante que não foi. E me
1966 compare o IDH, me compare índice de desenvolvimento econômico. E não
1967 venham com aquela história: o pico da obra dá muito emprego, mas depois vira
1968 uma crise social na região. Não. A Eletrobrás uma época fez essa pesquisa e
1969 não tem isso. Pelo contrário. Pelo contrário. Quando nós falamos em projetos
1970 estruturantes, eu me lembro que em uma viagem que nós fizemos com a
1971 Presidenta agora em novembro ou dezembro a Moçambique, eu me lembro
1972 que a Vale do Rio Doce está implantando lá uma exploração de carvão.
1973 Moçambique tem grandes reservas de carvão e como todo País em
1974 desenvolvimento ou não desenvolvido, ele tem dificuldade de ingresso de dólar
1975 no País, até para ter uma vida normal de atrair investimento, de comprar e
1976 exportar. Então esse projeto da Vale é um investimento de U\$
1977 9.000.0000.000,00. Aí eu vi o Presidente moçambicano elogiando o projeto da
1978 Vale. A Vale estava usando uma experiência que foi usada na Usina de Santo
1979 Antônio lá em Moçambique. Qual foi a experiência? Usina de Santo Antônio, o
1980 governo tinha recomendado que aquela usina... Não sei se saiu na
1981 condicionante ambiental na época, que contratasse mão de obra local. A
1982 Marília lembra disso. O primeiro empreendedor de Santo Antônio, junto com o
1983 SENAI, criaram aquele Projeto Acreditar. O que ocorreu na prática? Para quem
1984 mora em uma cidade desenvolvida, a região... Sei lá, Rio de Janeiro, São
1985 Paulo, Sul, Brasília, talvez não dê tanto valor, mas você vai para uma região
1986 subdesenvolvida no Brasil, onde você recebe um investimento desses e você
1987 treina em três anos mais de 35 mil pessoas, aí você pensa: não, mas era para
1988 operador de equipamento, era para marceneiro, era para pedreiro. Mas para
1989 quem não tinha nada, você está agregando naquela sociedade um vetor de
1990 desenvolvimento. Isso fica. Na África, e isso eu escutei do próprio Ministro, teve
1991 projetos implantados por países grandes da Ásia, chega aquele navio grande,
1992 descarrega um monte de mão-de-obra, vai lá, faz e sai. Não fica nada. Ficou lá
1993 a obra. Aí eles falando a diferença, porque naquele projeto de minas de carvão
1994 e a exploração grande lá e mineral que a Vale estava fazendo, 80% foi
1995 contratado no local e formado no local. Para uma região que não tinha nada, é
1996 um salto que você está dando. Então como eu posso pensar que eu vou
1997 chegar a um País desses e vou trazer painel solar para uma sociedade
1998 totalmente desestruturada, sem... Eu tenho que pensar é nos projetos
1999 estruturantes. Então quando nós defendemos que a hidrelétrica pode ter esse
2000 papel, que siga todas as condicionantes ambientais, socioambientais, seja feito
2001 dentro do melhor padrão, isso ninguém tem dúvida que a nossa realidade é
2002 essa, mas que ela é um vetor de desenvolvimento regional, ela é. É um vetor
2003 de inclusão social? É. Saindo um pouco da hidrelétrica, vamos voltar às
2004 alternativas que o Brasil tem. Então nós somos um País que temos que colocar

2005 todo ano praticamente 5, 6.000 megawatts e até 2030 nós vamos ter que estar
2006 com o dobro de oferta de energia. Então o Brasil tem um potencial de
2007 remanescente de hidrelétrica, que nós vamos aproveitar, e com formas
2008 bastante amigadas, adaptadas. Se a região não é antropizada, na verdade é
2009 blindar aquilo como o Projeto Tapajós, usando aquele conceito de usina
2010 plataforma, você vai blindar toda uma área, de fortalecer aquelas florestas
2011 nacionais e etc., mas você vai trabalhar de forma que lá não vai ser um vetor
2012 de desenvolvimento regional. Esse é o princípio. Se não é região antropizada,
2013 eu não vou desmatar uma região ou causar impacto. O impacto vai ser o
2014 mínimo possível para você aproveitar o recurso hidrelétrico, mas vai minimizar.
2015 Vai minimizar o máximo possível que não vai deixar nascer cidade, não vai
2016 deixar nascer nada no entorno disso. E isso de uma forma já estruturada, que
2017 no próprio processo de licenciamento da usina, no EIA/RIMA, essas condições
2018 já vão estar bem claras. Ninguém quer desenvolver a Região do Tapajós. Na
2019 verdade, nós só queremos o potencial hidrelétrico lá com o menor impacto
2020 possível. Menor impacto possível inclui que não se faz mais hidrelétricas no
2021 Brasil sem uma forma do transporte, de continuar o fluxo gênico de peixes. Isso
2022 já é realidade nos projetos novos. Você já tem até usinas como Itaipu
2023 funcionando. Então isso aí eu não tenho a menor dúvida. Quando eu olho para
2024 as alternativas de fonte renováveis, eu vejo a biomassa. A biomassa é uma
2025 alternativa, porque você utiliza. Eu falei biomassa porque ela tem um impacto...
2026 Hoje um dos produtos do cana, a matriz energética brasileira que entra
2027 combustíveis líquidos, gás, petróleo, tudo, mais energia elétrica, você tem hoje
2028 em torno de 45, 46% de matriz renovável. A média do mundo é 13, 14%. Nos
2029 países desenvolvidos é 6%, quando eu considero matriz energética;
2030 combustíveis e mais a produção de energia elétrica. Aí, quando eu olho para os
2031 produtos da cana, que foi outra solução brasileira, o Etanol, hoje a hidrelétrica
2032 na matriz energética brasileira participa com 15%. O Etanol, os produtos da
2033 cana, a geração de energia elétrica com biomassa, o Etanol nos veículos leves,
2034 têm uma participação de 17%. Maior que da hidrelétrica. Então nós já temos
2035 uma ideia do peso do que significa a participação do Etanol, o peso que ele
2036 tem. E tem perspectiva... O Etanol tem uma história de sucesso no Brasil pelo
2037 aumento da produtividade sem expansão de área. A produtividade por hectare
2038 foi muito grande e isso tornou o Etanol mais eficiente e mais amigável com
2039 relação à parte do saldo de carbono com relação à absorção e emissão que
2040 tem no mundo. Bem diferente do Etanol do milho e etc. Vamos para a eólica.
2041 Tudo isso nós estamos falando de um setor que tem que se preocupar com
2042 custo da energia. Vocês todo dia leem o jornal e veem como essa energia
2043 elétrica no Brasil é cara. E realmente está cara. Está tirando a competitividade
2044 do nosso setor industrial. Está. É uma tarifa que está acima dos padrões
2045 internacionais, mas a sociedade brasileira, em diversos momentos, através do
2046 Congresso e seu governo, ela utilizou a tarifa de energia elétrica para fazer
2047 política social, ela utilizou a tarifa de energia elétrica para fazer política fiscal,
2048 usou a tarifa de energia elétrica para correção de distorções regionais e hoje
2049 nós chegamos a um ponto que coisas que provavelmente teriam que ser o
2050 contribuinte que teria que... Quando eu falo contribuinte é tesouro que teria que
2051 patrocinar políticas públicas nacionais, o próprio consumidor de energia elétrica
2052 que acabou pagando isso. E quando você faz isso, você acaba causando um
2053 impacto negativo na economia, porque quanto mais alta a tarifa para setores,

2054 tipo industrial, comercial e etc., menor a competitividade que ele tem no mundo
2055 globalizado. Então você tem essa discussão forte hoje no Governo sobre que
2056 medidas são possíveis o setor viver, que um estado, uma unidade da
2057 Federação que não tem... Que não fez nada para produzir energia elétrica,
2058 transmitir, distribuir... Só um exemplo, Minas Gerais, que é o que mais cobra
2059 ICMS, por exemplo, em cima de energia elétrica, eles cobram por fora, dá 43%.
2060 Então se uma conta fosse de R\$ 100,00, o consumidor vai pagar R\$ 143,00 se
2061 ele estiver em Minas Gerais, porque R\$ 43,00 vai como uma fonte de recurso
2062 para o estado. Então isso, na média brasileira, é mais ou menos 20 e poucos
2063 por cento da conta de energia elétrica é tributo que vai para o governo
2064 estadual. Não é controle da União. É estadual. A União tem em torno de 6% de
2065 PIS/COFINS de tributos aí. Então nesse aspecto das fontes, aí nós vamos
2066 então para uma bem conhecida de vocês: eólica. A energia eólica, nós tivemos
2067 muita pressão... Nós tivemos o primeiro impacto... Aí chegando na eólica. A
2068 eólica é interessante, porque nós tivemos uma grande pressão. Nós fizemos o
2069 PROINFA, isso em 2004. Aí todo ano nós recebíamos a Carta dos Ventos, que
2070 eu vi o Ex-Ministro Minc dizendo que foi ele que resolveu a eólica de 2009. Não
2071 tinha nada. Carta dos Ventos tinha todo ano, e não era isso que ia resolver.
2072 Faltava na eólica a lógica econômica, a lógica da racionalidade. Se eu já tenho
2073 tarifas altas, eu não posso agravar. E nós achávamos... E aí o Ministério... E eu
2074 estou lá desde o final de 2004, eu sei bem essa história, você tinha que achar...
2075 Os fabricantes iam lá, os empreendedores, nós dizíamos: olha, o nosso modelo
2076 busca a modicidade praticidade tarifária. Eu não posso preferir uma fonte que é
2077 mais econômica que vocês, renovável da mesma forma porque vocês... Aí
2078 finalmente o setor começou a baixar a expectativa. Aí nós fizemos o primeiro
2079 leilão em 2009. O primeiro leilão foi uma grata surpresa. Eu me lembro que
2080 quando nós votamos em torno de 180 o valor teto... Só para lembrar para
2081 vocês, nós estávamos com o preço do PROINFA Eólico quase 300 e nós
2082 botamos 180 teto para disputar. Aí eu recebi vários empreendedores lá que
2083 chegavam e diziam: não vai dar ninguém. Vai dar vazio. Aí nós tivemos uma
2084 grata surpresa: uma concorrência enorme e o preço médio caiu para 140 e
2085 poucos reais. Aí eles vinham: nós queremos agora garantir uma política de
2086 tantos megawatts por ano. E nós dizíamos: quem vai garantir são vocês. Aí
2087 fizemos o leilão no ano seguinte, que nos animou. Estamos com preço aí
2088 para... Aí nova grata surpresa: em 2010 o leilão, o preço médio ficou em 130 e
2089 pouquinho. Claro que nos incentivou. Fomos para mais um leilão. Aí chegou...
2090 Os preços dos últimos leilões ficaram em torno de R\$ 100,00. Então com isso
2091 ganhou o consumidor. A fonte está entrando pela porta da frente. Não é uma
2092 fonte que precisava mais de subsídios. Você tinha uma lógica racional e
2093 sustentável e hoje a eólica participa ativamente aí. O carro-chefe é a
2094 hidroeletricidade. A eólica é complementar. A biomassa também é da mesma
2095 forma complementar. Vamos para térmica gás natural. É alternativa que o
2096 Brasil tem. Gás natural chama atenção os aspectos das reservas de Pré-Sal, o
2097 setor elétrico brasileiro, por ser muito hídrico, ele trabalha melhor, para você
2098 não verter gás, com o próprio GNL, o Gás Natural Liquefeito, que você
2099 precisa, você aciona e ele vem. Tem mais lógica do que ficar queimando gás na
2100 hora que eu estou com excesso de água. Tem ocupado um espaço e só tendo
2101 mais gás, ela... E compete com todas as outras fontes aí que nós citamos.
2102 Nuclear é outro ponto que sempre levanta polêmica. Os Estados Unidos era o

2103 País que mais tinha plantas nucleares. Depois de (...) *Island*, ele freou e fez
2104 uma recapitação, reviu todos os seus procedimentos de segurança e
2105 revisitou cada usina que eles tinham. Chernobyl, aquele problema que nós
2106 tivemos na Rússia, aquele acidente terrível e causou uma série de problemas.
2107 A própria Alemanha na época divulgou que ia parar o programa nuclear dela e
2108 que até 2020 ela iria zerar a parte de nucleares na Alemanha. E o Brasil fez
2109 Angra I, fez Angra II e aí, na sequência, a Angra II era uma usina que tinha um
2110 bom desempenho, um bom projeto. Nós então decidimos... Foi levado para o
2111 Conselho Nacional de Política Energética e foi... Ela tinha preço e ela tinha...
2112 Naquele momento e aí foi decidido fazer Angra III. A tecnologia estava
2113 adequada e era muito semelhante à Angra II que nós já operávamos. Aí outro
2114 dia me perguntaram: o Brasil vai fazer mais nucleares? Eu falei: olha, primeiro
2115 nós temos o Plano Decenal de Energia que está para sair agora em 2021, que
2116 é aprovado por Portaria do Ministro e tal, e me perguntaram se entrava alguma
2117 até 2020. Aí eu falei: até 2020 tem Angra III. Só. Não tem nenhuma outra
2118 prevista ali. Eu falei: não tem uma decisão com relação a isso. O que eu sei é
2119 que o Brasil tem uma das maiores reservas de urânio do mundo, que o Brasil
2120 detém a tecnologia do enriquecimento e que ela tem um atrativo de hoje, em
2121 um ambiente de emissões, ela é uma energia teoricamente não emissora de
2122 gases de efeito estufa. Então esse é o lado que existe hoje no Brasil. Para
2123 frente nós sabemos que nós não podemos ancorar um País com um
2124 percentual, até por lógica elétrica, eu não posso achar que eu vou expandir o
2125 Brasil somente com eólica. Eu não consigo operar um sistema com essas
2126 características só com eólica. Eu tenho que... Então, enquanto eu conseguir
2127 expandir com hidroeletricidade, enquanto eu conseguir expandir com
2128 complementares como eólica e como biomassa e outras, tudo bem. Eu tenho
2129 racionalidade econômica para ir optando por essa matriz de gás natural. Agora,
2130 dependendo de como evoluir esse crescimento, a próxima década, a década
2131 de 20, nós vamos ter uma grande discussão nacional sobre como nós vamos
2132 atender as demandas de energia no Brasil, já que nós estaríamos perto de
2133 esgotar o potencial hidroelétrico e nós precisamos de alguma fonte de base
2134 para atender esse crescimento do mercado. Na parte... A outra fonte que se
2135 nós falávamos de energia elétrica que hoje há uma discussão muito grande e
2136 que eu já a citei ainda há pouco, a ontem solar. O Brasil tem um dos maiores
2137 índices solares... Índice de insolação. É um país que tem essa característica.
2138 Nós temos regiões do Nordeste... Até o MCT aprovou um projeto de uma
2139 central solar heliotérmica que o SETEL, a Eletrobrás, Chesf vão fazer no
2140 interior de Pernambuco, uma região que tem uma... Então, em nível de solar e
2141 heliotérmica, há estudos para se fazer, mas há muita pesquisa. A Espanha
2142 trabalhou muito nisso, a Califórnia trabalha, mas por enquanto com custos
2143 bastante elevados com relação a essa fonte. Por outro lado, chama atenção, e
2144 eu mesmo tive oportunidade há três anos de ir no Enirel, aquele centro de
2145 pesquisa contratado pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos e aí
2146 você vê que lá... Eu encontrei até pesquisadores brasileiros, e lá eles
2147 trabalham muito no desenvolvimento e eles apostam muito o solar fotovoltaico,
2148 que o solar fotovoltaico, como vocês sabem, ele trabalha aí com eficiência...
2149 Sei lá, entre 14... Os melhores chegam a 18, 19% e lá eles estão trabalhando.
2150 Tinha linhas de pesquisa com tintas e outras. E eles tinham uma expectativa de
2151 chegar a um nível da ordem de 40%, 40 e poucos por cento e com uma

2152 expectativa de uma baixa do custo do painel da célula fotovoltaica. Quando nós
2153 olhamos... Mais recente veio uma delegação comandada pelo Vice-Ministro de
2154 Energia Americano e lá eles trabalham no horizonte de curto prazo, médio
2155 prazo e curto prazo, vão chegar... A expectativa deles e eles acham que
2156 chegam a U\$ 60,00 por megawatts/hora produzido por painel fotovoltaico Então
2157 hoje no mundo há uma grande discussão. Eu acho que o Brasil tem que
2158 acompanhar isso, o Brasil tem que... Mas nós temos que ter muita prudência
2159 em relação a esse aspecto, de você querer só jogar um custo de experiências
2160 aqui dentro. Quando são experiências, é como isso que eu falei: tem algumas
2161 experiências implantando determinados tipos de centrais solares em nível de
2162 pesquisa. Agora, quando eu discutir uma política mais forte disso, eu não
2163 posso só olhar o Brasil como quintal daqueles fabricantes chineses e europeus
2164 que vêm aqui descarregar o equipamento para nós pagarmos. Então nós
2165 sabemos que a ANEEL, por exemplo, colocou em audiência pública uma
2166 discussão a respeito do medidor bidirecional, que tanto mede o que ele injeta
2167 na rede, como o que recebe. Isso é interessante, mas cuidado: a Alemanha
2168 quando fez isso, fez uma lei bastante radical e obrigava a distribuidora a
2169 comprar essa energia, não só a diferença, mas... E várias distribuidoras tiveram
2170 problemas na Alemanha. Então, se eu trabalho com sistema de atendimento,
2171 uma rede de distribuição, eu tenho que tomar cuidado, que quando eu faço
2172 isso, eu vou diminuindo para quem ficou só na rede e que normalmente é o
2173 mais pobre, que não vai ter condições de ancorar, ele ter que sustentar todos
2174 os custos dessa rede. Então tem cautelas que têm que ser adotadas e a
2175 ANEEL está adotando algumas para se evitar aquele problema que ocorreu na
2176 Alemanha. Então o solar pode evoluir? Pode. O setor de energia elétrica hoje
2177 não trabalha com a hipótese de... Até pelas razões que eu já expliquei que nós
2178 vamos fazer uma política de incentivo. Nós vamos criar um PROINFA especial
2179 para... Não existe mais espaço para isso. A tarifa do consumidor brasileiro não
2180 existe. Se houver uma política do Ministério de Ciência e Tecnologia que venha
2181 a trabalhar dentro de uma política nacional ampla, industrial e etc., aí tudo bem,
2182 mas nós temos que sempre ter essa cautela. Na parte de petróleo e gás,
2183 quando nós falamos em matriz energética, até porque o setor elétrico é
2184 bastante complexo e eu sou oriundo do setor elétrico, então... Mas desde que
2185 vim para o Ministério, trabalhando com planejamento energético, na parte de
2186 petróleo e gás criou uma nova referência no Brasil. Eu falei ainda há pouco o
2187 efeito... Eu acho que não tinha comentado aqui, mas o efeito que nós estamos
2188 tendo nos Estados Unidos com a história que muitos países não estão
2189 aceitando, mas lá virou uma realidade, a história do gás não convencional,
2190 *shale gas*, com fraturamento hidráulico e etc. Aquele gás que só para vocês
2191 entenderem, você tem a rocha depósito, normalmente vai óleo e o gás e você
2192 tem a rocha geradora. Você, na verdade, vence algumas etapas aí de milhões
2193 de anos, vai direto à geradora e aí os Estados Unidos, que é um grande
2194 consumidor de gás de repente está usando esse gás atendendo já a 30 e
2195 poucos por cento da sua demanda. Só para vocês terem uma ideia, o consumo
2196 no Brasil é 60 milhões. Lá são um bilhão e 100 milhões m³/dia. E hoje, 30%
2197 eles estão atendendo com *shale gas*. E mudou. O impacto nos Estados Unidos
2198 foi monstruoso, porque reduziu até aquele grande apetite pela matriz, por
2199 fontes mais renováveis e a indústria petroquímica passou a migrar, a voltar
2200 para os Estados Unidos. Então aqui na América do Sul nós temos um País

2201 vizinho, a Argentina, que as reservas de gás não convencional é a terceira
2202 maior do mundo. Então a Argentina vai ter que impacto aí a partir do momento
2203 em que começa a explorar. Hoje ela está produzindo não sei se 6,7 milhões
2204 m³ por dia de *shale gas* ou de gás não convencional e tem perspectiva. No
2205 Brasil existe a perspectiva em algumas bacias sedimentares, mas ainda o
2206 nosso conhecimento... Pelo menos o conhecimento precisa aumentar. Nós
2207 sabemos que na Europa tem países como a França que não aceitam isso,
2208 porque têm medo que haja contaminação dos lençóis freáticos aí com relação
2209 de gás mesmo, já que a indústria americana evoluiu para usar fraturamento
2210 hidráulico e tal, e areia com água. Não usa mais praticamente produtos
2211 químicos, mas na Europa alguns países têm restrição. Isso provavelmente vai
2212 ser uma grande discussão que vai haver no Brasil a partir do momento em que
2213 você caracterize uma perspectiva da entrada maior desse combustível na
2214 nossa matriz. A parte de petróleo, nós devemos chegar em 2020 com uma
2215 produção da ordem de cinco milhões de barris por dia. Nós devemos entrar na
2216 época do consumo de três milhões de barris por dia. Então nós vamos estar
2217 aptos... De 5 a 6 milhões. Nós vamos estar aptos a exportar de 2 a 3 milhões
2218 de barris por dia. Como vocês sabem, nós vamos ter praticamente um
2219 incremento em cima do Pré-Sal. Grande desafio que nós temos de petróleo é
2220 ali as grandes reservas de Pré-Sal e a parte de Etanol que nós buscamos que
2221 haja um crescimento, que haja uma implantação, porque nós somos o único
2222 País que foi bem sucedido, pelo menos em termos de percentuais. O
2223 americano produz mais Etanol, mas nós temos aí uma... Nós temos tecnologia,
2224 que foi o aspecto que se desenvolveu a cultura da cana e por outro lado eu
2225 acho que vai ter um espaço bom. Em linhas gerais, o que eu ia falar então de
2226 matriz energética e com aqueles comentários de inserir mercado, onde inserir
2227 as alternativas de fonte, nesse tempo que foi me dado, eu tentei passar para
2228 vocês aquilo que para quem senta naquela cadeira... Daqui a pouco eu saio de
2229 lá, daqui a pouco vai ter um de vocês ou alguém, algum outro brasileiro
2230 sentado lá vai se deparar com essa característica: de um País em
2231 desenvolvimento, um País que tem uma sociedade exigente, cada vez mais
2232 exigente em termos ambientais e por outro lado uma sociedade que vai se
2233 desenvolvendo, que vai se incluindo socialmente aumentando as demandas.
2234 Eu agradeço então à Coordenação do Conama mais uma vez aí a
2235 oportunidade de ter vindo aqui e estaremos sempre à disposição. Obrigado.

2236
2237

2238 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Eu
2239 queria agradecer ao Zimmermann a oportunidade dele aqui antes de passar a
2240 palavra para a Ministra e dizer que nós infelizmente hoje não temos a
2241 oportunidade de discutir em função da agenda da Ministra, mas foi bastante...

2242
2243

2244 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Calma.
2245 Tem um rito de protocolo. Calma. Tem uma sequência.

2246
2247

2248 **O SR. PAULO NOGUEIRO NETO (ADEMA/SP)** – Na realidade, me parece
2249 que houve uma defesa de parte do Ministério de Minas e Energia, eu acho que

2250 legítima. De certa forma, o Conselho também representa visões diferentes. Nós
2251 gostaríamos até que tivesse um espaço para fazer uma discussão, que nós
2252 temos várias questões que não estão bem claras e nós contestaríamos vários
2253 dados que o senhor falou aqui. Então para uma próxima reunião então nós
2254 vamos até pegar as suas declarações obviamente para fazer um documento
2255 junto com as ONGs, isso é uma proposta também, e trazer aí, se o senhor
2256 puder na próxima vez, na próxima reunião do Conama, já que talvez... Eu não
2257 sei se hoje teria oportunidade de fazer essa discussão, não sei. Se não for
2258 possível hoje, em uma próxima reunião nós poderemos fazer essa discussão
2259 qualificada com dados para não ficar só uma visão aqui que de certa maneira
2260 foi uma... Na minha concepção, uma defesa de algumas formas de energia,
2261 principalmente hidrelétrica, não é? Ou seja, defendendo a política atual que
2262 muitas vezes, do ponto de vista que nós consideramos, que está trazendo uma
2263 série de impactosa nível nacional e mundial. Então eu não sei como é que
2264 ficaríamos esse encaminhamento, mas eu considero que ficou prejudicada a
2265 nossa não possibilidade... Eu estou vendo aqui que me parece que... Como
2266 nós vamos dar sequência a essa discussão? Obrigado.

2267
2268

2269 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Na
2270 verdade, só para esclarecer, a ideia é abrir essa discussão. Não vai ser em
2271 uma exposição, em um debate que nós (...) essa conversa. Nós começamos na
2272 reunião passada com a discussão de energia nuclear, estamos aprofundando
2273 hoje com a visão mais de matriz energética de conjunto e vamos organizar
2274 melhor para que haja espaço para esse debate ser processado aqui dentro.
2275 Hoje infelizmente foi uma questão da agenda nossa. Tanto o Secretário-
2276 Executivo Zimmermann quanto a Ministra estavam com as agendas
2277 programadas dessa forma. O que foi feito é uma abertura desse debate. Mas
2278 nós vamos continuar aprofundando e nas próximas reuniões nós vamos
2279 organizar de forma que tenhamos mais tempo para aprofundar essa discussão
2280 com outras visões. Obrigado. Eu queria agradecer ao Zimmermann...

2281
2282

2283 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Eu acho
2284 que ele colocou uma coisa muito objetiva. Eles querem fazer uma avaliação de
2285 fala e vão colocar os questionamentos deles. Coloque os questionamentos e
2286 chama para um diálogo. Eu acho que é com bastante objetividade. Não se
2287 defende uma posição. Está se defendendo uma estrutura do sistema de
2288 geração de energia do País com uma visão estruturada de planejamento
2289 energético. Se os senhores têm questionamentos sobre as posições colocadas,
2290 coloquem por escrito e faz-se um debate com especialistas. Eu acho que não
2291 tem nenhuma dificuldade de ter diálogo aberto em torno das prioridades de
2292 investimento de geração de energia no País. Pelo que eu entendi da fala do
2293 senhor, o senhor quer fazer argumentos frente ao que foi dito. Coloque os
2294 argumentos, não hoje por causa do... Mas coloque por escrito e peça um
2295 diálogo. O pessoal do setor elétrico, eu tenho absoluta convicção que não terá
2296 nenhuma dificuldade em promover o diálogo com o Conama. Absolutamente
2297 convicção disso. Aí fica mais fácil. Isso atende a sua demanda? Pelo que eu
2298 entendi da sua fala, o senhor queria fazer uma avaliação, tem pontos que o

2299 senhor diverge e outros podem divergir, não só o senhor, mas todos os
2300 conselheiros do Conama. Todo mundo pode colocar posições sobre a fala
2301 colocada pelo Ministério de Minas e Energia, e a partir daí nós organizamos
2302 esse diálogo em torno das posições. Pode ser assim?

2303

2304

2305 *(Intervenção fora do microfone)*

2306

2307

2308 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA) –** Pode.
2309 Sem nenhum problema. Está bem assim? Eu acho que são argumentos.
2310 Agora, o que eu solicito a todos é que apresentem argumentos com
2311 justificativas robustas tecnicamente falando. Eu estou falando para poder...

2312

2313

2314 *(Intervenção fora do microfone)*

2315

2316

2317 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA) –**
2318 Desculpe. Eu não estou questionando isso. Eu estou apenas dizendo para que
2319 o debate possa dar continuidade. Isso é que eu estou dizendo. Está bem?
2320 Então na próxima reunião vão ser apresentar os questionamentos e aí vai
2321 decidir como que vai ser o rito de diálogo sobre a matriz energética brasileira.

2322

2323

2324 **MESTRE DE CERIMÔNIA –** Boa tarde, senhoras e senhores. Nós solicitamos
2325 a todos que mantenham seus telefones celulares desligados ou na opção
2326 silenciosa. Neste momento daremos início à cerimônia de abertura da Semana
2327 do Meio Ambiente. Por meio do Decreto Federal 86028, de 27 de maio de
2328 1981, o Governo Brasileiro estabeleceu que se promovesse em todo o território
2329 nacional a Semana Nacional do Meio Ambiente, que tem por finalidade apoiar a
2330 participação da comunidade nacional na preservação do patrimônio natural do
2331 País. A Semana Nacional do Meio Ambiente em 2012 fará parte do processo
2332 preparatório para a Rio+20. Almeja-se assim apresentar antes da Rio+20 as
2333 credenciais do Brasil com País líder em iniciativas para a sustentabilidade,
2334 traduzidas em termos de resultados já alcançados e indicações sobre a futura
2335 agenda nacional para o tema. Já compõem a mesa a Ministra de Estado do
2336 Meio Ambiente, a senhora Izabella Teixeira, o Secretário-Executivo do
2337 Ministério do Meio Ambiente, senhor Francisco Gaetani, o Presidente o Ibama,
2338 senhor Volney Zanardi, a Diretora do Departamento de Apoio ao Conama,
2339 senhora Adriana Mandarino e o Diretor-Presidente da Agência Nacional das
2340 Águas, o senhor Vicente de Andrew Guillo. Convido agora para a composição
2341 da mesa, o Presidente da Agência Espacial Brasileira, o senhor José
2342 Raimundo Braga Coelho. Convido ainda o Chefe do Centro de Estudos
2343 Ambientais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o senhor
2344 Mauro César Lamber de Brito Ribeiro. Neste momento, prosseguiremos para a
2345 assinatura do Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira
2346 – AEB e a Agência Nacional de Águas – ANA. Para assinar o documento,
2347 convido a senhora Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o Presidente

2348 de Agência Espacial Brasileira, o senhor José Raimundo Braga Coelho e o
2349 Diretor-Presidente da Agência Nacional das Águas, o senhor Vicente de
2350 Andrew Guillo. Sobre este memorando, falará o senhor José Raimundo Coelho,
2351 Presidente da Agência Espacial Brasileira.

2352
2353

2354 **O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO (AEB)** – Boa tarde a todos. Nesse
2355 momento estou tomando de dois sentimentos, todos os dois profundos. Um é
2356 muita satisfação e uma certa surpresa. Eu sabia que eu teria que me dirigir a
2357 vocês, mas o faço com muita satisfação. E satisfação maior por estar hoje
2358 participando de uma reunião do Conama. Aliás, eu sou um dos diretores da
2359 SBPC que tem também um representante aqui no Conama e com quem
2360 mantemos uma relação de conhecimento muito grande sobre os assuntos que
2361 são discutidos aqui no Conama. A SBPC tem evidentemente uma sensibilidade
2362 muito forte para as coisas relacionadas ao meio ambiente e, portanto participa
2363 ativamente de todos os ambientes relacionados com isso. A outra coisa que me
2364 faz também muito alegre é o fato de estarmos aqui na Semana do Meio
2365 Ambiente e o assunto que nós tratamos nessa iniciativa da Agência Espacial
2366 com a Agência Nacional de Águas tem tudo a ver com o meio ambiente.
2367 Estamos propondo a construção não de um satélite, mas de uma família de
2368 satélites para ser um instrumento adequado para o sistema de informações de
2369 recursos hídricos do Brasil, que é uma coisa super importante e uma diagonal
2370 da matriz de meio ambiente nesse País. Sempre que falo sobre recursos
2371 hídricos, eu me empolgo e me emociono porque é um dos sistemas mais bem
2372 montados e exemplo para o mundo inteiro, começando da Política Nacional de
2373 Recursos Hídricos e principalmente instalando um sistema integrado de gestão
2374 de recursos hídricos. Portanto, eu só acredito em soluções de problemas
2375 graves de qualquer País do mundo a partir da concepção sistemática de
2376 sistemas. Vocês podem observar que todos os nossos graves problemas que
2377 são atacados apenas segumentalmente, eles nunca darão resultado que nós
2378 poderíamos esperar. E quando você aborda o problema de uma perspectiva de
2379 sistema, os resultados vêm muito facilmente. E eu já tive a oportunidade de
2380 participar de reuniões com personalidades de outros países do mundo e ouvi
2381 deles elogios grandes com relação a essa iniciativa que este País teve de fazer
2382 uma cartografia nova para o Brasil baseada nas nossas bacias hidrográficas.
2383 Portanto, é para mim uma grande satisfação também dar uma certa
2384 contribuição. Essa iniciativa que nós estamos tomando com nosso
2385 companheiro vizinho, que é a Agência Nacional de Águas, é uma iniciativa
2386 fantástica. Primeiro, mostra para a sociedade brasileira o que é a Agência
2387 Espacial Brasileira, que é uma coisa desconhecida do brasileiro, da sociedade
2388 brasileira. Então nós, com isso, vamos dar uma demonstração da nossa
2389 competência. Nós vamos desenvolver várias instituições do nosso sistema.
2390 Estamos também preocupadíssimos nesse momento em construir um estima
2391 de gestão integrada e integrar o sistema de gestão já existente e isso é uma
2392 grande contribuição fruto do bom entendimento entre o nosso querido colega,
2393 Presidente da ANA e o meu antecessor que hoje é Ministro da Ciência,
2394 Tecnologia e Inovação. Eu acho que as palavras não dizem tudo. Eu gostaria
2395 de poder estar mais bem preparado para dizer muito mais sobre esse assunto,
2396 mas estejam cientes do seguinte: isso é uma grande iniciativa, uma grande

2397 oportunidade para a Agência Espacial Brasileira poder dar essa contribuição e
2398 mais do que isso, não somente no nível de governo. Nós precisamos também
2399 consolidar nossa indústria nacional no setor aéreo espacial. Isso é outra
2400 oportunidade. Nós vamos construir satélites pequenos, uma pequena
2401 constelação de satélites pequenos de órbita equatorial e órbita de 90 ou mais
2402 graus, órbita polar e já temos um sistema montado, que vocês todos conhecem
2403 da iniciativa que tivemos nos anos 80 a partir de 88 com os chineses. Nós
2404 temos uma família de satélites CBERS que têm um *transponder*
2405 especificamente dedicado a esse assunto. Infelizmente estamos sem sinais
2406 desse satélite porque ele parou de funcionar, mas em novembro ou até 10 de
2407 dezembro deste ano nós lançaremos o 4º satélite da família CBERS, e depois
2408 de dois anos, o 5º satélite e já estamos preparando o 6º e uma nova família de
2409 satélites um pouco mais sofisticada tecnologicamente a serem realizadas no
2410 ambiente empresarial brasileiro e chinês. Muito obrigado, Ministra. Desculpe
2411 pela minha...

2412

2413

2414 **MESTRE DE CERIMÔNIA** – Nós agradecemos as palavras do Presidente da
2415 Agência Espacial Brasileira, o senhor José Raimundo Braga Coelho.
2416 Anunciamos a publicação da Portaria Interministerial que cria um Comitê de
2417 Contas Econômicas Ambientais da Água entre o Ministério do Meio Ambiente e
2418 o Ministério do Planejamento. A Portaria tem o objetivo de elaborar as contas
2419 econômicas ambientais da água observando e adaptando as recomendações e
2420 boas práticas internacionais sobre o tema, preconizada pela Comissão
2421 Estatísticas das Nações Unidas. Para falar sobre a publicação, passo a palavra
2422 para o Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, o senhor Vicente
2423 Andreu Guillo.

2424

2425

2426 **O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (ANA)** – Senhoras e senhores, boa tarde.
2427 Cumprimentar os meus colegas aqui à mesa na figura da nossa Presidenta do
2428 Conama, Ministra Izabella Teixeira, nosso Secretário-Executivo, Chico Gaetani
2429 e também os nossos parceiros aqui, a Agência Espacial Brasileira e também ao
2430 IBGE. Eu queria destacar dois aspectos que se relacionam a esses dois temas,
2431 essa oportunidade que nós estamos tendo aqui de fazer a assinatura desses
2432 importantes acordos de cooperação técnica. O primeiro deles é um novo
2433 posicionamento do Brasil em relação à temática da água. Eu tive a
2434 oportunidade de participar juntamente com cerca de 250 brasileiros
2435 recentemente do VI Fórum Mundial da Água que aconteceu em Marselha, em
2436 março deste ano. E tinha tido a oportunidade de participar também em 2003 ou
2437 2002 do 3º Fórum Mundial da Água que aconteceu em Kyoto, no Japão. E a
2438 mudando do posicionamento de Brasil em relação a esse tema é assim, muito
2439 visível. Em 2003, além de uma delegação montada de última hora para a
2440 participação do Brasil naquele evento acontecido em Kyoto, o Brasil era visto
2441 pela comunidade internacional particularmente em relação ao tema da água
2442 como um País dependente de conhecimento, um País dependente de
2443 tecnologia, um País dependente de recursos, um País dependente de políticas
2444 públicas em relação ao tema da água. Agora em Marselha, em 2012, o Brasil
2445 se apresentou como protagonista em relação a essas temáticas, a temática da

2446 água em nível internacional, seja na contribuição de temas para o debate que
2447 são temas muito relevantes como a questão da reservação de água,o papel da
2448 reservação de água e a questão das mudanças climáticas, o pagamento por
2449 serviços ambientais. Lideramos uma discussão sobre a água e o local. Eu
2450 tenho chamado da casa própria da água no âmbito das Nações Unidas, ou
2451 seja, o Brasil passou a ser um País reconhecido como protagonista na temática
2452 da água, particularmente em razão do seu modelo de gestão que aqui já foi
2453 ressaltado pelo Presidente da Agência Espacial Brasileira, que é reconhecido
2454 internacionalmente. E o grande salto de qualidade que nós estamos dando
2455 sobre a liderança da nossa Ministra é no sentido da produção de informação e
2456 conhecimento a respeito da água. Não só avançar nos procedimentos de
2457 gestão, na participação popular, nos comitês de bacia, na gestão
2458 descentralizada e participativa, mas fundamentalmente também na produção
2459 de informação e conhecimento a respeito do nosso País que tem essa
2460 complexidade que os senhores conhecem tão bem. Então, nesse sentido, seja
2461 o convênio com a AEB, que também já foi bem ressaltado, não só o
2462 fortalecimento da indústria aeroespacial como da própria Agência, mas também
2463 no sentido da produção de conhecimento a respeito de informações de
2464 recursos hídricos, colocando o Brasil em linha com o que tem de mais moderno
2465 e atual em termos internacionais sobre o monitoramento de recursos hídricos.
2466 E particularmente também no sentido, junto com o IBGE,do desenvolvimento
2467 das contas ambientais da água para que nós possamos tratar dessa questão
2468 de maneira muito mais sistemática e mais profunda. Nós temos uma
2469 expectativa muito grande de que esse acordo com o IBGE possa propiciar
2470 ainda mais segurança nos diversos instrumentos da Política Nacional de
2471 Recursos Hídricos e particularmente no que se refere à outorga de recursos
2472 hídricos, não só para a outorga no convênio que nós fazemos para os rios de
2473 domínio da União, os rios federais, mas também naquilo que é mais importante
2474 no sentido de também fornecer informações para que os estados, na sua
2475 dominialidade, de maneira soberana, também possam exercer esse
2476 conhecimento no sentido da qualificação do instrumento da outorga, que hoje
2477 tem progredido significativamente, mas que no nosso ponto de vista está muito
2478 aquém daquilo que realmente pode contribuir na medida em que as
2479 informações de maneira geral, em termos de água, ainda são informações
2480 bastante precárias, dispersas, são informações com muita assimetria em nível
2481 nacional. Então, para nós, é com grande satisfação que nós estamos aqui hoje
2482 e que a Agência Nacional de Águas está tendo a oportunidade de, em parceria
2483 com o IBGE e também com a AEB, participar na construção, na modernização
2484 do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, principalmente nessa questão que
2485 eu estou mencionando aqui, que é a de produção de conhecimento. Tem
2486 outros instrumentos. Nós estamos preparando o Atlas de Vulnerabilidade para
2487 todo território nacional. O Programa Nacional de Qualidade da Água que está
2488 sendo também acelerado em participação direta com os estados, ou seja, tem
2489 um conjunto de programas, inclusive programas que estão sob a liderança da
2490 Ministra em relação a essa temática na relação dos estados que nos apontam
2491 de que esse ano, o ano de 2012 é o ano da inflexão na produção de
2492 conhecimento em relação à água. Então estamos muito felizes, um abraço aos
2493 nossos parceiros e um abraço a todos vocês. Muito obrigado.
2494

2495

2496 **MESTRE DE CERIMÔNIA** – Nós agradecemos as palavras do senhor Diretor-
2497 Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, o senhor Vicente de Andrew
2498 Guillo. Passamos nesse momento a palavra para a Ministra de Estado do Meio
2499 Ambiente, Izabella Teixeira.

2500

2501

2502 **A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Boa
2503 tarde a todos e todas. Eu gostaria inicialmente de saudar o Zé Raimundo
2504 Braga, Presidente da AEB e desejar a você toda sorte nessa nova fase
2505 profissional e também eu acho que um novo momento da própria Agência
2506 como foi ressaltado aqui e fico particularmente feliz que esse novo momento da
2507 Agência comece com a área ambiental. Então isso é uma sinalização muito
2508 concreta do conjunto de iniciativas, de esforços que desde o ano passado, o
2509 Ministério do Meio Ambiente, junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia
2510 ainda com o Ministro Mercadante e agora com Ministro Ralph. Nós estamos
2511 trabalhando conjuntamente tanto a parte de controle de enchentes, que a ANA
2512 também é uma parceria estratégica, mas evoluindo particularmente para a
2513 agenda de biodiversidades e clima, em que serão anunciados a partir dessa
2514 semana, alguns projetos, algumas novas iniciativas progressivamente até a
2515 Rio+20, passando pela questão da Antártida, que estamos juntos no processo
2516 de reconstrução e evoluindo também naquilo que é o tema da inovação
2517 tecnológica. Quer dizer, é uma agenda bastante ampla hoje com o Ministério
2518 da Ciência e Tecnologia e uma agenda que, no nosso entendimento, ela é
2519 estratégica tanto do ponto de vista disso que o Vicente já falou, que é a
2520 geração de informação e de trabalho de tecnologia, quer dizer, fazer uso da
2521 tecnologia, fazer uso do que existe de mais moderno, mas também incrementar
2522 a nossa capacidade nacional de lidar com esses novos instrumentos colocando
2523 a informação no formatado adequado para a tomada de decisão. O que sequer
2524 é progressivamente é dotar a área ambiental de uma envergadura técnica e
2525 científica necessária em todo o País. Hoje nós não temos todos os dados e
2526 informações técnico-científicas que são objeto daquilo que possa traduzir
2527 concretamente a riqueza que nós temos nos nossos recursos naturais e os
2528 nossos serviços ecossistêmicos. Então talvez esse seja um dos maiores
2529 desafios e eu particularmente fico muito satisfeita, Braga, que nós possamos
2530 estar, na realidade, começando a Agência nesse novo patamar, que é
2531 desenvolvimento de tecnologia, investimento em uma nova família de satélites
2532 e com isso tornar disponível toda informação pública em relação a esse
2533 monitoramento para os vários usos no Brasil e não só naquilo que nós estamos
2534 pactuando entre a ANA e a AEB. Em segundo lugar, eu gostaria de saudar
2535 aqui, que também é fruto dessa interlocução bilateral do Ministério, nós
2536 chamamos... Esse é o jargão, como o Ministério do Planejamento, Orçamento
2537 e Gestão com a Ministra Miriam Belchior, que não está aqui hoje conosco
2538 porque ela está chegando de viagem da Espanha. Mas está aqui o Dr. Celso,
2539 assessor direto da Miriam, representante do MPOG no Conama e o Ministério
2540 do Planejamento também tem uma agenda bastante representativa com o
2541 Ministério do Meio Ambiente que vai além do debate sobre funcionários
2542 públicos ou sobre a gestão pública como era tradicionalmente ou de
2543 orçamento. Isso obviamente faz parte do dia-a-dia nosso na Esplanada, mas

2544 eu quero aqui ressaltar a qualidade da interlocução que a Secretária-Executiva
2545 do Ministério do Planejamento junto com a Secretaria-Executiva do Ministério
2546 do Meio Ambiente está mantendo em relação à reestruturação da carreira dos
2547 analistas ambientais em relação ao incremento das fontes orçamentárias para
2548 as instituições ambientais no Brasil. Muitas vezes as pessoas não sabem ler
2549 números de orçamento ou preferem uma análise mais simplificada não
2550 considerando a envergadura do trabalho que está sendo feito de dotar de maior
2551 estrutura, tanto do ponto de vista não só da carreira, mas dos concursados. O
2552 Ministério acaba de ter outro concurso aprovado, quer dizer, desde 2010 nós
2553 estamos tendo anualmente reposição de funcionários no Ministério do Meio
2554 Ambiente e vamos estender agora, esperando uma parte ao Ibama e outra
2555 parte para o Instituto Chico Mendes. Então existe um trabalho que aos poucos
2556 está sendo feito, obviamente dentro dos limites orçamentário do País, mas em
2557 uma leitura do Ministério do Planejamento que vai além dessa agenda, vamos
2558 chamar assim, da gestão pública e vai para uma agenda envolvendo as suas
2559 instituições, que é o caso aqui particularmente do IBGE, que jato tem uma
2560 parceria de longa data conosco em relação aos indicadores do
2561 desenvolvimento sustentável e que agora se atrela a essa iniciativa das contas
2562 ambientais da água. Isso está associado também a um conjunto de outros
2563 projetos, como a questão dos estudos que estão sendo feitos com o
2564 Planejamento a respeito de novos modelos de gestão de áreas protegidas e de
2565 concessão de serviços em áreas protegidas. Nós estamos buscando novos
2566 caminhos dentro da legislação brasileira para dotar de maior efetividade a
2567 implantação das unidades de conservação federais no Brasil. E esses modelos
2568 estão sendo discutidos cada um com o Ministério do Planejamento com
2569 consultoria especializada, enfim, para buscar o que é necessário fazer para
2570 aprimorar, por exemplo, a concessão de serviços em áreas protegidas. Eu
2571 estou olhando o Marcelo Marcelino do Instituto Chico Mendes e ele sabe
2572 claramente o que nós estamos dizendo, as dificuldades que nós temos hoje
2573 ainda na legislação brasileira para fazer uma oferta de um serviço, por
2574 exemplo, *trackings* ou guias turísticos, ou coisas nas nossas áreas protegidas.
2575 E o Ministério do Planejamento está conosco nessa modelagem. Nós devemos,
2576 depois da Rio+20, apresentar uma primeira versão desse processo. Então eu
2577 quero saudar e ter uma mensagem de abrir a Semana de Meio Ambiente com
2578 atos que não são só da área ambiental. São atos que envolvem outros
2579 ministérios e isso tem uma representatividade muito grande. Significa que nós
2580 estamos fazendo a transversalidade no dia a dia das políticas públicas e que
2581 nós estamos... Não só a Ministra de Meio Ambiente falando de meio ambiente,
2582 mas os ministros da Esplanada estão falando de meio ambiente e de
2583 sustentabilidade e desenvolvimento. No dia 05 a Presidenta da República vai
2584 fazer uma cerimônia no Palácio do Planalto e vai anunciar um conjunto de atos
2585 que também envolverão outros ministros. Isso significa que nós estamos
2586 avançando naquilo que talvez seja um dos... Estou vendo aqui o Dr. Paulo
2587 Nogueira Neto, que é sair daquilo que era só ambiental junto com o Dr.
2588 Henrique, e irmos para a prática influenciando as políticas públicas.
2589 Obviamente te, muito o que ser feito, mas é um momento muito distinto, que eu
2590 experimentei nos últimos 25 anos como funcionária de carreira na área
2591 ambiental. Temos o engajamento não só de presidentes de autarquias, de
2592 agências, mas engajamento dos ministros buscando obviamente normatizar

2593 ações na esfera de sua competência ações ligadas à sustentabilidade. Outras
2594 ações vão ser colocadas na Semana de Meio Ambiente que este ano tem um
2595 caráter muito atípico, porque pela primeira vez nós vamos fazer a Semana
2596 Mundial de Meio Ambiente das Nações Unidas no Brasil. Então a Semana em
2597 si começa amanhã. Pediria a compreensão dos senhores, o conceito de
2598 semana está bastante alargado, e vai de 31 de maio a 23 de junho. Isso é a
2599 compreensão do que é a Semana de Meio Ambiente, o que significa dizer que
2600 eu espero que seja dominado em uma linguagem carioca de como é a
2601 abrangência dos temas e como na realidade as pessoas vão se engajar em
2602 uma pauta sobre desenvolvimento sustentável e sobre sustentabilidade
2603 ambiental. Obviamente nós, no conjunto da Semana de Meio Ambiente,
2604 também teremos obviamente a Conferência da Rio+20 que já eu falo um pouco
2605 mais sobre isso, mas a semana começa amanhã oficialmente no Rio de
2606 Janeiro, quer dizer, começa hoje aqui em Brasília, amanhã no Rio de Janeiro.
2607 Hoje inclusive o Rio Centro foi aberto para a imprensa e a Presidenta Dilma
2608 entrega oficialmente às Nações Unidas no dia 05 de junho as instalações do
2609 Rio Centro, ou seja, a partir do dia 05 de junho é hasteada a bandeira da ONU
2610 e aquilo passa a ser um território internacional da sustentabilidade. Então eu
2611 acho que tem um conjunto de simbologias de coisas importantes que estão
2612 acontecendo. Nós estaremos todos em Brasília, no Rio, enfim, e no Brasil,
2613 porque eu sei que vários eventos acontecendo no Brasil, não só no setor
2614 público, no setor privado, no setor financeiro, com a sociedade civil e termos
2615 todos os espaços para convergências, para divergências, para o debate
2616 democrático. Eu acho que uma das características da Semana e da
2617 Conferência particularmente, é a primeira vez que um País se candidata para
2618 fazer uma Conferência como essa. Usualmente as conferências são definidas
2619 pelas Nações Unidas, conferência desse tipo, e as Nações Unidas definem ou
2620 procuram um País que possa ser o anfitrião. Dessa vez foi o Brasil que se
2621 candidatou e foi recepcionado com todo mundo, unanimidade dentro das
2622 Nações Unidas. Isso dá também uma mensagem política absolutamente
2623 importante da envergadura da Conferência e dá uma mensagem política
2624 importante que nós estamos falando em desenvolvimento sustentável e
2625 estamos falando sim também de sustentabilidade ambiental em um contexto
2626 completamente distinto do que foi há 20 anos. Então a Semana começa hoje
2627 oficialmente aqui no Conama, amanhã se desdobra com um evento da Rede
2628 das Mulheres de Sustentabilidade, a primeira rede com essa característica no
2629 planeta e segue um conjunto de eventos a partir de amanhã até o dia 22. Dia
2630 23 eu acho que tem uma festa de todas as pessoas para descansar. Mas só
2631 para vocês terem uma ideia da magnitude, só de eventos sobre mulheres na
2632 Rio+20 nós teremos cerca de 200 eventos acontecendo. Só sobre o debate de
2633 mulheres, que os mais antigos se lembram que foi no Fórum, no Aterro do
2634 Flamengo que nós tivemos o Planeta Fêmea e foi na Rio 92 que foram
2635 instituídos grupos inclusivos, grupo de mulheres e que foi feita a Agenda 21 da
2636 Mulher. 20 anos depois, além da pauta oficial, além dos debates específicos
2637 sobre gênero, sobre equidade, sobre redução de desigualdade, sobre inclusão,
2638 sobre o crescimento, enfim, sobre sustentabilidade ambiental, passa por
2639 eventos paralelos cerca de 200 debatendo a questão do gênero, em todas as
2640 suas variações, em todas as suas cores, mostrando como essa agenda
2641 ambiental, essa agenda da sustentabilidade recepciona essa diversidade de

2642 direitos e de deveres que o planeta tem em relação ao nosso futuro. Então
2643 começa a decisão de começar pelas mulheres foi meio de propósito. Foi para
2644 poder mostrar uma agenda que vai das margaridas, das mulheres do campo,
2645 às mulheres empresárias e a Agenda vem exatamente com produção e
2646 consumo sustentáveis e vem com uma pesquisa... No dia 6 de junho nós
2647 lançamos o que brasileiro pensa sobre o meio ambiente, essa série de
2648 pesquisa falando sobre consumo sustentável no Brasil, uma avaliação
2649 detalhada de como é o comportamento hoje da sociedade brasileira a partir
2650 dessa nova classe média que o Brasil está consolidando, uma nova classe de
2651 renda, uma nova classe média. E nós vamos divulgar como a questão
2652 ambiental, a partir do consumo está sendo tratada pela sociedade brasileira.
2653 Então são insumos que estão vindo para a mesa e que vão se tornar
2654 disponíveis na medida em que todos vamos participar dos eventos. Nós temos
2655 eventos que vão da mulher ao jovem, da mulher passando pelos empresários,
2656 teremos um evento com o Presidente do Banco Central discutindo os fluxos
2657 financeiros e o sistema de sustentabilidade no planeta com o Banco. Nós
2658 teremos uma diversidade de eventos debatendo a questão ambiental e essa
2659 programação já está tornada disponível no *site*, ela entra amanhã oficialmente
2660 no *site* do Ministério do Meio Ambiente e que nós temos como espaço até o dia
2661 12 o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Depois no dia 13 começa a Cúpula
2662 dos Povos, começam outros eventos também nos espaços que a Cidade do
2663 Rio de Janeiro tornou disponível para a Conferência e nós teremos o *side*
2664 *events* oficiais no Rio Centro conduzidos pelas Nações Unidas. Então nós
2665 temos agenda absolutamente diversa, de gente que vai a favor da economia
2666 verde, gente que é contra a economia verde, gente que é contra o crescimento
2667 verde, gente que é a favor do crescimento verde e tem gente que ainda fala da
2668 economia verde inclusive. Então é uma diversidade política de posições que dá
2669 robustez, no meu entender, do diálogo sobre sustentabilidade. É assim mesmo.
2670 Eu acho que tem que mostrar, divergir e entender as posições para construir
2671 melhor, que é assim que se constrói melhor. Hoje eu particularmente também
2672 estou muito feliz e eu vou anunciar aqui... O Vicente vai me perdoar, mas eu
2673 não estou conseguindo me aquietar, mas o Vicente me convenceu que nós
2674 tínhamos que assinar, e eu devo anunciar isso formalmente, está publicado no
2675 dia 05, o Pacto Pelas Águas, em que na realidade é uma nova iniciativa nossa
2676 de ajudar os estados, os órgãos estaduais de meio ambiente na gestão dos
2677 seus sistemas de recursos hídricos estaduais. O Governo Federal vai financiar
2678 vocês para fazerem isso. (*Palmas!*) A Agência Nacional de Águas vai fazer um
2679 trabalho com cada estado para que nós tenhamos um patamar mínimo de
2680 gestão dos recursos hídricos nesse país. É inaceitável que nós, depois de... A
2681 lei de 97, a luta desde 84, e é inaceitável que nós ainda tenhamos estados que
2682 às vezes tem um único funcionário para cuidar de todo o sistema de gestão de
2683 recursos hídricos no País. Então nós temos que ajudar e houve um forte
2684 debate, uma proposta muito bem estruturada pela Agência Nacional de Águas
2685 com um compromisso de desempenho e de metas por parte de todos os
2686 senhores e, portanto, que será monitorado pelo Governo Federal, tendo eu que
2687 fazer obviamente a prestação de contas do que está acontecendo. Isso vai ser
2688 pactuado com cada Estado em função da realidade de cada um, mas eu
2689 espero na terça-feira estar publicado. Eu devo anunciar isso formalmente com
2690 alguns números na reunião com a Presidenta da República, mas já deixo de

2691 agora, aproveitando o Conama, e reiterando aqui o meu apelo para que o
2692 Conselho Nacional de Recursos Hídricos se junte ao Conama para o debate
2693 sobre a nova agenda ambiental brasileira. Eu não acredito em mundos
2694 separados. Então por mais que a “constito” seja separada do ponto de vista
2695 legal, para o quadro legal, eu não consigo entender porque eu reiteradamente
2696 peço que este Conselho me ofereça uma agenda junto com o Conselho de
2697 Recursos Hídricos. Escolham-me dois temas e, por favor, façam a
2698 convergência desses dois temas. Não tem sentido ter dois mundos distintos.
2699 Nós vivemos em um mundo só e estamos tentando salvar este único mundo.
2700 Então eu acho que a Conferência da Rio+20 vai tratar da Rio+20 mais
2701 segurança hídrica, mais energia renovável, mais segurança alimentar, todos os
2702 temas têm como base os recursos naturais e os recursos hídricos. Então não é
2703 possível que nós não possamos ter uma agenda política na instância dos
2704 conselhos em que possa pautar isso que é pós-Rio+20. Que legado é esse que
2705 todo mundo quer se comprometer com ações concretas, mas cujos mundos
2706 não dialogam entre si. Então antes de nós irmos para o mundo das Nações
2707 Unidas que tem uma complexidade monumental, minha sugestão é que nós
2708 possamos fazer um pouco arroz com feijão e fazer aqui no Conama, como hoje
2709 pela manhã eu também fui à reunião do Conselho Nacional do Direito da
2710 Mulher e convidei toda a agenda de gênero do Brasil para fazer um debate com
2711 o Conama, e elas aceitaram. Então a ideia é sim olhar os vários brasis dentro
2712 do mesmo Brasil em uma ótica em que você possa trabalhar quem cresce,
2713 quem inclui, quem protege e conserva. Ou como está traduzido no último
2714 relatório do painel de alto nível do Secretário-Geral Ban Ki-moon sobre
2715 sustentabilidade que eu já lancei em português, eu tive a honra de participar
2716 com ministra da Gro Brundtland desse trabalho, nós não estamos falando mais
2717 dos pilares separados. Nós estamos falando dos pilares todos juntos. Então
2718 leiam o relatório, já está até em português, para olhar qual é a visão que está
2719 vindo, qual é a visão que nós discutimos e que nós estamos tentando
2720 influenciar não só a Rio+20, mas o pós Rio+20. Portanto, todo o debate sobre
2721 governança, todo debate sobre gestão estratégica ganha outros contornos do
2722 ponto de vista político e lembro aos mais aguerridos que nós estamos falando o
2723 temo inteiro de geopolítica do desenvolvimento, do clima à espécie ameaçada
2724 de extinção. Inovação tecnológica à inclusão social. É disso que nós estamos
2725 falando. Então eu acho absolutamente importante e reitero aqui o meu apelo
2726 aos conselheiros do Conama para que o Conama acolha e tenha essa
2727 diversidade de espaço político naquilo que eu entendo é excelência deste
2728 Conselho, que é pensar e formular os novos caminhos com a agenda
2729 ambiental no Brasil, dialogando com a agenda de desenvolvimento. Então eu
2730 acho que tem duas pautas bastante provocativas no meu entendimento, e
2731 pautas que, na realidade, permitem uma interlocução maior com outras
2732 agências do Governo, que o caso aqui da AEB, quer dizer, é absolutamente
2733 excepcional. Nós estamos fazendo a mesma coisa com o INPI. Nós estamos
2734 fazendo a mesma coisa, querendo fazer a segunda parte da Terra Classe com
2735 a Embrapa e com o INPI. Nós vamos buscando essas instituições para que as
2736 pessoas possam falar com base em dados concretos e possam usar as
2737 tecnologias mais modernas de acesso à informação e geração de informação.
2738 Também será lançado a nova conjuntura hídrica do Brasil agora também na
2739 semana que vem e particularmente eu entendo que é um belo trabalho que

2740 está sendo feito. Nós temos “espancado” esse texto várias vezes. Saiu ano
2741 passado, já saiu um novo modelo agora que vai ser publicado em junho e a
2742 nossa expectativa é que nós possamos estender algo com conjuntura hídrica
2743 para os outros recursos ambientais e talvez o principal desafio que se coloca
2744 sobre a mesa tem a ver com duas agendas muito objetivas: uma agenda de
2745 florestas e a outra agenda de substâncias químicas. Não é possível que o
2746 Brasil tenha deixado, do ponto de vista ambiental, das suas prioridades o
2747 debate sobre gestão de químicos e segurança química nesse País, sendo nós
2748 o 5º País do mundo em produção de químicos. E por essa razão, nós teremos
2749 uma Conferência na Rio+20, na Semana de Meio Ambiente dia 12, que nós
2750 vamos reunir gente do mundo inteiro... 13, no Jardim Botânico do Rio de
2751 Janeiro, gente do mundo inteiro para debater exatamente segurança química e
2752 as novas bases de uma nova conversão sobre mercúrio. Isso vai acontecer no
2753 Rio de Janeiro, no Jardim Botânico, promovido pelo Brasil. E eu não ouvi de
2754 nenhum ambientalista, pelo menos os mais próximos a mim, qualquer
2755 questionamento sobre isso. Dr. Paulo eu estou vendo aqui porque eu me
2756 lembro de quando eu comecei a minha vida profissional, nós discutimos muito
2757 mercúrio e continua na pauta, porque nós continuamos fechando garimpo ilegal
2758 na Amazônia, por exemplo. Então esses assuntos todos estarão sendo
2759 colocados e também pelo engajamento da indústria na pauta de
2760 sustentabilidade. Lá do setor produtivo e completamente distinto do que foi há
2761 20 anos, como eles vêm para o debate sobre a questão de desenvolvimento
2762 sustentável olhando um compromisso pós Rio+20. Isso tudo tem que ser mais
2763 bem recepcionado e melhor trabalhado do ponto de vista inovador que nós
2764 esperando, do que sempre foi o papel do Conama. O Conama por si só é
2765 inovador e hoje me pediram para lançar... Esse aqui eu estou achando... O que
2766 é o resultado do Conama nesses anos todos. É impressionante. Daqui a pouco
2767 eu vou ter que carregar com um carrinho. Então a próxima vai ser em um
2768 *pendrive*. Eu não vou mais editar isso, mas enfim. Mostra o trabalho desse
2769 Conselho em normas ambientais, a envergadura da extensão do impacto do
2770 Conselho Nacional de Meio Ambiente no dia-a-dia das políticas públicas
2771 brasileiras e o desenvolvimento. Iniciativas que vão desde definir a questão do
2772 PROCONVE, a sua inovação e, por conta disso, nós mudamos a maneira de
2773 fazer automóvel nesse País. Foi por isso... Têm estudos que provam essa
2774 mudança na década de 80. De 86 a primeira Resolução do Conama sobre
2775 PROCONVE. Depois vira lei, depois... Tudo bem, mas as normas ambientais
2776 foram colocadas como também inova até na discussão agora que está
2777 pendente sobre restinga. E a divergência aí entre os estados que eu espero
2778 que vocês tenham uma convergência, Rio de Janeiro e Abema, sobre como
2779 vocês querem encaminhar isso, porque é absolutamente importante que nós
2780 tenhamos objetividade nas normas ambientais e que elas sejam aplicáveis,
2781 evitando a discricionariedade e a insegurança jurídica sobre isso. Tem vários
2782 desafios: por exemplo, eu acho que a 237 de licenciamento tem que ser
2783 absolutamente revista em função da LC, da Lei Complementar 140, como
2784 também o desafio sobre fauna. Como também o desafio sobre recursos
2785 hídricos e gestão ambiental. E como também o que não consigo entender até
2786 hoje porque a área florestal não dialoga com o Sistema Nacional de Unidade
2787 de Conservação e vice-versa, porque a situação criada é pelo menos sensível
2788 que tenha que subordinar um sistema a outro. Isso não existe em nenhum

2789 modelo de governança. Então isso tem que ser corrigido e esses debates
2790 devem ser conduzidos por este Conselho, porque ele é aberto, ele é
2791 democrático, ele permite que as pessoas coloquem as suas posições e com
2792 isso nós podemos encaminhar questões com maior transparência. Nós temos
2793 que sair da agenda dos conflitos, ou pelo menos minimizar os conflitos
2794 socioambientais e partir para uma agenda mais construtiva. E essa agenda
2795 mais construtiva significa ter clareza sobre as informações e clareza sobre as
2796 instituições e sobre o papel de cada um. E o espaço assegurado para todo
2797 mundo. O debate que está se colocando em relação... E eu sei que vocês
2798 estão esperando que eu fale sobre isso, sobre o Código Florestal é o primeiro
2799 passo de outros debates que deverão vir sobre a questão ambiental no Brasil.
2800 E esses debates estão sendo conduzidos pelo Congresso Nacional, a Casa
2801 que representa a democracia brasileira, porque é escolha do povo brasileiro. E
2802 eu, como nasci e me criei em Brasília, e nasci durante a ditadura, eu lutarei até
2803 o final da minha vida pela democracia e com posições democráticas nós
2804 construímos dialogando, não é impondo. É assim que se faz um País e é assim
2805 que se faz instituições fortes, com diálogo e com convergência, e com
2806 capacidade de negociar. Então eu acho que o Conama, antes do ponto de vista
2807 ambiental, representa, quando foi instituído em 84, exatamente esse espaço
2808 democrático. Eu me lembro das reuniões, estou vendo aqui o Dr. Paulo, e das
2809 polemicas que era para fazer as reuniões do Conama. O Ministro falava assim:
2810 Paulo, como você fez isso? E Dr. Paulo assino com micro-ônibus, tendo que
2811 sair, não era isso? Com conselheiros do Conama e tinham que sair para outra
2812 área para fazer reunião. Hoje nós temos um Conselho que as pessoas querem
2813 participar, que as pessoas querem debater e nós temos que trazer mais gente
2814 para o debate, porque é assim que as instituições ficam em pé e é assim que
2815 as instituições são respeitadas e que todo e qualquer achismo político se dilui,
2816 porque contra os fatos, nós não temos como dizer que não faz. Então eu sou
2817 particularmente uma pessoa dedicada ao Conama, até porque foi meu primeiro
2818 emprego, meu primeiro trabalho. Quer dizer, o primeiro foi ficar lá com o Dr.
2819 Paulo aprendo a fazer projeto, mas logo depois ele me colocou, 4 ou 5 meses
2820 depois, a minha primeira situação como funcionária pública foi trabalhar no
2821 Conama. Então eu tenho o maior respeito por este Conselho e acho que o
2822 Conama deve ser mais ambicioso do que está sendo hoje. A discussão sobre
2823 política florestal nesse País tem que acontecer, Carol, e não é sobre
2824 regularização ambiental de propriedades. É sobre a política econômica de
2825 florestas. Ou nós começamos a debater sobre florestas plantadas, inovações e
2826 legislação, normas que possam reconhecer quem faz o bem, porque nós
2827 fazemos norma para reconhecer quem faz o mal, e para punir. Isso não traz
2828 competitividade. Isso não traz a mudança e nem mobilização política. E eu
2829 acho que nós temos que discutir florestas, nós temos que discutir recursos
2830 hídricos, nós temos que discutir produção e consumo sustentável. Isso é
2831 mudança de comportamento. Nós temos que discutir acesso a recursos
2832 genéticos, nós temos que discutir qualidade ambiental. Então esperando sim a
2833 nova proposta de qualidade do ar. Estou esperando sim os novos padrões de
2834 debater sobre a qualidade dos recursos hídricos, particularmente nas zonas
2835 saturadas. Estou esperando sim o debate sobre a questão de zonas costeiras.
2836 E eu estou esperando o debate sobre fauna. Com a LC, com a Lei
2837 Complementar 140, mudou o sistema de governança e de gestão ambiental no

2838 País. Então não é só de descentralizar e desconcentrar. Quais são as
2839 estratégias e quais são os resultados esperados? Como a União pode trabalhar
2840 subsidiariamente aos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente? E esse
2841 debate é novo, senhores. Não tem fórmula definida. Vai ter que ser colocado
2842 na mesa. Agora, não dá para lidar com problemas sociais como ter a situação
2843 de assentamentos rurais nesse País sem licença ambiental. Eu excludo duas
2844 vezes. Eu excludo do ponto de vista ambiental e excludo do ponto de vista social.
2845 E eu não tenho assentamentos licenciados frente ao número de licenciamentos
2846 implantados. Isso significa condenar essas pessoas à ilegalidade. Não ter
2847 acesso às políticas públicas. E isso está sob a nossa responsabilidade, de
2848 todos nós, de buscarmos novos caminhos. Mas não é dizendo que não vai ter
2849 licenciamento, que aí é fácil. Vamos resolver o problema: não tem
2850 licenciamento. Não é isso. Nós temos que buscar os caminhos para viabilizar
2851 como podemos fazer bem feito, assegurando a proteção ambiental,
2852 assegurando que a sociedade possa se desenvolver e possa se incluir
2853 socialmente. Andem pelo Brasil e vejam as situações de conflito. Andem pelo
2854 Brasil e vejam situações muitas vezes... Eu acabei de receber um relatório do
2855 Instituto Chico Mendes mostrando que tem uma Unidade de Conservação tem
2856 a sede do município, inclusive o Prefeito. Não viram. Como muitas foram
2857 criadas não vendo, por exemplo, 30 mil famílias que moravam ali dentro. Isso é
2858 excluir as pessoas. Não é assim que se faz. Então eu acho que este Conselho
2859 também deveria discutir unidades de conservação, áreas protegidas, a visão
2860 estratégica. Está aí a nova estratégia de conservação da biodiversidade. Eu
2861 vou publicar a Portaria e nós vamos ter que debater como nós chegaremos na
2862 COP 11. E teremos também que discutir como a convergência de interesses
2863 nessa nova pauta ambiental. Não vai ser impondo, senhores, porque a
2864 resistência, infelizmente de alguns segmentos é muito maior do que aqueles
2865 que estão a favor. Nós temos que convencer que é bom fazer. E por esta razão
2866 eu tenho firme convicção que nós estamos avançando na agenda. Finalmente,
2867 eu quero chamar todos que puderem participar da Conferência da Rio+20 nos
2868 seus vários nichos. Nós teremos a Cúpula da Terra com a sociedade civil
2869 organizada, os seus vários movimentos, com suas várias expressões, com a
2870 arena socioambiental do governo junto com os movimentos sociais, termos os
2871 espaços da indústria, teremos os espaços internacionais, as convenções todas
2872 internacionais estarão representadas lá. Teremos o dia mundial da
2873 desertificação, teremos o debate sobre a indústria, sobre a nova agência de
2874 inovação tecnológica. Vai ter... Como dizem, o freguês pode escolher... Até a
2875 discussão dos partidos políticos nós teremos. Magistrados, juízes,
2876 parlamentares, teremos vários eventos. O que é importante é que todos
2877 possam estar lá, estejam engajados no debate, nas suas críticas, nos seus
2878 comentários, nas suas convergências, porque nós estaremos, o Ministério do
2879 Meio Ambiente, fazendo uma consolidação disso para discutir o legado e
2880 traremos para o Conama esse documento. Quais são os compromissos, como
2881 isso se traduz para dentro do Brasil além do que vai acontecer
2882 internacionalmente? Chamo atenção que nós teremos vários atos de
2883 cooperação bilateral internacional. Vou dar exemplo de dois que já foram
2884 assinados, mas teremos outros sendo assinados com a China, com a Índia,
2885 com a África do Sul. Nós fechamos com os Estados Unidos uma cooperação
2886 novamente com MPA em torno de avaliação de impacto ambiental para

2887 capacitar e qualificar os analistas ambientais federais, estamos voltando ao que
2888 é o início da antiga Secretária Especial de Meio Ambiente. A MPA abriu, tanto
2889 na parte de gestão de risco, na área de petróleo, na área de avaliação de
2890 impacto ambiental e estão fazendo a mesma coisa com a Noruega. Tem uma
2891 missão agora na Noruega que vai trabalhar essa nova agenda na parte
2892 ambiental. É mais que o Fundo Amazônia. E vamos assinar a primeira
2893 autorização de repasse de recurso do Fundo Amazônia para o Bioma
2894 Amazônia como um todo, para os países da bacia amazônica. Estamos
2895 abrindo, estamos querendo fazer mais e para isso nós dependemos do
2896 engajamento de cada um dos senhores. A Conferência está absolutamente
2897 mobilizada com vários fatores. Além da negociação formal, a negociação está
2898 andando em Nova Iorque. Tem complexidades, porque existe uma pressão de
2899 termos estados mais efetivos e existem países que estão querendo ter
2900 resultados mais de médio prazo. Mas a pressão é por ações mais concretas,
2901 embora estejam vivendo uma crise econômica muito grande. Mas esse é o
2902 debate das Nações Unidas, esse é o debate que não está dissociado do
2903 debate da sociedade brasileira, mas no meu entendimento, Brasil o tem muito
2904 que mostrar e muito o que fazer mais. E quem esteve hoje de manhã no
2905 Palácio do Planalto, que viu a Dra. Hellen Clark, que é Diretora Executiva do
2906 PNUD, divulgado os resultados do Brasil com os objetivos de desenvolvimento
2907 do milênio, nós alcançamos os objetivos antes do prazo, e divulgando o
2908 relatório que o PNUD lançou hoje como exemplo de sustentabilidade e o Brasil
2909 é um dos países com vários casos avaliados e que as Nações Unidas
2910 reconhecem como um caminho para sustentabilidade. Temos muito o que
2911 fazer, como eu digo, mas eu acho que nós fizemos muito voltando no tempo e
2912 entendo o foi de 92 para cá e eu meu permito, o que foi de 84 para cá e
2913 olhando para o Dr. Henrique, Dr. Paulo, o que foi de 72 para cá. Estocolmo 40
2914 mostrou isso agora. O evento Estocolmo 40 mostrou isso com bastante
2915 expressão e posso assegurar aos senhores: os debates políticos que
2916 acontecerão vão moldar uma nova agenda sobre como trabalharemos a
2917 questão do desenvolvimento sustentável daqui para frente. O paradigma não
2918 foi refeito, não tem principio de retrocesso, ao contrário. O que tem é uma
2919 busca de novos caminhos para implementar o paradigma com os pilares
2920 integrados. Essa é a leitura. O fortalecimento da sustentabilidade ambiental e
2921 da governança ambiental está na pauta, mas a receita que foi sugerida não tem
2922 convergência. Agora nós fizemos debates sobre isso no Rio de Janeiro e está
2923 se buscando um caminho para fortalecer o PNUMA e fortalecer outras
2924 instituições da ONU que tratam do meio ambiente. Isso vai ter resultado na
2925 Rio+20, como também vai ter resultado a governança do desenvolvimento
2926 sustentável. O que eu acho é que nós temos que pegar isso. Do ponto de vista
2927 internacional temos um caminho, mas do ponto de vista nacional, eu acho que
2928 nós podemos ter um *fast track* em relação à sustentabilidade, porque nós
2929 fizemos muito nos últimos 20 anos. Então eu quero encerrar dizendo que vocês
2930 estão todos convidados. Obviamente nós não vamos fazer reunião do Conama,
2931 não há esse espaço na estrutura da Conferência e nem no *side events*, mas eu
2932 sei que muitos dos senhores estarão em vários eventos e é importante que
2933 depois nós possamos fazer uma reunião extraordinária do Conama de um
2934 balanço sobre a Rio+20 e um balanço sobre como andar, como ser daqui para
2935 frente. Essa é a nossa responsabilidade e por isso nós estamos... Eu fico

2936 falando que além da Rio+20, uma visão mais estratégica sobre
2937 desenvolvimento sustentável no dia a dia do Brasil. E reiterar aos senhores que
2938 nós estamos de fato em um debate muito largo do ponto de vista político sobre
2939 a legislação ambiental e eu estou procurando inclusive aprovar a PEC Cerrado,
2940 ver se nós conseguimos aprovar a PEC Cerrado no Congresso. Embora todo
2941 mundo... É mais ou menos como o desenvolvimento sustentável: todo mundo
2942 concorda, mas não votam. É uma coisa mais ou menos assim. Mas nós
2943 estamos lá pedindo ao Presidente Marco Maia para colocar na pauta, ver se
2944 nós conseguimos votar a PEC Cerrado. Mas enfim, é um esforço e uma
2945 mobilização e eu tenho a firme convicção que isso vai ser superado desse
2946 momento do Código Florestal. O caminho escolhido foi um caminho que o
2947 Governo respeitou o Congresso e buscou dar a questão social distinta da
2948 questão econômica e da questão ambiental do ponto de vista que todos,
2949 nenhum interlocutor que nós estivemos, nenhum quis abrir mão de recuperar
2950 qualquer coisa. Todos pediram para recuperar, mesmo que o direito
2951 intertemporal assegurasse a não recuperação a alguns. Mesmo isso. Lembro
2952 aos senhores que o Código que vigeu de 65 a 89, as APP eram de 5 a 30
2953 metros. Existe uma figura jurídica chamada direito intertemporal, e antes de 65
2954 também não tinha obrigação de recuperar, e todos topavam recuperar. Então é
2955 importante que o debate vá sendo modelado em torno daquilo que seja
2956 implementável, exequível sem retrocesso, mas mais do que nunca, com uma
2957 nova ambição sobre sustentabilidade e desenvolvimento, que eu tenho a firme
2958 convicção que o Brasil e a área ambiental têm esse protagonismo. Nós não
2959 faremos feio. Ao contrário. E mais do que isso, nós temos que ter uma agenda
2960 muito sólida a partir de junho de 2012. Estamos nos concentrando em um
2961 debate aqui no Conama para sabermos quais serão os novos rumos nos
2962 próximos 20 anos em torno da sustentabilidade. Com isso eu agradeço o fato
2963 de abrimos a Semana... Na verdade o Mês do Meio Ambiente, vamos chamar
2964 assim. O Dia Mundial da ONU vai acontecer no dia 4 de junho no Rio de
2965 Janeiro, no dia 05 aqui em Brasília, dois dias. Nós vamos ter vários eventos
2966 dedicados com as Nações Unidas, com a mídia das Nações Unidas aqui no
2967 Brasil. É a primeira vez que o *World Environment Day* vai ser aqui no Brasil e
2968 depois se desdobra até começar a Cúpula da Terra, começar os eventos com a
2969 indústria e depois irmos para o segmento de alto nível nos dias 20, 21 e 22 de
2970 junho. E depois eu convido a todos para tomar uma caipirinha no Rio de
2971 Janeiro, que eu acho que é a melhor coisa que vai acontecer quando todo
2972 mundo tiver relaxado. Parabéns e mais uma vez a todos vocês, a ANA, o
2973 pessoal do Ibama e etc., Volney parabéns pela sua posse que eu não dei
2974 ainda, mas vou dar depois da Rio+20, você assumiu. Boa sorte. O nosso
2975 querido Kurt pediu para sair por questões de saúde. Na posse eu vou tomar a
2976 liberdade de ler a carta que ele fez a mim, ou seja, começaram a fofocar aí. É
2977 realmente uma questão de saúde e eu tive a chance de reunir amigos, quer
2978 dizer, quem não tem amigos realmente fica sozinho. No caso, o Volney é um
2979 querido amigo, uma pessoa que eu respeito profissionalmente e que tenho
2980 certeza que até o final do ano vai mostrar muitas das coisas que já estão quase
2981 prontas no Ibama. Os últimos dois anos de trabalho no Ibama, no final do ano
2982 nós teremos um conjunto de resultados que eu tenho certeza que vai
2983 surpreender muita gente, do que esta casa está fazendo de transformação. E
2984 seguimos. Eu acho que é isso. Tem muito trabalho pela frente, mas esse muito

2985 trabalho, para mim, passa sempre pelo Conama. Então eu espero que o
2986 Conselho possa recepcionar esses debates e ser provocativo em torno daquilo
2987 que nós podemos inovar. Além, obviamente sempre, da disputa política que é
2988 importante na democracia. Então muito obrigada a todos e bom trabalho para
2989 vocês. Está aqui mais um peso para ser levado, mas que é um resumo porque
2990 o Conama existe. Está aqui. Se alguém... Eu duvido que nós tenhamos um
2991 Conselho deliberativo com essa riqueza de normas e que tenha contribuído
2992 tanto para o desenvolvimento sustentável deste País. Então muito obrigada a
2993 todos. Uma boa tarde e agora eu tenho que seguir para as reuniões da Rio
2994 Mais 20. Muito obrigada. Eu me esqueci de falar duas coisas, senão o Nilo me
2995 mata. Vocês vão receber... Todo mundo vai receber isso aqui, que é na
2996 realidade... O Circuito Tela Verde é uma reunião de filmes do Circuito Tela
2997 Verde do Ministério do Meio Ambiente para a Rio+20 e eu me esqueci de
2998 anunciar uma coisa que é extremamente... Cadê o pessoal da agricultura
2999 familiar? Está tendo o grito da terra. Eu acho que está todo mundo na
3000 Esplanada, mas eu assinei esta semana a Portaria instituindo o Programa de...
3001 Oficialmente Educação Ambiental para a Agricultura Familiar. Está instituído,
3002 inclusive com o primeiro edital de lançamento, nós vamos lançar para projetos,
3003 para financiar. Isso faz parte da pauta do grito da terra, da marcha das
3004 margaridas e aqui vem o meu reconhecimento público ao apoio de todos os
3005 movimentos da agricultura familiar ao código florestal. Eles foram
3006 determinantes naquilo que foi a construção de um processo que pudesse não
3007 comprometer a questão ambiental e podemos com isso trabalhar a questão
3008 social. Então eu reconheço publicamente... Eu tive 70 mil mulheres na marcha
3009 das margaridas marchando com a pauta, cujo primeiro item era conservação
3010 da biodiversidade e proteção das nossas florestas. Eu não tive nenhum
3011 movimento social de tamanha envergadura defendendo o código florestal da
3012 maneira que nós tivemos, marchando na Esplanada dos Ministérios. Então é
3013 absolutamente importante junto com os ambientalistas que isso seja
3014 reconhecido e junto com aqueles empresários que conosco buscaram o melhor
3015 caminho em relação à sustentabilidade. Tem mais gente a favor do que o
3016 pensamento conservador e retrógrado que muitas vezes tentam nos impor. Nós
3017 temos é que saber construir com essas pessoas. Mais uma vez, muito obrigada
3018 e está aí mais um trabalho. Eu quero que implante o Programa de Educação
3019 Ambiental no Campo. Isso é uma cobrança de três anos. Então promessa
3020 cumprida. Obrigada.

3021

3022

3023 **MESTRE DE CERIMÔNIA** – Nós agradecemos a atenção de todos e damos
3024 por encerrada a cerimônia de abertura da Semana do Meio Ambiente. A partir
3025 de agora será dada continuidade à reunião do Conama. Boa reunião a todos.

3026

3027

3028 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do CONAMA)** –
3029 Pessoal, vamos retomar os trabalhos. Recordar é viver, então nós vamos ter
3030 aqui agora o retorno do Nilo nos ajudando aqui na condução dos trabalhos.
3031 Recordar é viver. Para quem não conhecia, o Nilo foi o Adriana Mandarino por
3032 muitos anos e ele vai me substituir aqui na retomada dos trabalhos em função
3033 das nossas... Da complexidade da nossa agenda do... Essas semanas. Eu

3034 queria só dizer que nós vamos ver como é que nós encaminhamos a sugestão
3035 depois do rapaz do INGÁ. Eu não sei se vocês estão percebendo, estamos
3036 tentando trazer mais informações para a discussão dos temas do Conama, nós
3037 vamos agora procurar também organizar melhor o tempo nas próximas
3038 agendas para ter um pouco mais de tempo para debate, embora, dada a
3039 dinâmica do próprio Conama e dadas as agendas nossas, isso às vezes sofreu
3040 alguns imprevistos, como no caso de hoje, feliz ou infelizmente, a fala da
3041 Ministra acabou nos obrigando a acelerar o encerramento da discussão sobre
3042 matriz energética, mas nós vamos aprofundar esses temas na medida também
3043 que os Conselheiros sentirem necessidade de discutir com mais calma, com
3044 mais qualificação cada uma dessas agendas aqui propostas. Eu queria lembrar
3045 que tanto a vinda do representante da CNEN quanto do Secretário Executivo
3046 do Ministério de Minas e Energia foram atendendo a provocações dos próprios
3047 Conselheiros. Então, nós estamos sempre dispostos aqui a procurar também
3048 ampliar esse debate trazendo as posições, inevitavelmente, do Governo em
3049 relação ao debate para que sejam discutidas e expostas a escrutínio aqui de
3050 vocês. Bom, dito isso, eu vou passar a condução dos trabalhos para a Adriana
3051 que vai ter o Nilo como suporte aqui em função da sua experiência na
3052 condução dos trabalhos do Conama e para não deixar a Adriana aqui sozinha à
3053 mercê de vocês. Boa tarde. Se nós não concluirmos hoje amanhã estamos de
3054 volta.

3055

3056

3057 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Muito bem, Conselheiros
3058 e Conselheiras. Nós temos pela frente a continuidade da discussão do item
3059 referente à recomendação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e, em
3060 seguida, 5 moções estão previstas na pauta e 4 informes. A previsão de
3061 conclusão dessa reunião é 18h no dia de hoje, mas a expectativa nossa é que
3062 concluamos a reunião toda, essa 76º... É assim que fala? 106ª, perdão,
3063 Reunião Ordinária do Conama. Então eu pergunto aqui ao nosso diretor do
3064 Departamento de Ambiente Urbano se há um consenso em relação às
3065 eventuais emendas ou à recomendação na forma em que foi apresentada ao
3066 Plenário para nós façamos, então, a votação. O texto base da recomendação
3067 foi aprovado? Não foi aprovado? Não foi apreciado?

3068

3069

3070 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Foi apreciado, não foi ainda votado.

3071

3072

3073 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ele foi apreciado e não
3074 foi aprovado sem prejuízo de emendas, como é praxe aqui no Plenário, nós
3075 primeiro votamos o texto base de qualquer resolução, recomendação, e em
3076 seguida nós abrimos para eventuais emendas. Antes de ceder a palavra ao
3077 nobre colega Silvano, diretor do DAU, eu quero submeter ao Plenário se há, do
3078 Plenário, concordância na aprovação do texto base. Aqueles que forem
3079 favoráveis ao texto base da recomendação para o Plano Nacional de Resíduos
3080 Sólidos levantem os seus crachás, por favor. Ok, podem abaixar. Aqueles que
3081 são contrários ao texto base da recomendação... Abstenções? Então está

3082 aprovado o texto base sem prejuízo de eventuais emendas e eu passo a
3083 palavra imediatamente ao Silvano.

3084

3085

3086 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Diretor do DAU)** - Muito obrigado
3087 Nilo. Eu queria fazer registro a algumas observações que foram aqui
3088 apresentadas porque de fato tem pertinência e até em respeito dos
3089 Conselheiros e das Conselheiras. Primeiro em relação ao que coloca a
3090 Conselheira Patrícia Boson da área de Transportes.

3091

3092

3093 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Está difícil de ouvir, Silvano.

3094

3095

3096 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Está um pouco baixo, pode ser bateria ou
3097 volume, é que não está muito...

3098

3099

3100 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Se tiver possibilidade de...

3101

3102

3103 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Fala daqui, Silvano, é só usar esse microfone
3104 aqui. Sente aqui.

3105

3106

3107 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Diretor do DAU)** - Bom... Agora está
3108 alto demais. As contribuições que chegaram... O que a Patrícia... A Conselheira
3109 Patrícia levanta é, de fato, nós recebemos lá na Secretaria que o
3110 posicionamento da área de Transporte na criação de grupos de trabalho
3111 específico e essa proposta está sendo discutida no Comitê Orientador e no
3112 Comitê Interministerial, é sobre a conveniência de criar um grupo técnico no
3113 Comitê Interministerial ou um grupo de trabalho temático no Comitê Orientador.
3114 Então, isso ainda não foi apreciado, o que ela coloca aqui é apenas para nós
3115 recebermos, tem pertinência o que ela apresenta porque muitas questões
3116 têm relação com o transporte de resíduos tanto na logística reversa, são
3117 problemas que nós temos para transportar resíduos via logística reversa,
3118 quanto também a questão específica dos resíduos gerados no serviço de
3119 transportes. Eu queria dizer que isso que está em análise pelo Comitê
3120 Orientador e pelo Comitê Interministerial, é provável que se crie, de fato, um
3121 grupo de trabalho específico ou um grupo técnico específico para essa
3122 discussão, não é Mazzaro, nós temos discutido no Comitê Orientador e
3123 também no Comitê Interministerial. O que o Firmino levanta tem pertinência,
3124 ele fala da preocupação da Abema em relação às metas colocadas, sobretudo,
3125 para resíduos sólidos recicláveis e eu complemento também os resíduos
3126 sólidos úmidos, mas especificamente em relação aos resíduos sólidos
3127 recicláveis eu queria de certa forma tranquilizar. Não estou dizendo que essas
3128 metas são atingíveis, mas eu queria dizer que nós, no Comitê Orientador,
3129 temos feito uma boa harmonização, e também no Comitê Interministerial, entre
3130 a proposta do Plano Nacional de Resíduos Sólidos com todas as propostas de

3131 logística reversa que estão em fase de discussão, mais especificamente eu
3132 quero exemplificar. As metas estabelecidas no Plano em relação à redução dos
3133 resíduos recicláveis secos expostos em aterro sanitário foram internalizadas
3134 pelo grupo de trabalho temático da cadeia de embalagens em geral que
3135 compõe a maioria dos resíduos de embalagens da fração seca dos resíduos
3136 sólidos urbanos e, portanto, o que vai sair agora nos próximos dias da proposta
3137 de acordo setorial, chamamento para apresentação de acordo... De proposta
3138 de acordo suscita setorial para a logística reversa de embalagens que compõe
3139 a fração seca dos resíduos sólidos é exatamente a mesma meta que está no
3140 Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o que é muito importante porque o setor
3141 vai ter que apresentar uma proposta de logística reversa nos mesmos moldes
3142 do Plano Nacional de Resíduo. Então para 2015 a meta é reduzir 22% da
3143 fração dos resíduos recicláveis secos que chegam aos aterros sanitários,
3144 eventualmente aos lixões. Isso é... Eu estou apresentando esse exemplo para
3145 mostrar que o que está colocado no Plano tem pertinência com os instrumentos
3146 da logística reversa, então, de certa forma, isso está considerado também. O
3147 que o Mauro apresenta de preocupações em relação aos prazos dos planos
3148 municipais de resíduos é uma preocupação que eu falei anteriormente, o
3149 esforço que o Governo Federal fez para apoiar a elaboração de planos
3150 municipais e intermunicipais, o edital de chamamento que foi feito no ano
3151 passado. Agora, não obrigatoriamente, mesmo nós querendo apoiar, os
3152 municípios se colocam para elaborar os seus planos, mas é um grande desafio,
3153 o prazo vence agora em agosto de 2012, não é obrigado a que os municípios
3154 elaborem os seus planos e aos estados também, mas caso queiram receber
3155 recursos da União para resíduos sólidos eles têm que ter o plano elaborado,
3156 então, de fato, e a alteração desse prazo ele... Esse prazo consta da lei,
3157 portanto qualquer alteração é por meio de uma outra lei ou eventualmente uma
3158 medida provisória ou instrumento legal no mesmo nível. Essa é uma
3159 informação que eu queria apresentar também. A CNC apresenta uma questão
3160 relacionada à tributação que foi apresentada pelo Antônio, o Conselheiro
3161 Antônio, essa questão está sendo absorvida também no Grupo Técnico 3, que
3162 está discutindo a elaboração de propostas para incentivos econômicos,
3163 financeiros, fiscais e creditícios, e essas preocupações estão internalizadas
3164 dentro desse grupo técnico, o Grupo Técnico 3 criado no âmbito do Comitê
3165 Interministerial. As outras questões, todas que foram apresentadas, eu, como
3166 foi determinado aqui pela Mesa, nós fizemos um esforço agora no horário do
3167 almoço para chegar a uma proposta de alteração de emenda à recomendação
3168 e ela está ali apresentada na medida em que ela foi já apreciada e votada aqui,
3169 aprovada a recomendação, só queria ler as contribuições que foram feitas. Eu
3170 vou ler as emendas que foram apresentadas que recepcionam as
3171 preocupações dos Conselheiros e das Conselheiras em relação a alguns
3172 pontos que foram destacados do Plano e que a proposta é que o... Essas
3173 propostas de emendas sejam absorvidas e consideradas pelo Comitê
3174 Interministerial. Então eu vou ler exatamente quais são as propostas de
3175 emenda que vão ser... Eu devolvo depois à Mesa para encaminhar aqui a
3176 análise. Com base em todos os considerados, a proposta é que recomenda, o
3177 Plenário recomenda ao Comitê Interministerial da Política Nacional de
3178 Resíduos Sólidos a aprovação da proposta do Plano Nacional de Resíduos
3179 Sólidos revisando a Diretriz I do Item 4.1.4, essa Diretriz I fala da recuperação

3180 de resíduos... Da redução de resíduos sólidos úmidos dispostos em aterros
3181 sanitários. O Item 4.1.4 fala sobre isso e a Diretriz I fala exatamente sobre um
3182 conjunto de ações que devam ser feitas... A diretriz de um conjunto de ações
3183 que devam ser feitas no sentido de aumentar a compostagem, a biodigestão e
3184 eles querem incluir lá, no item que sugere o aumento... A recuperação
3185 energética eles sugerem colocar nos termos do art. 9º da Lei 12.305 que fala
3186 sobre a priorização sobre a hierarquia da geração, redução, reciclagem de
3187 resíduos. Então, isso contempla aquela preocupação em relação à incineração.
3188 E ainda propõe rever as estratégias I, II e XV dessa mesma Diretriz, mas para
3189 recepcionar preocupações quanto uma estratégia que diz respeito à
3190 identificação de limites de POPs, que saiu no Plano, eles vão apresentar a
3191 redação para fazer essa revisão e deixar conforme o entendimento dessas
3192 entidades e daqui do Conama. E finalmente incluir uma estratégia, também na
3193 Diretriz I no Item 4.1.2, com relação à prática da obsolescência programada.
3194 Isso não tem problema, o Comitê Interministerial recepcionar esse conjunto de
3195 propostas de revisão do Conama, então a proposta é que de fato o Comitê
3196 Interministerial recepcione essa sinalização do Conama, os Conselheiros vão
3197 fazer a proposta de redação, são pontuais, e não tem problema nenhum nós
3198 internalizamos no âmbito do Comitê Interministerial. Seriam essas as propostas
3199 de revisão, eu devolvo aqui, portanto, à Mesa para fazer o encaminhamento.
3200 Eu só queria registrar, a Conselheira Célia, que é aqui da ABES, ela também
3201 tinha feito uma observação, eu queria ser porta voz aqui, Célia, da ABES -
3202 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, concordando com
3203 o Plano, a ABES tem concordância com o Plano, tem um conjunto de
3204 contribuições que a ABES faz, mas nós vimos que tem muito mais a ver com o
3205 diagnóstico que vai ter que ser elaborado nos planos estaduais de resíduos
3206 sólidos. A sugestão que a ABES possa influir com esses planos estaduais no
3207 sentido de ter um diagnóstico... E encaminha para nós, também, para nós
3208 encaminharmos para esses planos que nós estamos também apoiando no
3209 Brasil inteiro. Acho que é isso por enquanto.

3210
3211

3212 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Dr. Silvano, aqui uma
3213 questão que nós estamos verificando, talvez o Dr. Lutti, que é membro da
3214 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos possa nos ajudar a esclarecer. Só do
3215 ponto de vista de técnica legislativa supondo que já há um acordo em relação a
3216 essa emenda recomendação, Dr. Lutti, a dúvida nossa, da Mesa, é se pode ser
3217 emendado apenas citando número das diretrizes, estratégias e do item, sem
3218 nenhuma menção ao tema... Pelo menos de cada diretriz, sabe Silvano, essa é
3219 que... Pode ser? Por favor. Que aí eu pediria que nesse ajuste de técnica
3220 legislativa, o Danilo que está ali operando o computador, já pudesse agregar
3221 uma explicação que torne mais amigável o texto da recomendação, mais claro
3222 do que só uma sequência numérica que eu acho que pode ser depois
3223 observado pela CONJUR. Quanto mais nós evitarmos um retorno ao Plenário,
3224 melhor em função dos prazos.

3225
3226

3227 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Lutti, Planeta
3228 Verde. Primeiro é o seguinte: nós optamos por fazer essa referência para que

3229 nós possamos, até amanhã, encaminhar um texto de forma adequada e com
3230 justificativa técnica para que ele possa dialogar lá junto ao Comitê. Eu só quero
3231 dar um pouco mais de profundidade na explicação, é que no Item 4.1.4, que se
3232 refere à recuperação energética de biogás, na estratégia I e II ela deixa um
3233 pouco em aberto com relação à recuperação energética de resíduos orgânicos.
3234 Então, é só um ajuste para se fazer, a referência não que seja contra a
3235 incineração porque ela consta na lei e não pode ser... O Plano vetar a
3236 incineração, mas que conste uma referência ao art. 9º que estabelece a
3237 hierarquia da forma da destinação do recurso... Do resíduo sólido. É só essa
3238 adequação com respeito ao art. 9º. Na estratégia XV a coisa é um pouco mais
3239 complicada porque ela está remetendo a entendimentos com o Ministério da
3240 Agricultura para estabelecimento de índice... De limites máximos de POPs em
3241 compostagem para utilização rural. O Brasil é signatário da Convenção de
3242 Estocolmo que prega, na verdade, a eliminação total desses poluentes, desses
3243 elementos tóxicos. Daí seria até contrário à Legislação Brasileira a inclusão de
3244 POPs lá no 15. Com relação ao Item 4.1.2, que diz respeito à redução de
3245 resíduos, o PROAM solicitou a inclusão do estímulo da não-prática da
3246 obsolescência programada, ou seja, aquela conduta de algumas empresas no
3247 sentido de programar que aquele produto tenha um fim muito curto, obrigando
3248 ou induzindo o consumidor a adquirir outro produto em substituição. Exemplos:
3249 baterias de celulares; Ipads que se renovam anualmente com pouquíssimas
3250 inclusões de tecnologia que já estavam programadas, já existiam; impressoras,
3251 muda todo ano, a cada 6 meses

3252

3253

3254 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Concluindo, por favor, se
3255 for possível, porque nós temos uma agenda pesada.

3256

3257

3258 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Pois então, Nilo, eu
3259 só gostaria de lembrar também que o Regimento não permite a condução dos
3260 trabalhos pelos Diretores Executivos, só pela Presidência, salvo engano. Muito
3261 obrigado pela atenção.

3262

3263

3264 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Posso
3265 fazer um esclarecimento? O Regimento... Posso até achar aqui onde que fala,
3266 fala que a condução é feita pelos Conselheiros, não pela Diretora ou o Diretor
3267 do Departamento de Apoio ao Conama. Nesse caso o Nilo está como
3268 Conselheiro do Ministério.

3269

3270

3271 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok. Nós temos
3272 inscrições para falar a respeito. Bocui e depois o... Mas é só para esclarecer ao
3273 Conselheiro Lutti, eu não pedi para o Sr. interromper, pedi só para o Sr. já ir
3274 concluindo em função das outras inscrições, só isso.

3275

3276

3277 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Sabe o que me
3278 deixa irritado com relação ao Conama? É exatamente esse tipo de coisa que a
3279 Ministra acabou de registrar...

3280

3281

3282 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Use o microfone.

3283

3284

3285 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - A Ministra acaba
3286 de registrar, e não é a primeira vez, que esse é um local de debate
3287 democrático, porém toda vez que alguém vai fazer uso da palavra ela é cortada
3288 sistematicamente. Eu só estou querendo trazer aqui para votação o
3289 esclarecimento da posição que nós trouxemos e negociamos com o Silvano, só
3290 isso.

3291

3292

3293 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok Conselheiro, eu peço
3294 desculpas, a minha intenção era apenas para agilizar a discussão. Próximo
3295 inscrito é Carlos Bocui? Então, primeiro a Zuleica, que está inscrita, em
3296 seguida o Conselheiro Nardoto. Zuleica, por favor.

3297

3298

3299 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - Eu não quero desviar o assunto, mas eu
3300 acho superimportante aproveitar a oportunidade que eu vou poder falar aqui
3301 para perguntar o que está acontecendo com os 2 grupos de trabalho que foram
3302 suspensos em função da Política Nacional de Resíduos Sólidos, os 2 grupos
3303 de trabalho na antiga Câmara Técnica de Saúde e Saneamento sobre gestão
3304 de lâmpadas fluorescentes, que é um assunto que vem se arrastando há uma
3305 década e até hoje nós não temos uma normativa sobre lâmpadas fluorescentes
3306 no Brasil, e gestão de eletro-eletrônicos. Então, foi solicitada à Câmara
3307 Técnica, na época em que eu quero era membro dessa Câmara Técnica,
3308 quase 2 anos atrás, a suspensão por 1 ano até que se tivesse algum resultado
3309 da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Embora, em minha opinião, isso não
3310 fosse necessário, interromper os trabalhos, porque uma coisa é o Conama
3311 fazer uma resolução válida em todo o território nacional a respeito da gestão de
3312 um produto tóxico que é vendido livremente para a população e que necessita
3313 de um cuidado muito especial na sua gestão. A Política Nacional de Resíduos
3314 Sólidos trabalha na forma de acordos setoriais, então uma coisa é uma coisa e
3315 outra coisa é outra coisa. Um acordo setorial da indústria, como no caso de
3316 lâmpadas fluorescentes, dos importadores, já que não temos mais
3317 praticamente produção no Brasil, só temos áreas contaminadas de antigas
3318 fábricas, mas não temos mais. Temos importação de lâmpadas, então temos
3319 importadores que vão fazer um acordo setorial com alguém e etc., mas a
3320 questão é: como é que fica o território nacional? Ele tem que ser coberto por
3321 uma resolução, ele precisa de uma referência sobre a gestão da cadeia,
3322 obrigações a todo o cidadão. O cidadão também, como consumidor, ele é um
3323 gerador desse resíduo, ele precisa participar e no acordo setorial o cidadão não
3324 vai participar. Então, assim, nossa preocupação é: quando que vão ser
3325 retomados os GTs de lâmpadas fluorescentes e eletro-eletrônicos, por

3326 exemplo, porque existem muitos outros resíduos que necessitam de uma boa
3327 resolução.

3328

3329

3330 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok. Conselheira. Vamos
3331 ouvir ainda a intervenção do próximo Conselheiro e em seguida o Silvano pode
3332 esclarecer essa e as dúvidas que ainda tiverem.

3333

3334

3335 **O SR. JOÃO ISMAEL NARDOTO (ANAMMA)** - João Nardoto, ANAMMA
3336 Sudeste. Em uma conversa também na hora do almoço com a ANAMMA, o
3337 presidente Mauro também está presente e já endossou o que eu poderia falar
3338 aqui em nome da ANAMMA e, conversando com a Abema também, achamos
3339 que deveríamos sugerir a inclusão de um capítulo que seria o 8º ou inversão
3340 para o número 7, como for melhor, do financiamento das metas do Plano. O
3341 Plano está sendo colocado como um Plano Nacional e tem as metas definidas,
3342 mas não tem a equação financeira da implantação das metas. Isso acaba
3343 refletindo de forma bastante considerável nas ações dos municípios que hoje já
3344 absorvem a maior parte do ônus da questão dos resíduos, da coleta dos
3345 resíduos, das formas todas que existem. Então a proposição da ANAMMA seria
3346 essa, de incluir um capítulo a mais de forma destacada e não só como está ali
3347 “critérios para acesso aos recursos” no Item 6.3.3. Poderia permanecer o 6.3.3
3348 “critérios para acesso aos recursos para o programa de apoio ao
3349 desenvolvimento institucional”, não teria problema, mas que se incluísse um
3350 capítulo especial do financiamento das metas do Plano.

3351

3352

3353 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Conselheiro, eu entendo
3354 que nós vamos precisar de uma redação bem objetiva para essa emenda na
3355 recomendação, porque...

3356

3357

3358 **O SR. JOÃO ISMAEL NARDOTO (ANAMMA)** - Eu tenho uma sugestão: seria
3359 continuar ali incluindo... Que lá está colocando “revisando” e no final “incluindo
3360 um capítulo específico para financiamento das metas do Plano”.

3361

3362

3363 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Bom, coloca uma vírgula
3364 depois de “programada”, Danilo, por favor, e aí “incluindo um capítulo
3365 específico” nós temos que discutir ainda e votar essa emenda e a anterior
3366 também. “Incluindo um capítulo específico para financiamento das metas do
3367 plano”, ok. Vamos ouvir então, mais algum inscrito? Para esclarecimento ou
3368 para proposição de emendas são só essas propostas que estão em tela? Na
3369 verdade está transformada em uma redação só, mas nós vamos ouvir o
3370 Silvano para dar um esclarecimento e já apreciar... Comentar essa proposta
3371 nova que acresce a emenda sugerida.

3372

3373

3374 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – E as
3375 questões levantadas, Silvano, se você poder falar também sobre os GTs que a
3376 Zuleica falou.

3377

3378

3379 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Diretor do DAU)** - Sobre os GTs, que
3380 a Zuleica se referiu, eu vou dar mais informes dos GTs porque... Sobre o prazo
3381 para retomada dos grupos de trabalho talvez a Adriana possa falar, mas dos 2
3382 GTs... Ou melhor, dos 2 GTTs, porque tem 2 GTTs criados no âmbito do
3383 Comitê Interministerial, o que foi criado com o objetivo de elaborar uma
3384 proposta de edital de chamamento do acordo setorial de lâmpadas de vapor de
3385 sódio, mercurial e mista, esse GTT inclusive já concluiu o trabalho, já submeteu
3386 ao Comitê Orientador e nós já temos uma proposta de edital chamando o
3387 acordo setorial da logística reversa de lâmpadas de vapor mercurial, sódio e
3388 mista. Esse edital vai ser publicado nos próximos dias e aí tem uma questão
3389 que é importante, Zuleica, que será dado o prazo para o setor, eu digo
3390 fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, apresentarem a
3391 proposta da logística reversa nos termos da Lei 12.305 do Decreto e, posterior
3392 a esse prazo, é obrigatória uma consulta pública na Internet para manifestação
3393 de todos em relação à proposta de acordo setorial. Então tem a possibilidade
3394 de participação da sociedade na proposta de acordo setorial, e o Ministério do
3395 Meio Ambiente depois recebe as propostas e analisa a proposta de acordo
3396 setorial à consulta pública para depois fechar o acordo setorial que na verdade
3397 é um contrato entre o Governo Federal e os proponentes da logística reversa.
3398 Então, esse grupo de trabalho temático já chegou ao seu fim, foi extinto, e
3399 elaborou uma minuta de edital que foi já aprovada pelo Comitê Orientador e vai
3400 ser colocada agora... Publicado o edital chamando a proposta de acordo
3401 setorial, e essa proposta vai ser, depois que for apresentada, ela tem que ser
3402 colocada em consulta pública para participação da sociedade. O grupo de
3403 trabalho técnico de elétrico... Trabalho temático de eletro-eletrônicos foi
3404 definido um prazo para elaboração da minuta do edital de chamamento do
3405 acordo setorial de eletro-eletrônicos, da logística reversa de eletro-eletrônicos,
3406 e prazo, se eu não me engano, acho que é novembro, não é isso Zilda? Para a
3407 elaboração do edital chamando o acordo setorial da logística reversa de eletro-
3408 eletrônicos. Está bem encaminhado, nós esperamos ter essas duas cadeias
3409 com logística reversa já em funcionamento a partir do ano que vem. Então é
3410 sobre essas informações, a Adriana poderia complementar.

3411

3412

3413 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** –
3414 Complementos só em relação a isso, o Conama... Exatamente em razão
3415 desses encaminhamentos tomados nesse outro âmbito instituído por lei é que a
3416 matéria foi pautada novamente na Câmara Técnica e os 2 GTs foram
3417 arquivados. Nesse sentido, não o arquivamento por conta da matéria em si,
3418 mas privilegiando o locus de discussão institucional que nesse momento
3419 mudou, não mais do Conama, mas no âmbito do GTT, que é grupo de trabalho
3420 temático. Nada impede que uma vez terminada essa etapa, aí sim o Conama
3421 novamente teria uma outra competência que seria ver dentro dos órgãos do
3422 SISNAMA como é que tem o rebatimento disso, mas seria uma etapa posterior.

3423

3424

3425 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Diretor do DAU)** - Bom, o que o João
3426 Nardoto, da ANAMMA Sudeste, coloca é... Bom, nós podemos recepcionar
3427 esse texto aqui como uma proposta do Conama, mas vejam, como eu disse
3428 anteriormente, o Plano Nacional de Resíduos não é um plano para o Governo
3429 Federal, não é um plano para a União, está certo? Quer dizer, é um plano para
3430 a União, para estados e municípios. Então, se nós formos falar de
3431 financiamento nós vamos ter que trabalhar linhas de recursos de todos os
3432 governos, quer dizer, nós não temos... Não foi discutida no Comitê
3433 Interministerial a proposta de definir os recursos de financiamento porque cada
3434 governo vai ter que fazer as suas ações para implementar o Plano porque não
3435 cabe apenas para o Governo Federa. Nós podemos até ter essa
3436 recomendação aqui com essa proposta de redação, mas o Comitê
3437 Interministerial vai ter que recepcionar e fazer essa análise. Isso aqui eu estou
3438 entendendo que são contribuições do Conama para serem apreciadas pelo
3439 Comitê Interministerial. Algumas coisas vão ser incorporadas, imagino que
3440 essas que são mais pontuais não têm problema, mas uma proposta de
3441 sugestão em que se defina no Plano Nacional o financiamento das ações
3442 quando, na verdade, essas ações não são de responsabilidade do Governo
3443 Federal apenas, envolve outros níveis, e o Governo Federal não pode fazer um
3444 plano para o município, um plano para o estado, porque é inconstitucional. Nós
3445 temos algumas dificuldades para implementação, eu estou aqui dando algum,
3446 de certa forma, fazendo já uma explicação preventiva para alguns limites do
3447 Plano, quer dizer, o Plano tem alguns limites. Eu acho que constar na
3448 recomendação do Conama pode ser até possível, depende de fato de votação
3449 aqui dos Conselheiros, mas eu vejo dificuldade de implementação no Plano
3450 capítulo de financiamento de algo que nos diz respeito, apenas da competência
3451 da União.

3452

3453

3454 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Temos mais uma
3455 inscrição? Florêncio, CNC.

3456

3457

3458 **O SR. ANTÔNIO FLORÊNCIO DE QUEIROZ JÚNIOR (CNC)** - Na verdade,
3459 Silvano, seria muito mais uma dúvida. Eu abordei aqui na parte da manhã
3460 sobre a possibilidade da inclusão da possibilidade do comércio também fazer a
3461 destinação dos resíduos por ele colocados, e aí não sei se seria, nesse
3462 momento, ou seria parte de um acordo, enfim, seria uma dúvida nesse sentido.

3463

3464

3465 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Diretor do DAU)** - Eu acho que você
3466 não estava aqui na hora que eu fiz referência, Florêncio, mas tem um grupo
3467 técnico que é o Grupo Técnico 3 criado no âmbito do Comitê Interministerial,
3468 que ele está discutindo um conjunto... Ele foi criado com o objetivo de elaborar
3469 estudos para o Governo no sentido de identificar incentivos econômicos,
3470 financeiros, creditícios para o aumento da reciclagem no País. O objeto desse
3471 grupo de trabalho... Esse grupo de trabalho tem esse objeto, ele, ao final, vai

3472 elaborar um estudo, o conjunto de propostas, e entregar para o Governo que
3473 depois vai avaliar a forma de implementar essas medidas. Ele é coordenado
3474 pelo MDIC com a participação de nós, do Ministério do Meio Ambiente, a
3475 participação do Ministério da Fazenda, eu acho que o MAPA participa
3476 também... Neste grupo não? Tem outros Ministérios envolvidos e também
3477 outros membros... A CNI participa desse Grupo Técnico 3, acho que a CNC
3478 participa também. O conjunto das suas preocupações está lá considerado. A
3479 outra... Essa questão que você coloca tem a ver com os planos de
3480 gerenciamento de resíduos sólidos, que é de responsabilidade dos particulares,
3481 isso a lei definiu aonde cabe o plano de gerenciamento, então, o Plano não
3482 pode mudar algo que a lei definiu porque o Plano é o Plano Nacional de
3483 Resíduos que ele é o instrumento da lei, da Política Nacional de Resíduos. Eu
3484 tenho a impressão que cabe Plano de Gerenciamento de Resíduos para
3485 Resíduos Comerciais, nós precisamos depois fazer uma avaliação, eu posso
3486 ver com você, mas não cabe o plano de gerenciamento porque é de
3487 competência do particular, é o plano que fala da gestão de resíduos
3488 intraempreendimento e ele tem que ser submetido ao licenciamento e ao poder
3489 público municipal. Eu não sei se é isso que você estava fazendo referência.

3490

3491

3492 **O SR. ANTÔNIO FLORÊNCIO DE QUEIROZ JÚNIOR (CNC)** - Não, na
3493 verdade... Eu acredito que não. Na Política Nacional de Resíduos ele define a
3494 participação de cada... Do consumidor, do comércio, da indústria e coloca... Ao
3495 comércio está instruído apenas receber os resíduos e entregar à indústria. A
3496 recepção dos resíduos... O consumidor entregar ao comércio e o comércio
3497 entregar à indústria. Reservando à indústria o papel... Como se somente a
3498 indústria pudesse dar destinação ambientalmente adequada a esse resíduo.
3499 Então gostaríamos de abrir a possibilidade de que alguma... Eu não sei se esse
3500 pleito está sendo...

3501

3502

3503 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Diretor do DAU)** - Agora eu entendi a
3504 sua observação. Isso tem a ver com os acordos setoriais, são os acordos
3505 setoriais... A proposta é que, como na verdade a CNC participa da maioria dos
3506 acordos setoriais, vocês têm que levar para... Depois dos editais de
3507 chamamento... O edital de chamamento vai recepcionar propostas dos
3508 fabricantes industriais, distribuidores, comerciantes, para fazer a logística
3509 reversa de cada cadeia. Então, agora vai sair o acordo setorial de... O edital
3510 chamando a logística reversa de duas cadeias. É neste momento que vocês
3511 vão ter que participar do acordo setorial propondo a forma de fazer a ação do
3512 comércio, mas é em outro instrumento.

3513

3514

3515 **O SR. ANTÔNIO FLORÊNCIO DE QUEIROZ JÚNIOR (CNC)** - Essa era minha
3516 dúvida, muito obrigado.

3517

3518

3519 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok então, obrigado
3520 Silvano. Nós vamos passar à leitura da emenda como ficou na proposta de

3521 recomendação e, naturalmente, verificar... Eu quero que o Plenário fique bem
3522 atento a essa leitura para verificarmos se ela está, vamos dizer, até do ponto
3523 de vista de técnica legislativa, adequada, uma vez que no mérito nós já
3524 discutimos, o Silvano já fez observações e o Plenário, acredito, já esteja
3525 esclarecido para votar. O texto diz o seguinte: Após as considerações
3526 recomenda ao Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos
3527 a aprovação da proposta do Plano Nacional de Resíduos Sólidos revisando a
3528 Diretriz I que trata da redução dos resíduos sólidos urbanos úmidos dispostos
3529 em aterros sanitários, eu acho que aí depois de úmidos tem uma vírgula, não é
3530 isso?

3531

3532

3533 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Diretriz I,
3534 então a primeira vírgula, não é isso? “Revisando a Diretriz I, que trata da
3535 redução dos resíduos sólidos urbanos úmidos dispostos em aterros
3536 sanitários...”.

3537

3538

3539 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Do Item 4.1.4...

3540

3541

3542 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Ponto e
3543 vírgula, não é? Até “aterros sanitários” é uma coisa, a revisão é “da Diretriz I,
3544 do Item e etc.”, seria isso? É isso que está confuso de entender. Está me
3545 parecendo que está faltando o... Porque a Diretriz I, que eu entendi, é essa
3546 redução desses resíduos. O item 4.4 é que está faltando dizer do que é que se
3547 trata para fazer uma correlação. Não?

3548

3549

3550 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Do item 4.1... Acho que
3551 não precisa, até mencionando, o Item são as estratégias, quando fala que tudo
3552 isso é Diretriz I, e, por fim, incluindo estratégia específica na Diretriz I, daí do
3553 outro item, do Item 4.1.2 que trata da redução da geração de resíduos sólidos
3554 urbanos referentes à prática da obsolescência programada incluindo um
3555 capítulo específico para o financiamento das metas do plano. Aí acho que vai
3556 ter que ter pelo menos um ponto e vírgula porque essa inclusão desse capítulo
3557 não se refere a essa Diretriz I, certo? É em outro momento, em outro capítulo,
3558 em outra diretriz do Plano, certo?

3559

3560

3561 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Diretor do DAU)** - Nilo, só para... A
3562 Adriana tem razão, o que trata da redução dos resíduos sólidos urbanos
3563 úmidos dispostos em aterros sanitários é do Item 4.1.4. Então, é só pegar aqui
3564 que trata... Copiar e colar depois do Item 4.1.4. Recorta e cola depois do item...

3565

3566

3567 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Lutti e depois Mazzaro.

3568

3569

3570 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Veja só, a
3571 estratégia I e II dizem respeito a essa proposta, a utilização de resíduos sólidos
3572 úmidos para incineração. Isso é uma coisa, I e II. E mais, não se trata de
3573 resíduos sólidos dispostos em aterro sanitário. Aqui, do jeito que está descrito é
3574 “resíduos sólidos úmidos coletados”, não são os dispostos, são os coletados. A
3575 estratégia...

3576
3577

3578 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Se você puder ditar para
3579 ele já fazer, pode ser?

3580
3581

3582 **O SR. JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI (Planeta Verde)** - Pode. E a
3583 estratégia XV diz respeito aos poluentes orgânicos persistentes, que não tem
3584 nada a ver com os Itens 1 e 2.

3585
3586

3587 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Então, após “revisando a
3588 Diretriz I, que trata...”, eu acho que é mais fácil você ditar diretamente para ele,
3589 por favor. Enquanto isso o Mazzaro se manifesta também.

3590
3591

3592 **O SR MÁRCIO ANTONIO TEIXEIRA MAZZARO (MAPA)** – Obrigado. Márcio
3593 Mazzaro, do Ministério da Agricultura. O meu questionamento é procedimental
3594 porque pela legislação, pelo Decreto, ele manda ouvir os Conselhos, então
3595 aqui o Conama, ao ser ouvido, está propondo essas adequações no Plano,
3596 mas outro Conselho, que é o Conselho Nacional das Cidades, eu creio que ele
3597 chegou a se manifestar sobre essa questão porque isso são resíduos urbanos
3598 que eu creio que é competência aqui, mas eu acho que é competência lá
3599 também. Como é que ficaria esse confronto de proposições para adequação do
3600 Plano? Essa é uma dúvida.

3601
3602

3603 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Diretor do DAU)** - O Conselho das
3604 Cidades não fez nenhuma alteração, sugeriu apenas que no Grupo Técnico I
3605 fosse considerado membro do Conselho Nacional de Cidades para o
3606 acompanhamento do plano, Mazzaro. Agora, não tem prejuízo porque a
3607 deliberação dessas incorporações é pelo Comitê Interministerial, de qual faz
3608 parte o Ministério das Cidades, então não tem prejuízo, quer dizer... Não tem
3609 conflito porque a deliberação sobre o Plano Nacional de Resíduos é uma
3610 atribuição, por lei e por Decreto, do Comitê Interministerial. O que está sendo
3611 feito é ouvindo os diversos Conselhos e pegando as contribuições para serem
3612 consideradas, mas a palavra final é do Comitê Interministerial, e é isso que
3613 vamos fazer, nós queremos ver os detalhes e as contribuições do Conama e
3614 apresentar na reunião do Comitê Interministerial.

3615
3616

3617 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok. Wanderley, CNI...
3618 Depois nós vamos passar à votação, se não houver mais nenhuma questão.

3619
3620

3621 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – É uma observação
3622 importante sobre a inclusão de uma diretriz sobre obsolescência programada.
3623 Isso estava inicialmente no Plano Nacional, me parece... Não sei se foi retirada
3624 ou não, porque essa questão de obsolescência programada não é
3625 mercadológica, ela é tecnológica, e não é uma questão brasileira, ela é
3626 mundial, é uma questão da evolução da tecnologia muito voltada a produtos
3627 eletro-eletrônicos. Então, eu acho que tem que tomar um certo cuidado em
3628 relação a esse tipo de coisa para não se tornar uma medida inócua. O que
3629 pode se fazer, em termos de estimular a reciclagem ou reaproveitamento dos
3630 material eletro-eletrônico, eu acho que não vai ser em uma medida específica
3631 do Plano Nacional, isso é uma coisa para ser discutida dentro do acordo
3632 setorial que vai à consulta pública e que os senhores Conselheiros podem
3633 muito bem fazer contribuições a respeito disso. É a nossa observação a
3634 respeito desse ponto. Obrigado.

3635
3636

3637 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Só para entender,
3638 Wanderley, seria um encaminhamento contra essa emenda, não é?

3639
3640

3641 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Contra, eu acho que não
3642 cabe.

3643
3644

3645 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok. Muito bem,
3646 BOCUHY.

3647
3648

3649 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu gostaria de
3650 reforçar a manutenção da obsolescência programada, ela é um mal que graça
3651 hoje no mercado, ela fere direitos do consumidor. Uma posição conceitual do
3652 Conselho Nacional do Meio Ambiente no sentido de que essa prática leva ao
3653 desperdício de recursos ambientais, enfim, de extração de mais produtos da
3654 natureza, todo mundo sabe que a sobrecarga da produção acaba envolvendo
3655 impactos ambientais, não é inócua, pelo contrário, ela pode ser conceitual, mas
3656 é uma posição que, adotada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente,
3657 sinaliza para a sociedade que o processo produtivo tem que ser um processo
3658 responsável e de respeito aos recursos naturais. Todo mundo sabe que o
3659 conceito de obsolescência programada é hoje bastante compreendido no
3660 mercado internacional, há muitas publicações a respeito, o termo já é
3661 consagrado, portanto não resta dúvida sobre o que representa isso.

3662
3663

3664 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Eu quero apenas chamar
3665 mais uma vez atenção àquilo que o Silvano já disse, os Conselhos, o Conama
3666 incluído, estão previstos no procedimento de análise do Plano para apreciação
3667 do Plano e com um caráter mais, vamos dizer, consultivo, um caráter de colher,

3668 eventualmente, alguma recomendação de cada um dos Conselhos.
3669 Evidentemente, todos os Conselheiros aqui sabem disso, que o Comitê, como
3670 já foi dito, o Comitê Interministerial tem a palavra final, é a única instância
3671 efetivamente deliberativa prevista no decreto em relação ao Plano. Mas é muito
3672 importante essa recomendação... As recomendações chegarem ao Comitê
3673 porque é mais uma forma de o Comitê ainda apreciar. Mesmo em relação a
3674 esse capítulo, Silvano, que você mencionou que foi proposto pela ANAMMA
3675 em relação a capítulo específico para financiamento das metas do Plano,
3676 embora o Silvano tenha esclarecido as limitações, de toda forma o Comitê
3677 pode até, de alguma maneira, discutir e considerar que essa é uma
3678 preocupação que vem principalmente por parte dos municípios e isso gerar
3679 algum tipo de procedimento por parte do Comitê também, em atendimento,
3680 mesmo que haja limitações porque o financiamento não é só Federal e nem
3681 essa definição parte só de um plano em nível Federal, os planos estaduais e
3682 municipais também como já foi dito. Eu acredito que nós possamos proceder à
3683 votação sabendo que temos um encaminhamento favorável à emenda e um
3684 encaminhamento contra.

3685
3686

3687 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) –** A questão toda é o texto,
3688 por que você vai colocar na Diretriz? Eu conversei aqui com o Bocui, ele me
3689 questionou, eu falei: “Bocui não é que nós achamos que o Plano não deva
3690 dizer isso, é a forma que você vai dizer”. Eu falei com ele, por exemplo, que a
3691 indústria de eletro-eletrônico tem toda uma preocupação de estar recuperando
3692 esses materiais, isso vai ser mostrado na Rio+20, do setor de eletro-
3693 eletrônicos, iniciativas e a preocupação que se tem de que esse material não
3694 seja descartado, principalmente de maneira inadequada no meio ambiente,
3695 mas nós temos que saber como colocar isso no Plano Nacional para que seja
3696 um indicativo... Opção de licença programada, que utiliza recursos naturais e
3697 muitas vezes terras raras, que hoje são raras mesmo, é uma questão até
3698 internacional, de você estar reintroduzindo isso no processo industrial, mas de
3699 maneira que não seja uma coisa, digamos, que é uma prática danosa da
3700 indústria, especificamente. É apenas isso, é uma questão de texto. Poderia
3701 ficar aí a referência à obsolescência programada, mas caberia aqui a
3702 adequação de um texto, adequação de um texto que eu acho que não pode ser
3703 feita agora.

3704
3705

3706 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA) –** Vocês podem fazer isso
3707 agora?

3708
3709

3710 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) –** Nós teríamos que elaborar
3711 uma diretriz, na verdade é isso Silvano.

3712
3713

3714 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Diretor do DAU) -** Eu queria só
3715 ajudar no encaminhamento. Nós vamos receber a contribuição da proposta de
3716 revisão, está certo? Da Diretriz. Nós vamos fazer uma estratégia específica

3717 sobre a obsolescência dentro da Diretriz da redução da geração de resíduos. A
3718 proposta é que vocês possam fazer redação de forma conjunta, vocês todos
3719 pudessem fazer redação.

3720

3721

3722 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós podemos fazer, mas
3723 eu não consigo fazer isso aqui agora.

3724

3725

3726 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Diretor do DAU)** - Não tem
3727 problema, nós podemos recepcionar até segunda-feira da semana que vem
3728 sem problema nenhum.

3729

3730

3731 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Nós submetemos ao
3732 Plenário o texto como está, entende? Podemos ter a concordância da CNI,
3733 nesse particular, e até segunda-feira, do ponto de vista do encaminhamento da
3734 recomendação ao Comitê, se faz uma explicação mais fundamentada do que
3735 significa, dirigida já ao Comitê, mas aqui no Conama é importante que nós
3736 aprovemos da forma como a emenda foi apresentada. Uma ideia aqui do
3737 Silvano que, no início ali, quando inicia a emenda, que diz ao Comitê
3738 Interministerial da Política a aprovação da proposta do Plano Nacional de
3739 Resíduos Sólidos com sugestão de revisão, apenas para deixar bem claro, a
3740 sugestão de revisão da Diretriz, não é isso?

3741

3742

3743 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Isso,
3744 porque essa é a competência nossa como Conama.

3745

3746

3747 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Exato, que cabe apreciar
3748 e sugerir. Pergunto se o Plenário está esclarecido para votar essa emenda,
3749 então, à recomendação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Vamos fazer
3750 uma última leitura para votação: ao Comitê Interministerial da Política Nacional
3751 de Resíduos Sólidos o Conama recomenda a aprovação da proposta do Plano
3752 Nacional de Resíduos Sólidos com sugestão de revisão da Diretriz I do Item
3753 4.1.4 e das estratégias I e II que tratam da redução dos resíduos sólidos
3754 urbanos úmidos dispostos em aterros sanitários, tratamento e recuperação de
3755 gases em aterros sanitários para que haja respeito ao art. 9 da Lei 12.305 de 2
3756 de agosto de 2010, e das estratégias XV da mesma Diretriz, que trata da
3757 adoção de limites máximos de poluentes orgânicos persistentes nos compostos
3758 de lixo e incluir uma estratégia específica na Diretriz I do Item 4.1.2 que trata da
3759 redução de geração de resíduos sólidos urbanos referentes à prática da
3760 obsolescência programada. Ainda sugere incluir um capítulo específico para o
3761 financiamento das metas do Plano.

3762

3763

3764 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Eu tenho
3765 uma pequena observação de forma. Nós estamos falando de incluir,

3766 acrescentar e etc., então no começo seria “com sugestão de revisar a Diretriz”,
3767 seria isso? Então vai revisar a diretriz...

3768

3769

3770 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok, está usando
3771 infinitivo, então desde o início fica melhor. Ok?

3772

3773

3774 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (Diretor do DAU)** - Nilo, só tenho aqui
3775 uma preocupação em relação ao termo “compostos de lixo”, é o que está no
3776 texto.

3777

3778

3779 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok. Os Conselheiros que
3780 são favoráveis à emenda, a essa recomendação do Plano Nacional de
3781 Resíduos Sólidos, por favor, levantem os seus crachás de votação. Podemos
3782 abaixar. Aqueles que são contrários, por favor. Nenhum voto contrário.
3783 Abstenções? Temos 4 abstenções. Muito obrigado, então está aprovada a
3784 recomendação ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos com a emenda
3785 acrescentada por este Plenário e será encaminhada ao Comitê Interministerial,
3786 naturalmente com o detalhamento que já foi acordado aqui entre a PROAM e a
3787 CNI explicando com mais detalhes o termo obsolescência programada e
3788 encaminhada ao nosso Diretor Silvano Silvério, ok? Passamos então à
3789 discussão e votação das moções. Nós temos 5 moções em tela para votação,
3790 eu quero propor primeiro ao Plenário que nós façamos um esforço de
3791 permanência no Plenário, é importante que nós tenhamos uma boa presença
3792 em Plenário para discussão das moções e já temo uma questão de ordem da
3793 conselheira Zuleica... Ah sim, esclarecimento.

3794

3795

3796 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - Houve alguma inversão de pauta? Porque
3797 está faltando 2 informes, o informe do...

3798

3799

3800 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Mas os
3801 informes são dados depois das moções ainda.

3802

3803

3804 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - Porque o informe da matriz energética veio
3805 antes e não havia inversão de pauta? Porque eu acho importante a
3806 apresentação...

3807

3808

3809 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Zuleica,
3810 formalizar a inversão de pauta não houve uma formalização, mas
3811 tradicionalmente os informes nós sempre antecipamos alguma coisa no
3812 começo da tarde da quarta-feira, isso normalmente sempre foi feito. Nesse
3813 caso houve uma antecipação muito também em razão da agenda do próprio
3814 Secretário Executivo, mas tradicionalmente nós sempre fazemos isso. O

3815 começo das tardes de quarta e os começos das tardes de quinta sempre são
3816 usados para alguns informes antecipados, embora eles estejam pautados lá no
3817 final da nossa pauta.

3818

3819

3820 **A SRª. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - Então o informe sobre o óleo lubrificante e a
3821 Chevron será depois da votação...?

3822

3823

3824 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Eles
3825 continuam pautados e serão vistos hoje desde que nós continuemos com o
3826 nosso quórum, e é esse o pedido que foi feito pela Mesa. Até o procurador...
3827 Dr. Osvaldo está aí para fazer o informe sobre a Chevron, todos aqui.

3828

3829

3830 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok, passamos então à
3831 discussão da votação, que é o Item 7.5, proposta de moção de solidariedade à
3832 comunidade Kaiowá-Guarani do acampamento Tekoha Guaiviry de Amambai-
3833 MS que sofreu ataque de pistoleiros em 18 de novembro de 2011. O
3834 interessado é a AMAR, ONG ambientalista representante da região Sul, é isso?
3835 E a tramitação dessa moção foi a seguinte: o MMA pediu vistas durante a 104ª
3836 Reunião Ordinária e não houve deliberação na 105ª por falta de quórum.
3837 Temos notícias de que houve um acerto, um acordo, entre o Ministério da
3838 Justiça e a AMAR para uma redação que fosse adequada. Mediante esse
3839 acordo o Ministério do Meio Ambiente, posso antecipar aos Conselheiros, que
3840 havia pedido vista, mediante acordo entre a entidade ambientalista e o
3841 Ministério da Justiça, o Ministério do Meio Ambiente também apóia essa
3842 moção. Nós vamos projetar o texto porque os Conselheiros ainda receberam o
3843 texto antigo, o texto original. Então nós vamos projetar na tela o texto após o
3844 acordo entre o Ministério e a AMAR. Já está em tela? Corre até o final para nós
3845 vermos se é necessária a leitura ou se podemos só... Ela não é muito longa.
3846 Zuleica você pode esclarecer a mudança que foi feita no texto?

3847

3848

3849 **A SRª. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - A mudança que foi feita é... Bom, só
3850 comparando aqui...

3851

3852

3853 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Em linhas gerais, o que
3854 exatamente foi razão desse acordo, não precisa ser... Nós podemos depois
3855 fazer a leitura do texto final.

3856

3857

3858 **A SRª. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - Nós tiramos alguns aspectos que se
3859 referiam ao ataque de cerca de 40 pistoleiros encapuzados e fortemente
3860 armados que assassinaram o cacique Nísio Gomes, de 59 anos, com tiros de
3861 arma calibre 12. O representante do Ministério da Justiça propôs uma nova
3862 redação considerando que a comunidade Guarani-Kaiowá do acampamento
3863 Tekoha Guaiviry no município de Amambai-MS vem sofrendo constantes

3864 agressões ao seu modo de ser e viver especialmente em virtude dos conflitos
3865 fundiários envolvendo os seus Tekoha... Se eu errar a pronúncia, por favor, me
3866 corrijam. Espaços territoriais imprescindíveis para a sobrevivência do meio
3867 ambiente cultural Guarani-Kaiowá. Considerando que a Constituição da
3868 República de 88 garante aos índios o direito à vida, à cultura, ao ambiente
3869 ecologicamente equilibrado e as terras tradicionalmente ocupadas. A
3870 Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária – AMAR, o Instituto
3871 Gaúcho de Estudos Ambientais – INGÁ, representantes da sociedade civil da
3872 região Sul com o apoio das redes dos movimentos sociais e ambientalistas
3873 brasileiros e com fundamento no art. 10 Inciso IV do Regimento Interno do
3874 Conama, propõem ao Plenário a aprovação de moção de solidariedade à
3875 comunidade Guarani-Kaiowá do Tekoha Guaiviry propugnando que essa
3876 comunidade seja resguardada de quaisquer ações violentas motivadas por
3877 litígios fundiários. Essa foi a proposta de redação do Ministério da Justiça que
3878 nós acatamos sem nenhuma emenda ou oposição ou, enfim, concordamos
3879 plenamente que atinge o objetivo da AMAR e do INGÁ de proporcionar à
3880 comunidade uma moção do Conama para ela para poder utilizar isso na sua
3881 defesa em busca da proteção do seu povo e das suas terras.

3882
3883

3884 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Obrigado Conselheira.
3885 Eu pergunto se no Plenário algum Conselheiro quer encaminhar
3886 contrariamente a essa moção, se tem alguma observação contra esta moção,
3887 senão vamos passar à votação. Não havendo contrariedade a Mesa coloca em
3888 votação a moção. Aqueles que forem favoráveis, por favor, levantem seus
3889 crachás de votação. Pode abaixar. Os que são contrários à moção?
3890 Abstenções? 4 abstenções... 5 abstenções e está aprovada, então, a moção
3891 que trata da comunidade indígena do Mato Grosso do Sul. Passamos à moção
3892 7.6, proposta de moção de solidariedade ao pleito do movimento dos atingidos
3893 por barragens referente à regulamentação dos direitos das comunidades
3894 atingidas por barragem. O interessado é AMAR, o MMA também pediu vista e o
3895 Ministério de Minas e Energia. Cecilene, por favor, vai se manifestar em
3896 relação a esta proposta de moção. Como foi pedido vista então quem pediu
3897 vista foi o Ministério do Meio Ambiente, está cedendo ao Ministério de Minas e
3898 Energia a explicação sobre o pedido de vista e a observação que foi feita, em
3899 seguida, se for necessário, a AMAR faz a defesa da proposta.

3900
3901

3902 **A SR^a. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** - Boa tarde.
3903 Cecilene, do Ministério de Minas e Energia. Bem, o Decreto 7342 foi assinado
3904 em 2010 ainda pelo Governo Lula após grandes discussões no âmbito do
3905 Governo e com o movimento dos atingidos por barragens. Esse Decreto
3906 instituiu um Comitê que é formado pelo Ministério de Minas e Energia, a
3907 Secretaria Geral da Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento
3908 Agrário, o MAPA, o MMA, e, no Decreto, se estabeleceu que fosse feita a
3909 regulamentação do cadastro socioeconômico. Ao longo de 2011 esse grupo se
3910 reuniu, fizemos várias reuniões com o movimento em relação aos pleitos deles,
3911 consolidamos essa Portaria Interministerial que atualmente já está em
3912 processo de assinatura pelos Ministros. Tendo em vista que o entendimento do

3913 Governo é que... Nós ouvimos o movimento, e que o documento já está prestes
3914 para ser assinado, nós solicitamos a não aprovação da moção.

3915

3916

3917 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok, encaminhamento
3918 então contrário à aprovação da moção feita pelo Ministério de Minas e Energia.
3919 Eu peço que a AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente e Araucária,
3920 possa fazer a defesa da moção se mantém a moção primeiro, se mantém a
3921 moção e, mantendo, por favor, que faça a defesa.

3922

3923

3924 **O SR. PAULO BRACK (INGÁ)** - Bom, Paulo Brack, do INGÁ. Nós, junto com a
3925 AMAR, consideramos que apesar da existência desse Decreto nós verificamos
3926 que, na prática, muito ainda está a desejar em relação ao diálogo com aqueles
3927 que são atingidos pelos vários empreendimentos. Então, consideramos sim
3928 que é necessário que exista uma preocupação de consulta... Uma consulta
3929 ampla com diálogo que existe a possibilidade de se fazer um aprofundamento
3930 dessas questões. Nós viemos aqui trazer esse apoio às comunidades atingidas
3931 pelas barragens no sentido de que exista sim um diálogo com as comunidades
3932 atingidas, até do ponto de vista da possibilidade desses empreendimentos não
3933 saírem, já que em outros países desenvolvidos as comunidades são
3934 consultadas até para que a decisão seja democrática e não autocrática em que
3935 simplesmente se faça essa consulta às comunidades, mas que a decisão já
3936 está tirada por trás. Então nós precisamos que esse diálogo seja aprofundado
3937 e somos pela aprovação dessa moção.

3938

3939

3940 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok. Em seguida, se for
3941 necessário, nós cedemos mais uma intervenção de posicionamento contrário
3942 para manter o equilíbrio de encaminhamentos. Ouvimos um encaminhamento
3943 contra, que era o parecer do Ministério do Governo, um encaminhamento a
3944 favor por parte do Conselheiro Paulo, agora mais um a favor e se for
3945 necessário mais um contrário depois, a Mesa abre para haver esse equilíbrio.
3946 Vamos ouvir a Conselheira Zuleica.

3947

3948

3949 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - O que eu entendo aqui, lendo essa moção,
3950 eu não sei se todos prestaram atenção na moção porque nós não tivemos a
3951 oportunidade de apresentar a moção antes que começassem os debates. O
3952 que se trata aqui é de uma moção muito simples, propondo ao Plenário
3953 aprovação ao pleito do MAB de dialogar com setores do Governo Federal
3954 incumbidos pelo Decreto Federal 7342 de 2010 para o fim de impedir o
3955 retrocesso na regulamentação dos direitos das comunidades atingidas por
3956 barragens. Não é uma moção que vá prejudicar o Ministério de Minas e
3957 Energia, que vá causar algum dano à política de imposição porque o que
3958 acontece com as comunidades atingidas, como bem falou o Paulo, muitas
3959 vezes até em empreendimentos que acabam não acontecendo também. No
3960 caso de madeira, uma das coisas que nós observamos é que quando o
3961 Governo anunciou o mega projeto das usinas de madeira, começou

3962 rapidamente um desmatamento na região, assim, desenfreado e
3963 descontrolado. Então são... Não são apenas aquelas comunidades atingidas
3964 diretamente, mas são todas as comunidades que são atingidas, inclusive os
3965 índios que nós detectamos, na época, houve um grande debate aqui no
3966 Conama sobre isso, sobre os índios isolados que foram atingidos. Então eu
3967 penso que a aprovação dessa Resolução... Dessa moção não vai causar
3968 nenhum dano à política do Ministério do Meio Ambiente de continuar fazendo
3969 esse tipo de obra da forma como vem fazendo, apenas seria uma segurança
3970 para as comunidades que estão bem mais vulneráveis frente a essa política
3971 agressiva, como vimos hoje, uma hora o Governo falando e nenhum minuto
3972 para a sociedade civil. Então, essa moção seria uma forma simbólica de
3973 mostrar que o Conama ao menos ouve o pleito das comunidades atingidas por
3974 barragens.

3975

3976

3977 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok Zuleica. Só para
3978 deixar esclarecido, Zuleica, após... Aconteceu de fato isso hoje na
3979 manifestação do Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, mas a
3980 Ministra presente aqui já pautou na próxima reunião do Conama a sequência
3981 desse debate, que eu entendo que é da maior importância porque de qualquer
3982 forma em uma Plenária só e com pouco tempo, mesmo aberta a palavra ao
3983 debate, eu sei que não seria suficiente. Achei muito boa a oportunidade de
3984 termos um novo debate sobre o tema de matriz energética em que todos vão
3985 poder ter condições de se manifestar e colocar suas posições. Quanto a esse
3986 tema aqui eu pergunto se o Plenário está esclarecido, se alguém... Ou Minas e
3987 Energia ainda necessita de alguma manifestação? Secretaria de Portos? Quer
3988 se manifestar Dr. Urbano? Por favor... O objetivo sempre é de deixar o Plenário
3989 também bem esclarecido sobre a matéria e um equilíbrio nas intervenções de
3990 parte a parte.

3991

3992

3993 **O SR. JOÃO URBANO CAGNIN (Secretaria Especial dos Portos)** – Bom, o
3994 Ministério de Minas e Energia esclareceu que já houve esse processo no
3995 encaminhamento da questão, é isso? O encaminhamento... Essa conversa...
3996 Ouvir os setores atingidos... Eles foram ouvidos no encaminhamento disso, e
3997 essa Portaria que está sendo fechada agora já prevê esses... O resultado
3998 dessas conversas. Nesse sentido parece que perde um pouco o “time”, essa
3999 proposta. Outro ponto que eu levanto aqui, não tenho ainda opinião formada,
4000 mas levanto que essas barragens são licenciadas, existe as audiências
4001 públicas, nas audiências públicas todas as comunidades locais usualmente são
4002 ouvidas e podem representar os seus pleitos, e se também não é aí que as
4003 coisas também, na hora do licenciamento é que esse pleito se apresenta de
4004 uma forma mais concreta, caso a caso, dependendo da situação. Então, eu
4005 não sei se nós estamos... Se ela é um pouco redundante, essa proposta me
4006 parece um pouco redundante.

4007

4008

4009 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok. Nós temos aqui
4010 levantando a mão: Carlos BOCUHY eu imagino que seja uma intervenção

4011 favorável; e a Cecilene, Minas e Energia, deve reforçar já o algum contrário.
4012 Então nós vamos ouvir os 2, se o Plenário estiver esclarecido passamos à
4013 votação, ok?

4014

4015

4016 **A SR^a. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** - Eu gostaria
4017 só de esclarecer o seguinte: o Decreto 7342 trata de cadastramento
4018 socioeconômico. É uma norma de como se fazer o cadastramento das famílias
4019 atingidas. Não trata de nenhuma questão de empreendimentos específicos,
4020 isso é um pleito já antigo dos movimentos sociais no sentido em que nós
4021 tenhamos regulamentado como deve ser esse procedimento. Eu entendo,
4022 Zuleica, que é um retrocesso sim se nós não fizermos isso, porque é um pleito
4023 já muito antigo das associações. E outra questão é que o Márcio Zimmermann,
4024 o Secretário, ele veio aqui hoje a convite do Conama.

4025

4026

4027 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok. Carlos BOCUHY.

4028

4029

4030 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria falar
4031 sobre a oportunidade dessa manifestação do Conama porque... Eu acho que a
4032 própria Ministra na fala disse isso e também o representante da Agência
4033 Aeroespacial Brasileira, que nós precisamos de sistemas que funcionem, e a
4034 Ministra disse sobre a necessidade de indicadores, que nós não temos esse
4035 aperfeiçoamento em termos de qualidade de indicadores, o próprio Banco
4036 Mundial, o próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento, as instituições
4037 multilaterais que trabalham com financiamento, elas se dão conta, através dos
4038 acordos como o Princípio do Equador e etc., que os licenciamentos ambientais
4039 carecem de um aprofundamento muito mais preciso no que diz respeito à
4040 percepção da comunidade, à participação social, e se compreender essa
4041 participação social. Então eu acho que está sendo pleiteado aqui na moção
4042 exatamente isso, que a comunidade seja ouvida e que haja um aprimoramento
4043 nesse processo de forma que não há nenhuma perda de oportunidade, pelo
4044 contrário, o Conselho Nacional perderia a oportunidade de dizer para a
4045 sociedade, para o próprio setor, que é necessário ouvir a comunidade, que o
4046 instrumento de gestão, o instrumento de cadastramento tem que ser bem feito,
4047 que o diálogo tem que se manter aberto, ou seja, não há nada de inoportuno
4048 nisso, pelo contrário, as próprias organizações multilaterais, as maiores,
4049 entendem hoje que os instrumentos de avaliação de impacto ambiental não
4050 dão conta da nossa realidade bioquímica, biofísica, e nem, principalmente, da
4051 vulnerabilidade das nossas populações.

4052

4053

4054 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok, muito obrigado. A
4055 Mesa vai encaminhar a votação. Pergunto aos Conselheiros que são
4056 favoráveis... Peço, aliás, que os Conselheiros que são favoráveis a esta
4057 moção, que levantem o crachá de votação. Ok, podem abaixar. Os
4058 Conselheiros que votam contrariamente a esta moção, levantem o crachá. Ok,
4059 podem abaixar. Abstenções? Temos 6 abstenções. Está rejeitada, então, essa

4060 moção pela maioria do Plenário. Passamos à votação da próxima moção, Item
4061 7.7, que trata de proposta de moção de solidariedade aos lançadores de alerta,
4062 inclusive pesquisadores da UERJ e da Fiocruz que denunciam problemas
4063 ambientais causados pela empresa ThyssenKrupp na Baía de Sepetiba no Rio
4064 de Janeiro. O MMA pediu vista dessa moção durante a 104ª Reunião, não foi
4065 votada na seguinte por falta de quórum e a Diretoria de Qualidade Ambiental
4066 do Ministério do Meio Ambiente designou uma pessoa que viria fazer...
4067 Alberto? Por favor, Alberto, faça a observação da conclusão desse pedido de
4068 vista por parte do MMA em relação a esta moção.

4069
4070

4071 **O SR. PEDRO ALBERTO BIGNELLI (Ibama)** – Boa noite a todos. Fui eu
4072 quem elaborou o Parecer. Então era uma proposta de Moção que não estava
4073 com três parágrafos de considerandos. A proposta não trazia informações
4074 sobre qual era a gradação do impacto ambiental que era colocado e nem dos
4075 impactos na saúde. De forma genérica, eu coloquei no Parecer de que aqueles
4076 que alertam de degradação no meio ambiente devem merecer reconhecimento,
4077 pois estão cumprindo com o que prega a Constituição. Mas que devido à
4078 ausência de dados, de documentos e informações que pudessem suportar o
4079 entendimento de qual era o problema de fato que estava sendo gerado; eu
4080 sugeri pelo indeferimento da aprovação por falta de informações que permitam
4081 conhecer a natureza e gradação dos problemas supostamente cometidos pela
4082 empresa metalúrgica, que era o objeto de Moção.

4083
4084

4085 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Nós vamos ouvir um
4086 encaminhamento a favor. Por favor, no máximo dois a favor e dois contra para
4087 nós votarmos. OK? Eu acho que é suficiente. Zuleica.

4088
4089

4090 **A SRª. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - Então, nós conhecemos o problema da
4091 Thiessen Group, companhia siderúrgica do Atlântico já há mais do ano. Estão
4092 acontecendo conflitos gravíssimos lá por conta talvez de um licenciamento que
4093 foi feito muito rápido, as Audiências Públicas não serviram para mudar o ponto
4094 de visto de ninguém na hora de dar as licenças. Muitas vezes isso acontece.
4095 Está acontecendo demais no Brasil. As Audiências Públicas são apenas para
4096 fora. Elas não têm nenhum poder de alterar a decisão que o licenciador vai
4097 tomar, porque quem toma a decisão é o poder econômico. Então, o apelo das
4098 populações que vão ser afetadas, principalmente se forem pobres, não têm
4099 valor nenhum. Então, faz-se provavelmente até as audiências, mas elas não
4100 surtem qualquer efeito, não servem para absolutamente nada. Eu já vi isso
4101 acontecer muito no Paraná, onde eu acompanhei diversos licenciamentos de
4102 empreendimentos e percebi a perversidade do sistema que precisa ser
4103 rapidamente, urgentemente aperfeiçoado. No caso dessa Moção, eu quero
4104 chamar atenção que nós estamos nos referindo à pesquisa dores da
4105 universidade do Rio de Janeiro e da Fiocruz. A Fiocruz é um Órgão do Governo
4106 Federal, é uma Fundação do Ministério da saúde. Então, se o Ministério do
4107 Meio Ambiente pediu vista e não pôde ligar para a Fiocruz, aqui em Brasília
4108 inclusive, a sede da Fiocruz fica em Brasília. Não sei se vocês sabiam.

4109
4110

4111 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Gostaria de pedir a
4112 atenção do Alberto que ele fez um Parecer que está havendo...

4113
4114

4115 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - A Fiocruz fica em Brasília, a sede. Então,
4116 bastaria telefonar e perguntar, porque na falta da informação eu, por exemplo,
4117 procuraria pela Internet e pelos jornais. Eu jamais diria em um Parecer, que
4118 não tem informações suficientes devido à ausência de dados e documentos, e
4119 demais informações que possibilitem; está aqui inscrito no Parecer de Vista do
4120 MMA; que possibilitem o conhecimento do problema supostamente, como se
4121 duvidando que a nossa Moção tivesse algum parâmetro com a realidade;
4122 supostamente causado pela empresa e que conseqüentemente levaram ao
4123 alerta, inclusive por pesquisadores da Universidade Estadual do Rio de
4124 Janeiro; que também é bem fácil de localizar, basta um telefone, ter uma
4125 Internet, uma lista telefônica, um telefonista. Existem 'n' maneiras de investigar,
4126 obter essas informações, e a Fiocruz que é um Órgão, uma Fundação do
4127 Ministério da Saúde, quer dizer, faz parte aqui inclusive do Ministério da Saúde,
4128 é membro do Conama. Bastaria ligar para o Conselheiro Titular do Ministério
4129 da Saúde e perguntar o telefone da Fiocruz, ligar e perguntar se é verdade que
4130 os pesquisadores da Fiocruz estão de fato sendo perseguidos, e por que estão
4131 sendo perseguidos. Seria assim uma informação em primeira mão. Aqui diz
4132 pelo indeferimento da aprovação. Quer dizer, eu não sei o que dizer, porque se
4133 não há informações sobre os gravíssimos problemas que estão acontecendo
4134 lá, inclusive assassinatos de pescadores. Eu acompanhei durante anos pela
4135 Lista Brasileira de Justiça Ambiental, que membros da Fiocruz estão presentes
4136 nessa Lista. E se o Ministério do Meio Ambiente não conseguiu obter essas
4137 informações, eu considero que eles deveriam voltar atrás e sugerir só por essa
4138 razão a aprovação dessa Moção. Porque é inacreditável que um Órgão do
4139 Governo Federal não consiga conversar com outro para obter informações.
4140 Mas, considerando que tem uma Moção da FURPA, muito bem elaborada com
4141 o mesmo tema, nós propomos substituir essa Moção para evitar esse
4142 constrangimento que nos causa a nós; esse problema de comunicação do
4143 Governo Federal entre Órgãos do Governo Federal. Que nós nos
4144 propuséssemos a convidar os pesquisadores da Fiocruz, principalmente o
4145 Professor Doutor Hermano, que é uma pessoa respeitadíssima no Brasil
4146 inteiro, inclusive porque até a própria presidência da Fiocruz se manifestou
4147 nesse caso em defesa dos seus pesquisadores e do direito que eles têm de
4148 agir como agiram. Convidar os pesquisadores da Universidade Estadual do Rio
4149 de Janeiro é a proposta que eu faço à Plenária. Convidar para eles virem expor
4150 aqui o que não foi possível ser dito ou conhecido pelo próprio Ministério do
4151 Meio Ambiente. Então, eu acho que eles seriam as pessoas ideais para
4152 informar, já que não existem outros canais de investigação do caso.

4153
4154

4155 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – OK, Conselheira se eu
4156 entendi bem, a proposta é de retirada da Moção e de em lugar da Moção, se

4157 fazer na próxima Reunião do Conama um Informe para o qual seria convidado
4158 a Fiocruz para dar esse Informe. É isso?

4159
4160

4161 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** -. É isso. Inclusive porque eu conversei
4162 longamente com representante do Ministério da Saúde, que está aqui presente
4163 e pode confirmar, e ele fez essa proposta. Então, se ele quiser vir confirmar,
4164 por favor.

4165
4166

4167 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Vamos fazer o seguinte,
4168 tem a outra Moção seguinte que trata do mesmo tema. Nós já temos duas
4169 inscrições para falar a respeito também; temos a proposta da Zuleica... OK. Eu
4170 estou entendendo, Soares, que a FURPA também aceitaria a proposta de
4171 retirada, em lugar disso o Informe. É isso?

4172
4173

4174 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – (trecho inaudível)

4175
4176

4177 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Mas nós temos que votar
4178 e discutir; uma Moção é uma Moção.

4179
4180

4181 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** - A proposta era de retirada, mas com a Plenária
4182 depois ouvindo os pesquisadores da Fiocruz e etc.

4183
4184

4185 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** – Eu não propus a retirada da Pauta da
4186 proposta da FURPA, porque eu acho que ela está muito bem escrita, muito
4187 bem embasada e merecem, o Chico Soares merece, tem o direito de defender.
4188 Ela está ótima, está perfeita. A nossa Moção, como ela foi objeto de pedido de
4189 Vista, e teve um Parecer que eu achei muito estranho, que é a incapacidade do
4190 Órgão de se comunicar com outro da mesma esfera. Então, nós retiraríamos a
4191 nossa Moção da AMAR, assinada pelo AMAR e pelo INGÁ, e trocaríamos, eu
4192 não sei se a Mesa está ouvindo, trocaríamos a nossa Moção aqui da AMAR e
4193 do INGÁ por um convite aos pesquisadores da UERJ e da Fiocruz para que
4194 venham fazer um relato dos fatos; como um exemplo de uma experiência que
4195 aconteceu no Rio de Janeiro de um licenciamento que causou mais conflitos do
4196 que soluções e conflitos gravíssimos, inclusive.

4197
4198

4199 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – OK. Nós vamos fazer o
4200 seguinte, de qualquer forma isso implica na retirada. Se o Plenário assim
4201 concordar. Nós vamos fazer então o seguinte, eu pergunto se a Cristina quer
4202 ainda fazer a intervenção e se concorda que nós já submetamos ao Plenário
4203 essa proposta de retirada da Moção em troca de um Informe a ser dado aqui
4204 na próxima reunião. Você quer se manifestar antes? OK. A Cristina tinha se
4205 inscrito, o Carlos BOCUHY tinha pedido a inscrição também, Ministério da

4206 Saúde. Nós vamos ouvir os três Conselheiros e em seguida o Plenário
4207 delibera.

4208

4209

4210 **A SR^a. MARIA CRISTINA YUAN (CNI/IBS)** - Eu só queria corroborar a
4211 proposta da Zuleica, quer dizer, concordo com a proposta de retirada dela,
4212 endosso essa proposta. Só acrescentando que seria oportuno, além do convite
4213 aos pesquisadores, que também fossem convidados integrantes, os
4214 responsáveis pelo licenciamento da Thiessen Group do Estado do Rio de
4215 Janeiro, já que também foram colocadas críticas ao processo de licenciamento.
4216 E também aos representantes da própria Thiessen Group S/A, para que eles
4217 possam também explicar quais foram os problemas efetivamente havidos no
4218 período, e de que forma eles já atuaram para sanar o problema. E só também
4219 para complementar em relação ao posicionamento feito pelo representante do
4220 Ministério do Meio Ambiente. Eu tenho uma notícia, talvez que nem todos
4221 tenham conhecimento: o processo contra os pesquisadores, tanto da Fiocruz
4222 como da UERJ, eles foram retirados, houve um processo de mediação pela
4223 Comissão de Meio Ambiente da OAB do Rio de Janeiro, e tantos os
4224 pesquisadores retiraram os processos contra a empresa e vice-versa. Então,
4225 isso já foi acordado há mais de 4 meses. Então, eu acho que procede de todo é
4226 essa retirada da Moção, porque não há necessidade de um nível de
4227 contundência desse nível, e sim, acho que caberia perfeitamente um
4228 esclarecimento de todas as partes interessadas a este Plenário.

4229

4230

4231 **O SR. LUIZ BELINO FERREIRA SALES (Ministério da Saúde)** – Boa tarde a
4232 todos. Luiz Sales do Ministério da Saúde. Foi feito durante a última Plenária e a
4233 Plenária atual uma tentativa de postura do Ministério da Saúde junto aos
4234 proponentes da Moção, no sentido de ser retirada a Moção. E o Ministério da
4235 Saúde se coloca a disposição, e conseqüentemente a Fundação Oswaldo
4236 Cruz, de fazer uma fala em Plenária sobre os instrumentos de análise de
4237 impacto à saúde em grandes empreendimentos. É de grande interesse do
4238 Ministério da Saúde que seja feito esse debate, principalmente aqui no
4239 Conama. Não só TK S/A, mas como de todos os outros empreendimentos com
4240 risco potencial de impactos à saúde. Então a ideia nossa, a solicitação do
4241 Ministério da Saúde é que os proponentes das Moções retirem as Moções, no
4242 sentido de nós não termos que passar pelo o processo de votação; e nós
4243 colocaríamos junto à Secretaria Executiva do Conama, e conseqüentemente à
4244 Plenária, uma Agenda para tratar desse tema. Ou seja, tratar o debate da
4245 análise de impacto à saúde, que é um instrumento que o Departamento de
4246 Saúde Ambiental e Saúde Do Trabalhador está implementando no Brasil, no
4247 sentido de avaliar os impactos da saúde de empreendimentos, seja eles
4248 públicos ou privados, na Plenária do Conama. Então, essa é a solicitação do
4249 Ministério da Saúde, no sentido de que os Conselheiros retirem a Moção e nós
4250 apreciemos a possibilidade de trazer uma fala. Então sim, podem trazer o
4251 próprio Departamento de Saúde Ambiental e Saúde Do Trabalhador, a Fiocruz,
4252 as partes interessadas, no sentido de nós discutirmos o que vem a ser a
4253 Análise do Impacto da Saúde em Grandes Empreendimentos. Essa é a nossa
4254 proposta.

4255

4256

4257 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Muitas vezes nós
4258 contamos uma pequena história para relatar um fato de fundo. O que está
4259 sendo tratado aqui na verdade é uma prática de intimidação por parte de
4260 empresas polidoras quando representantes da Academia produzem laudos e
4261 demonstram que a comunidade está sendo atingida. O caso que nós estamos
4262 tratando aqui é exatamente esse. É um caso que acontece com os
4263 ambientalistas quando há constrangimento e intimidação através de medidas
4264 legais, tanto que a medida legal foi retirada porque foi mediada pela Ordem
4265 dos Advogados do Brasil, da Comissão de Meio Ambiente. O laudo continua, o
4266 laudo feito pelo pesquisador permanece. Então, o objetivo dessa Moção foi
4267 exatamente demonstrar essa fragilidade onde uma comunidade com um nível
4268 de exposição acentuado diante de poluição, quanto defendida por um
4269 pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz que não merece mais apresentações;
4270 o próprio nome, a tradição, a história da Faculdade de Saúde Pública, da
4271 Escola de Saúde Pública Brasileira é essa; de repente esse pesquisador ele
4272 recebe um Processo Judicial. Como eu recebi um Processo Judicial, por
4273 exemplo, por ter entregado uma liminar nas empresas 'xis' em Peruíbe/SP, e
4274 fui acusado de usurpar as funções de meirinho, porque eu entreguei uma
4275 liminar a pedido do Ministério Público. São situações como esta que nós
4276 estamos trazendo aqui. Agora, me parece muito interessante a proposta do
4277 Ministério da Saúde que se discuta a vulnerabilidade de comunidades diante
4278 de empreendimentos impactantes e salvaguardas para essa população. Eu
4279 acho o que objetivo, não é Zuleica? É chamar atenção para essa situação de
4280 vulnerabilidade e quais as são as garantias que a comunidade tem, e quando
4281 ela se socorre da Academia para que a Academia não sofra um "cala a boca";
4282 do ponto de vista de um, dois, três processos, que faz com que qualquer um
4283 pense de novo antes de dar um passo. É essa a questão. Muito obrigado.

4284

4285

4286 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – OK. Eu agradeço os
4287 esclarecimentos. A proposta foi apresentada pela Zuleica. Eu quero apenas
4288 antes de colocar em votação, explicar, Zuleica, que a Diretora do
4289 Departamento do Apoio ao Conama, a Adriana, está me alertando aqui apenas
4290 que foi crescendo a proposta do debate, e agora ela naturalmente tem que se
4291 ajustar à Pauta do Conama. Certo? Então, posteriormente, caso aprovada essa
4292 proposta, tem que haver um acerto entre os Conselheiros que estão propondo
4293 para ver como que vai adequar às regras ou aquilo que está determinado no
4294 Regimento para as Pauta do Conama. Ok. Lembremos que isso será uma
4295 sessão de Informe. Não é uma Mesa ou um painel de debates. Então, é só
4296 esse detalhe que depois posteriormente pode ser ajustado. Ok? Vamos colocar
4297 em votação a proposta de retirada. Na verdade, é retirada é uma prerrogativa
4298 do autor, não é? O que nós vamos colocar em votação é se o Plenário está de
4299 acordo em realizar esse Informe na próxima reunião. Certo? Aqueles que
4300 forem favoráveis, por favor, levarem o seu crachá de votação. Ok, podem
4301 abaixar. Os que são contrários, por favor. Abstenções? Bom, aprovado por
4302 unanimidade, sem abstenções. Muito bem. Ótimo. É a primeira vez que eu vejo
4303 votação de Moção aqui no Conama assim com unanimidade, é essa a primeira

4304 vez. Muito bem, está aprovado o Informe, e então eu só peço que depois os
4305 Conselheiros acertem com a Diretora do Departamento a forma de ajuste na
4306 Pauta. Passamos à próxima Moção da FURPA, que trata também, é uma
4307 Moção de apoio aos profissionais da Fiocruz e da UERJ processados pela
4308 empresa Thiessen Group. Eu pergunto ao autor, que é a FURPA e seu
4309 representante aqui, o Soares, se ele mantém essa Moção depois de aprovado
4310 o Informe, ou se ele também acompanha o bom exemplo da Conselheira
4311 Zuleica e retira, embora muito qualificado a Moção, mas acompanha e fortalece
4312 o Informe.

4313

4314

4315 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – A Moção foi
4316 apresentada, a da companheira Zuleica também, mas aqui conversando com a
4317 representante da empresa, ela vai apresentar. No caso, o que eu vou colocar e
4318 logo ela vai informar, que ela já antecipou que ela colocasse oficialmente aqui
4319 que a empresa além da ter retirado, até eu acho que pediu desculpa aos
4320 pesquisadores achando que foi um mal-entendido; e que seja encaminhado
4321 pela empresa, oficialmente ao Conama, a decisão. E os pesquisadores que
4322 foram colocados, como os da Fiocruz e da Universidade do Rio de Janeiro, que
4323 seria o Pneumatologista Hermano Albuquerque de Castro; o Engenheiro
4324 Sanitarista Alexandre Pessoa Dias; e a Bióloga Mônica Cristina Brandão dos
4325 Santos Lima. Os dois primeiros da Fiocruz e o outro da Universidade do Estado
4326 do Rio de Janeiro. Após o recebimento ela vai informar aqui que foi retirado
4327 todo esse Processo de Dano Morais, e que fosse comunicado oficialmente
4328 para o Conama; e o Conama comunicar à Fiocruz e para a Universidade que a
4329 empresa retirou e que foi apresentado um pedido de desculpa aos
4330 pesquisadores no livre direito do exercício da pesquisa brasileira. E julgar e
4331 avaliar os acontecimentos científicos, e que não existem processos contra eles
4332 e que seja comunicados para a Fiocruz e à universidade que o Conama nem
4333 precisou votar a matéria, porque a empresa se antecipou e prestou os devidos
4334 esclarecimentos. Que seja um Comunicado Oficial. Mas eu peço que a
4335 representante da empresa venha aqui oficializar o que ela já informou. Está
4336 certo?

4337

4338

4339 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Cristina, CNI.

4340

4341

4342 **A SRª MARIA CRISTINA YUAN (CNI/IBS)** – Eu vou somente reiterar o que eu
4343 já havia comunicado antes que houve a retirada do processo da empresa
4344 contra os pesquisadores da UERJ da Fiocruz, e também, eu acho que isso não
4345 foi dito, da retirada dos processos dos representantes da Fiocruz e da UERJ
4346 contra a empresa. Foi recíproco. Então, em função de um acordo, de uma boa
4347 mediação feita pela OAB. Eu vou pedir à empresa que formalize junto ao
4348 Conama o encaminhamento dos documentos pertinentes para que isso fique
4349 formalizado aqui, junto à Diretoria, à Secretaria. E isso seja documentado e
4350 apresentado. Eu estou entendendo que talvez na próxima reunião, não sei
4351 quando isso será pautado na parte de Informes, como bem disse o Conselheiro
4352 Nilo, e creio que será nessa oportunidade que serão dados os devidos

4353 esclarecimentos. Só fazendo uma menção ao que foi dito pelo Conselheiro
4354 BOCUHY, dizer que, na verdade, a empresa quando entrou é porque houve
4355 uma preocupação de que estava sendo disseminada a informação de que a
4356 operação da empresa estaria causando câncer e doenças graves junto à
4357 comunidade. Evidentemente isso leva a uma situação de pânico por fatos
4358 absolutamente não fundamentados cientificamente, ou por meio de medição.
4359 Então eu acho que é bastante procedente essa sugestão de prestação de
4360 esclarecimento, quando os fatos e dados fatos poderão ser apresentados aos
4361 senhores.

4362

4363

4364 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – OK. Agradeço ao
4365 esclarecimento do Conselheiro Soares, da Conselheira Cristina. Pelo o
4366 entendimento da Mesa então essa Moção também, até porque o objeto dela já
4367 foi de certa forma atendida, portanto fica retirado também, e em favor desse
4368 Informe que já foi aprovado pelo Plenário. Certo Soares? Passamos então ao
4369 próximo item da Pauta que é a Moção 7.9, que trata, é a proposta de Moção
4370 dirigido ao ICMBio e ao INEA/RJ visando esclarecimentos referentes aos
4371 impactos ambientais que a rota especial solicitada pela Petrobrás para o
4372 Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, COMPERJ, poderá casar à Baía de
4373 Guanabara. Essa Moção foi apresentada pela FURPA. Eu peço que o Soares
4374 então faça um esclarecimento, uma defesa dessa proposta; e ICMBio já está
4375 inscrito em seguida.

4376

4377

4378 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – De fato nós
4379 recebemos da APEDEMA, do Rio de Janeiro, informações que nós
4380 transformamos em Moção, sobre essa rota que degradaria parte dos mangues.
4381 Porque o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro ó maior Complexo único
4382 da Petrobrás, e talvez um dos maiores do mundo no setor de petroquímica.
4383 Logicamente que quanto maior é o empreendimento, maior é a preocupação
4384 dos impactos que ele pode causar. No caso, a proposta que se tem aqui, é
4385 porque houve muito coisas em relação ao licenciamento e com relação à rota,
4386 até porque passaria em áreas de unidades, principalmente na APA de
4387 Guapimirim e também da ESEC de Guanabara, sob a administração do
4388 ICMBio. E, depende de aprovação extraordinária do impacto sócio-ambiental.
4389 Por isso, a proposta de Moção, encaminhada ao Instituto Chico Mendes,
4390 quanto aos impactos da rota especial do complexo pela a APA Guapimirim,
4391 reserva de Guanabara, vai causar o mangue do fundo da Baía de Guanabara,
4392 berçário para milhares de espécies marinhas, considerada popularmente como
4393 o pulmão da Baía de Guanabara. Também ao INEA ou à sua sucessora, com
4394 relação à solicitação de alteração dos condicionantes 30.3 da licença prévia:
4395 FEO013990 pela Petrobrás para estabelecer uma rota especial para levar à
4396 Itaboraí os equipamentos especiais para o Complexo do Rio de Janeiro. Então,
4397 a proposta é essa, porque passaria de unidade de conservação e o
4398 licenciamento na época também precisaria ter ouvido o Ibama e o Instituto
4399 Chico Mendes, pois passou dentro de unidades de conservação.

4400

4401

4402 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – OK. Marcelino do ICMBio
4403 está inscrito.

4404

4405

4406 **O SR. MARCELINO (ICMBio)** – Boa tarde. Bom, o Instituto Chico Mendes vai
4407 propor a rejeição da proposta de Moção por uma questão de ordem prática.
4408 Nós não temos clareza dos impactos, simplesmente porque as informações
4409 que aportaram ao Instituto, por meio de um Relatório Ambiental Simplificado,
4410 não são suficientes para uma avaliação desses impactos. Umás séries de
4411 questionamentos foram feitos ao licenciador para nós pudéssemos ter uma
4412 maior clareza da situação, e então sim poder avaliar os impactos. Então não há
4413 como o Instituto apresentar aqui esclarecimentos sobre impactos porque não
4414 tem como. Porém, contudo, o Instituto assume desde já o compromisso de
4415 trazer aqui uma exposição assim que esse assunto tiver completamente
4416 esclarecido, nós tivermos todas as informações e o posicionamento do Instituto
4417 tiver já efetivado.

4418

4419

4420 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – OK. Pergunto se ainda
4421 há alguém no Plenário que precisa de esclarecimentos sobre essa Moção, ou
4422 quer fazer alguma manifestação? Se não, passamos à votação. OK. Então,
4423 vamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à Moção, por favor,
4424 levantem o seu crachá de votação. OK. Podem abaixar. Conselheiros que são
4425 contrários à Moção, por favor, levantem o seu crachá de votação. Podem
4426 abaixar. Abstenções? Temos duas abstenções, três. Então está rejeitada essa
4427 Moção. Passemos ao próximo item da Pauta que são: Informes e
4428 Apresentações. O primeiro Informe já foi feito e terá uma continuidade na
4429 próxima Plenária. O item 8.2, que trata sobre o acompanhamento do Ministério
4430 Público Federal no caso do derramamento de óleo pela Chevron na Bacia de
4431 Campos, Rio de Janeiro. Então, está aqui presente para fazer a apresentação,
4432 o Doutor Oswaldo José Barbosa Silva, Subprocurador-Geral da República.

4433

4434

4435 **O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA (Subprocurador-Geral da**
4436 **República)** – Boa noite senhores membros da Mesa; boa noite senhores
4437 Conselheiros; boa noite às demais pessoas que integram a Assistência. O meu
4438 nome é Oswaldo José Barbosa Silva, sou Subprocurador-geral da República, e
4439 represento o Ministério Público Federal perante o Conama. Com direito a voz,
4440 mas não com direito a voto. E eu estou aqui para prestar informações aos
4441 senhores a cerca dos dois derramamentos de petróleo ocorridos no Campo do
4442 Frade, na Bacia de Campos, e a partir desse fato gravíssimo, o qual foi a título
4443 do Ministério Público Federal. Em Campos existe a Procuradoria da República
4444 no Município de Campos, e na qual nós temos dois colegas Procuradores da
4445 República lá, e um deles o Doutor Eduardo Oliveira, assim que tomou
4446 conhecimento do primeiro derramamento, abriu um Inquérito Civil Público para
4447 investigá-lo. E após coletar os dados que ele julgou suficientes para propositura
4448 de uma Ação Civil Pública, em especial dois laudos técnicos; um que lhe foi
4449 fornecido pelo Ibama e outro pela Marinha Brasileira; ele ajuizou uma Ação
4450 Civil Pública, cujo inteiro teor está à disposição de vocês, uma vez que eu

4451 entreguei um CD-ROM e também mandei por e-mail para o Conama o inteiro
4452 teor de todos os documentos que eu vou citar aqui; não só dessa Ação Civil
4453 Pública, mas de outros documentos que no decorrer das informações eu vou
4454 assinalar que também estão à disposição de vocês. São documentos jurídicos,
4455 mas cuja leitura é muito importante porque eles retratam fielmente qual foi a
4456 postura do Ministério Público e eu estou tentando aqui resumir para os
4457 senhores. Ao ajuizar essa Ação Civil Pública, foi afetado um pedido de liminar e
4458 antes mesmo de distribuída a um Juiz Federal na cidade de Campos dos
4459 Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro. O Juiz Federal declinou de sua
4460 competência. Ele disse que não era competente para julgar e aplicou o Artigo
4461 98 do Código de Defesa do Consumidor; que alterou a Lei da Ação Civil
4462 Pública, dando possibilidade a que um Juiz declinasse ou para o Foro do
4463 Distrito Federal ou para o Foro da capital de seu Estado, uma ação que ele
4464 julgasse que extrapolasse o interesse exclusivo da circunscrição territorial na
4465 qual ele tem jurisdição. Curiosamente e recentemente, o Superior Tribunal de
4466 Justiça se posicionou contrariamente a esse tipo de entendimento, e não sem
4467 razão, os nossos colegas já se insurgiram perante o Tribunal Regional Federal
4468 da 2ª Região, Rio de Janeiro, contra essa declinação de competência. Mas até
4469 que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região se pronuncie, o processo foi
4470 remetido à 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro, da cidade do Rio de Janeiro que
4471 é sede da capital. Muito bem. A par disso, essa Ação Civil Publica tem uma
4472 série de pedidos, de recomposição do dano, de indenização; ela pede o
4473 sequestro de todos os bens da empresa no Brasil, e ela faz pedidos liminares e
4474 pedidos definitivos. Mas também, o nosso colega de vislumbrou a perpetração
4475 de ilícitos penais, e entrou com uma Ação Penal contra brasileiros e
4476 estrangeiros que estiverem envolvidos diretamente nesse vazamento. Ele
4477 imputou-lhes os tipos penais, os crimes previstos no Artigo 54 da Lei 9.605/98;
4478 outros tipos da Lei, outras descrições penais ali contidas, mas também o crime
4479 de Falsidade Ideológica, que se encontra no Código Penal. Pede também o
4480 sequestro de todos os bens dos acusados, isto porque o dano que ele arbitrou,
4481 o valor da causa que foi arbitrada na primeira ação foi de 20 bilhões de reais.
4482 20 bilhões de reais é uma quantia enorme, assusta você ver uma ação de 20
4483 bilhões de reais. Eu até conversei com o Dr. Eduardo hoje e falei: Eduardo,
4484 com é que você explica ter dado à causa 20 bilhões de reais? Ele falou assim:
4485 porque no exterior esse é o padrão de indenização que o Governo americano,
4486 que o Governo chileno, que o Governo Mexicano pede. Então porque nós
4487 brasileiros não vamos pedir a mesma coisa? Ademais, a extensão do dano não
4488 se mede pelo valor da causa, ele se mede depois na liquidação da sentença,
4489 que neste caso provavelmente será por Artigos ou por arbitramento, na qual
4490 então o Juiz se valerá de técnicos e peritos para dimensionar o valor
4491 econômico do dano. Mas esse valor de 20 bilhões, arbitrariamente aposto na
4492 petição inicial, ele não é de todo desarrazoado em face do que se vê
4493 mundialmente quando se trata de desastres ambientais causados por
4494 derramamento de petróleo. Mas também o Juiz de Campos declinou a
4495 competência, disse que a competência era do Rio de Janeiro, e mandou o
4496 processo para o Rio de Janeiro. E mais uma vez nós recorreremos para tentar
4497 manter o processo em Campos. Ele não deu nenhum despacho, não recebeu a
4498 denúncia, simplesmente declinou a competência para o Estado do Rio de
4499 Janeiro. E chegando ao Rio de Janeiro... Eu quero lembrar aos senhores que

4500 primeiro derramamento ocorreu por volta de Outubro e Novembro do ano
4501 passado, então são processos recentes; o Ministério Público recorreu, em
4502 ambos os processos e o Tribunal está para decidir, de forma que o próprio Juiz
4503 do Rio de Janeiro não está tomando nenhuma atitude, porque ele gostaria de
4504 tomar a atitude certo de que ele é o competente. Portanto ele está aguardando
4505 a decisão do Tribunal Regional da 2ª Região. Pois bem, em Março ocorre um
4506 novo vazamento; um novo Inquérito; um novo laudo do Ibama; um novo laudo
4507 da Marinha; uma nova Ação Civil Pública que mereceu o mesmo destino, que
4508 tem o mesmo valor, 20 bilhões de reais e mereceu o mesmo destino. Sequer
4509 foi apreciado o pedido de liminar, foi encaminhada para o Rio de Janeiro e
4510 também gerou mais um recurso. E a par disso, o nosso colega redigiu uma
4511 recomendação à Petrobrás e à própria Chevron pedindo explicações técnicas,
4512 desses dessas duas pessoas jurídicas de direito privado, acerca de como se
4513 deu o vazamento. Ao tempo em que abriu um Inquérito Civil Público, que
4514 também está em tramitação, para investigar como se dá a vigilância e a
4515 fiscalização brasileira na exploração de petróleo *offshore*. Levando em
4516 consideração que a ANP para aquela região só tem 10 fiscais. Como se
4517 pretende fazer uma fiscalização rigorosa, um monitoramento adequado pela
4518 Agência Nacional do Petróleo quando se tem apenas 10 fiscais? Então, esse
4519 Inquérito já foi aberto, ele já recebeu resposta da ANP, e está em tramitação
4520 também. Lembrando que nós estamos em final de Maio e os eventos são
4521 bastante recentes. O fato é que o Ministério Público tomou, no âmbito da
4522 Procuradoria da República do Município de Campos dos Goytacazes, as
4523 providências jurídicas que lhe incumbiam fazer. Agora estamos no aguardo das
4524 decisões judiciais, em especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
4525 Uma vez que essa dúvida sobre competência está fazendo o processo ficar
4526 parado. E a última novidade é que a ANP produziu então o seu laudo acerca do
4527 assunto, e convidou o Ministério Público Federal para conversar sobre a
4528 possibilidade de estabelecer um Termo de Ajuste de Conduta e de
4529 Compensação Ambiental em face desse fenômeno, dessa tragédia ambiental.
4530 Houve uma primeira reunião, mas nada ficou acertado. O Termo de Ajuste de
4531 Conduta ele é possível, desde que, não se abra mão dos princípios que estão
4532 esculpidos em nossa Constituição e nas nossas Leis de Defesa do Meio
4533 Ambiente. No âmbito penal também é possível estabelecer transação penal,
4534 porque todos esses crimes aqui a pena mínima é inferior a dois anos. Então, é
4535 possível haver transação penal. A transação penal também impõe uma série de
4536 deveres aos acusados que concordam em estabelecer transação. Diante
4537 dessas duas possibilidades, o Ministério Público, sem abrir mão da
4538 continuidade das ações, iniciou agora bem recentemente; se não me engano
4539 foi no final de Abril; foi chamado para uma reunião, tiveram uma reunião
4540 preliminar, depois tiveram uma segunda e ainda vão ter algumas reuniões para
4541 ver se é possível estabelecer, se valer desses dois instrumentos jurídicos do
4542 Termo de Ajuste da Conduta e da transação penal. Os colegas que
4543 participaram dessa reunião revelaram que a Chevron, que não tem um grande
4544 patrimônio no Brasil, que amedrontasse, no sentido de perder esse patrimônio;
4545 maior patrimônio da Chevron é no exterior. A Chevron está animada a
4546 conversar sobre essas recomposições, menos por causa da justiça brasileira e
4547 mais por causa dos seus contratos internacionais, estes sim, que poderiam
4548 causar-lhes um enorme prejuízo nos furos de Londres, de Nova York, onde

4549 estão estabelecidos também, sem prejuízo da jurisdição brasileira, a
4550 possibilidade deles serem processados lá pela Petrobrás, ou por quem, com
4551 quem tenha ela celebrado esses contratos de exploração. Esse é o quadro, o
4552 estado da arte que eu queria passar para os senhores. O nosso colega
4553 Eduardo de Oliveira, é o colega que está cuidando desse assunto junto em
4554 Campos; com a transferência dos processos para o Rio de Janeiro, é a colega
4555 Gisele Porto, que está cuidando do assunto lá. Ambos estão à disposição de
4556 qualquer um dos Conselheiros para prestar esclarecimentos mais detalhados a
4557 partir da leitura dos documentos que estão sendo colocados à disposição dos
4558 senhores hoje. E então eu passo a enumeração deles: nós temos o Inquérito
4559 Civil Público o primeiro derramamento a ação do primeiro derramamento a
4560 denúncia do primeiro derramamento do pergunto derramamento a ação a
4561 denúncia o segundo derramamento e nós temos também o Inquérito Civil
4562 Público do primeiro derramamento; a Ação do primeiro derramamento; a
4563 denúncia do primeiro derramamento; o Inquérito Civil Público do segundo
4564 derramamento; a Ação do segundo derramamento; a denúncia do segundo
4565 derramamento; e nós temos também o Inquérito Civil Público para apurar essa
4566 debilidade da Agência Nacional do Petróleo de exercer esse controle e essa
4567 fiscalização na exploração de petróleo *offshore*. Então dito isso, e estando
4568 todos esses documentos à disposição dos senhores; estando os nossos
4569 colegas em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, à disposição dos
4570 senhores. Basta vocês entrarem no site do Ministério Público Federal e
4571 localizar esses nomes lá, ou colocar o nome deles no Google, vai aparecer de
4572 qualquer forma para que os senhores tenham eventuais explicações a cerca
4573 dos documentos que estão sendo colocados à disposição de todos. E, eu estou
4574 aqui a partir de agora à disposição para qualquer pergunta que os senhores
4575 queiram fazer, me fazer, e eu puder prestar um esclarecimento adequado.

4576

4577

4578 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA) –** OK. Muito obrigado
4579 Doutor Oswaldo. Pergunto se do Plenário... Eu já estou vendo a inscrição do
4580 Soares. Eu pergunto se mais alguém quer fazer alguma pergunta a respeito
4581 para o esclarecimento do Doutor Oswaldo, se não, vamos ouvir ao Soares e
4582 em seguida passaremos ao próximo Informe.

4583

4584

4585 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA) –** Doutor Oswaldo, nós
4586 fomos um dos que entramos também com a Moção no Conama quando
4587 ocorreu na época o derramamento de petróleo, lá na Bacia de Campos, uma
4588 faixa de 180 quilômetros. Nós questionamos, não só que o Ibama aplicasse a
4589 multa máxima que era 50 milhões de reais, mas ficou aberta uma questão que
4590 ainda não temos, eu gostaria de informar; uma, com relação à exploração,
4591 porque no nosso entendimento, ela também estava trabalhando com Petrobrás,
4592 e a Agência Nacional do Petróleo tem por obrigação fiscalizar os
4593 empreendimentos. Por outro lado, o que nós vimos foi que o pescador não
4594 tinha sido incluído na indenização, nos benefícios, pois foram os grandes
4595 afetados pelo derramamento do petróleo. Na reunião passada, o Ministério da
4596 Pesca, que estava aqui e não sei se está hoje presente, nós questionamos isso
4597 e obtivemos uma informação que no nosso entendimento ele não tinha uma

4598 segurança de que nenhum pescador teria sido afetado pelo derramamento de
4599 petróleo. O que eu queria saber do senhor é o seguinte: se a exploração lá
4600 chegou a atingir a camada do Pré-Sal? E se a camada do Pré-Sal não só pode
4601 ser explorada ou pesquisada com a autorização do Congresso Nacional?
4602 Pergunto ao senhor. E, se foi levantada a hipótese de um cadastramento, um
4603 recadastramento para resolver o problema dos pescadores que foram de fato
4604 afetados com esse derramamento de petróleo? Além da fauna aquática que
4605 também tinha sido afetada.

4606

4607

4608 **O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA (Subprocurador-Geral da**
4609 **República)** – Saúdo o representante da FURBA, Soares. Bom, quanto da
4610 questão fauna, respondendo a sua pergunta de trás para frente, ela já está pelo
4611 Ministério Federal o pedido de quantificação do dano causado ao meio
4612 ambiente em geral. Isso entra na questão da quantificação da fauna. Quanto a
4613 questão dos pescadores, o Ministério Público Federal não recebeu, pelo o que
4614 eu pude ler dos documentos que vocês vão ter acesso, nenhuma demanda de
4615 pescadores ou associação de pescadores, ou de algum Órgão que os
4616 represente, para pedir o Ministério Público os defendesse coletivamente em
4617 relação à questão da pesca que foi prejudicada. Isso deve ter explicação pelo
4618 fato do seguinte: nós somos membros do Ministério Público Federal e não
4619 somos membros do Ministério Público Estadual, e é o Ministério Público
4620 Estadual que faz a defesa dessa coletividade, não somos nós. A nossa
4621 apuração se faz exclusivamente na questão do meio ambiente, por causa,
4622 evidentemente, da intervenção Federal do sistema; o sistema federativo de
4623 proteção, Sistema Nacional de Meio Ambiente, que tem caráter federativo. E a
4624 questão do Pré-Sal, Soares, eu confesso que não tenho a menor ideia. Não sei
4625 se a exploração do Pré-Sal, eu não cheguei a esse... É uma pergunta que eu
4626 não imaginei que me fizessem aqui, posso até pesquisar se depende. Mas o
4627 fato é o seguinte, todos sabem que a exploração depende de autorização do
4628 Governo Federal, qualquer tipo de minério, por isso que nós, inclusive estamos
4629 trabalhando nisso. E quem tem o monopólio dessa exploração no Brasil é a
4630 Petrobrás, que é uma Sociedade de Economia Mista, embora a União tenha a
4631 maioria dela. Então, eu confesso que não sei responder. Se está havendo
4632 alguma burla, porque eu acho que é esse o sentido da sua pergunta: se na
4633 contratação da Chevron para explorar *offshore*, se isso não seria apenas uma
4634 prerrogativa exclusiva da Petrobrás? Eu honestamente não sei responder, mas
4635 com certeza o meu colega Eduardo saberá. E como eu disse para vocês, eles
4636 estão à disposição.

4637

4638

4639 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Muito obrigado Doutor
4640 Oswaldo. Eu acho que foi esclarecedor. O seu Informe, aponta o Plenário,
4641 parece que se deu por satisfeito. Eu agradeço muito a disponibilidade de ter
4642 vindo até aqui. É importante dizer que esse Informe também resultou de uma
4643 Moção que foi retirada em favor do Informe, e eu acredito que satisfaz
4644 plenamente aqui a necessidade do Plenário e dos Conselheiros. Muito
4645 obrigado.

4646

4647

4648

4649

4650

4651

4652

4653

4654

4655

4656

4657

4658

4659

4660

4661

4662

4663

4664

4665

4666

4667

4668

4669

4670

4671

4672

4673

4674

4675

4676

4677

4678

4679

4680

4681

4682

4683

4684

4685

4686

4687

4688

4689

4690

4691

4692

4693

4694

4695

O SR. OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA (Subprocurador-Geral da República) – O que é certo é que nenhuma tratativa, nenhuma transição que se houver, será feita à margem da intervenção do Ministério Público. E para mim não é nenhum sacrifício vir aqui. Eu sou representante do Ministério Público junto ao Conama, eu tenho voz e não voto, o que, aliás, me poupa de muitas confusões. *(Risos!)*

O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA) – Isso é bom, porque o Ministério Público com isso pode, depois de votadas as matérias aqui, agir com toda a isenção porque não votou no Plenário. Mas, a presença do Ministério Público sempre é muito boa porque nos ajuda a prevenir justamente eventuais problemas com a Justiça depois. Bom, nós passamos então ao Informe que encerra essa Plenária, que será prestada pela Doutora Zilda Veloso que está até este momento pacientemente aguardando a sua hora de apresentar o Informe.

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) – Boa tarde. Eu vou me deslocar aqui para frente, pois fica mais fácil de fazer a apresentação. Esse Informe é para atender ao Art. 9º da Resolução nº362, que trata do recolhimento, da coleta, do encaminhamento à reciclagem de óleos lubrificantes usados ou contaminados. Pode passar? Vou procurar, devido ao adiantado da hora, ser o mais breve possível. É a definição de óleos lubrificantes usados. Antes eu gostaria de dar um esclarecimento: no período regimental, os senhores receberam o relatório com uma Pauta do Conama, foi distribuído hoje pela manhã um Adendo desse relatório, que nada mais é do que uma complementação das informações que não foram possíveis serem colocadas no relatório no prazo regimental. O substancial, que são os dados, estão todos no relatório que os senhores receberam no prazo regimental, o resto é só uma complementação. O óleo lubrificante usado ele é um resíduo perigoso, pois apresenta dentre outras características principalmente a toxicidade. A Resolução fala que todo o óleo deverá ser recolhido e encaminhado e ter uma destinação ambientalmente adequada. O produtor ou importador do óleo lubrificante acabado deverão coletar. A legislação, a Resolução nº362 é recheada de obrigações para os fabricantes, importadores, refinadores e para o comércio. E as metas de recolhimento são estabelecidas por meio de uma Portaria conjunta Ministério do Meio Ambiente Ministério/Ministério das Minas e Energia. Pode passar. No ano passado eu estive aqui nesse Plenário solicitando a alteração que gerou a publicação, em Março, da Resolução nº450. Nós éramos obrigados pela Resolução, pelo Art. 9º, apresentar esse relato na primeira Reunião Ordinária e passamos para a segunda, porque os dados só estão disponibilizados, tanto para a ANP quanto para o Ibama depois de 30 de Março. E assim mesmo temos, normalmente, um mês, um mês e pouco para a avaliação, o que é um prazo até curto. Mas conseguimos atender o prazo de apresentar na segunda reunião. Isso é o que foi modificado e foi modificada a Resolução anterior, trazia que as informações seriam prestadas ao Ibama e tem sido uma rotina nós colocarmos diretamente

4696 no instrumento onde as informações são colocadas: o Cadastro Técnico
4697 Federal. O Cadastro Técnico Federal que hoje é gerenciado pelo Ibama, mas
4698 ele é por meio de acordos que o Ibama tem com os Órgãos Estaduais de meio
4699 ambiente. Esses dados e essas informações são compartilhadas por outros
4700 Órgãos do SISNAMA. Próximo. Então vem o primeiro número: em 2011 foram
4701 produzidos e comercializados 234,948 milhões de litros de óleo básico e
4702 refinado. Esse óleo que foi processo é um óleo oriundo da atividade de coleta
4703 do óleo lubrificante usado e contaminado. O Brasil é o quinto maior mercado de
4704 óleo lubrificante e o quinto maior gerador de óleo lubrificante usado
4705 naturalmente. A reciclagem de óleos lubrificantes pelo rerrefino é importante,
4706 porque além de poupar a aquisição de novos óleos básicos, quando ele passa
4707 pelo processo do rerrefino são tirados os contaminantes e ele volta a ser um
4708 óleo básico comercializado. As empresas adicionam nele aditivos e é
4709 comercializado normalmente como um óleo novo. Próximo. As metas que
4710 foram colocadas na Portaria, que estavam em vigor até o ano passado, que era
4711 a Portaria nº464/2007. As metas que nós vamos apresentar aqui para
4712 cumprimento: Meta Brasil, 35,90; Região Nordeste, 25%; Região Norte, 24%;
4713 Centro-Oeste, 31%; Sudeste, 42% e Região Sul, 35%. Já tem uma nova
4714 Portaria editada, vou falar sobre ela no final. Próximo. Então, o balanço foi
4715 esse. O que foi comercializado, o que é dispensado. Existem duas Portarias da
4716 ANP que regulamentam o que pode ser dispensado. Leia-se que o óleo é
4717 usado em equipamentos, em motores; muita coisa fica dentro da engrenagem,
4718 alguma coisa é liberada no processo de queima. Então nós não podemos
4719 recolher 100% daquilo que é comercializado. E, essas metas já foram sendo
4720 apartadas ao longo dos anos. Nós vamos ver um gráfico que nós colocamos no
4721 final. Então, aqui estamos os números por região. Eu tenho um detalhamento
4722 maior, que depois eu vou mostrar. O que foi impensado, o que foi efetivamente
4723 coletado. Então nós tivemos um número total de coleta de 405.109.934 milhões
4724 de óleo lubrificante usado, e uma meta de 35,9. O próximo. Coloca no outro
4725 arquivo? Ele vai só mudar agora porque esse slide ficou muito ruim de ler.
4726 Então, colocando no *Adobe* fica melhor. Então essas são as metas por Estado.
4727 Nós temos a meta da Região Centro-Oeste, por exemplo, que é a primeira que
4728 consta aqui, é de 31%. Nós temos aqui que a meta da região foi atingida. A
4729 meta de alguns Estados não foi. Alguns recolheram um pouco mais,
4730 basicamente Mato Grosso e Distrito Federal são os que não conseguiram
4731 atingir a meta. Na Região Norte, nós tivemos quatro Estados que não
4732 conseguiram atingir a meta. É importante que nós vejamos esses números com
4733 os olhos de que essa Resolução ela sucede a Resolução nº09/93. Então, nós
4734 já temos, claro que com um texto aperfeiçoado e tudo mais. Nós já temos
4735 algumas informações que nos levam a crer que nós precisamos aprimorar os
4736 sistemas. Eu acredito que talvez, devido ao adiantado da hora, nós já não
4737 tenhamos mais tantos representantes já de ANAMA e Abema no Plenário. Mas
4738 é importantíssimo que nós repensemos o papel que os Órgãos de Controle e
4739 Fiscalização dos Estados e Municípios têm a desempenhar com esta
4740 Resolução. É importantíssimo, porque depende do licenciamento ambiental o
4741 controle que é feito dessa atividade, que é gerada principalmente em oficinas e
4742 em postos de combustíveis; são os locais aonde o consumidor deixa o seu óleo
4743 lubrificante usado. Temos esse não atingimento, mas em termos de meta
4744 regional, e que o se propõe a Portaria Interministerial é uma meta regional, ela

4745 foi atingida. O próximo. Região Nordeste, também a meta regional foi atingida,
4746 porém os Estados que não atingiram foram: Piauí, Ceará e Pernambuco, que
4747 ficaram um pouco abaixo dessa média. Pode passar. A Região Sudeste, nós
4748 vamos ver que São Paulo não atingiu, mas São Paulo é um Estado
4749 responsável por mais de 20% da comercialização do óleo acabado no Brasil.
4750 Então, é o Estado que mais gera o óleo acabado. E o que se observa na série
4751 histórica é que também é um Estado onde ocorre o maior número de desvios
4752 da destinação, destinadas para outras atividades, licenciadas ou não que não o
4753 rerrefino, conforme preconiza a Resolução. Próximo. Esse daí é só a título
4754 ilustrativo que nós colocamos aqui pela Portaria da ANP os itens que não
4755 integram a base de cálculo, que é aquele valor que é impensado: pulverização
4756 agrícola; correntes de motosserra; indústrias que integram com o produto final
4757 e não como gerando resíduos; estampagem; motor de dois tempos, fabricado à
4758 base de asfalto, e então eles são destinados junto da mistura asfáltica; e todo
4759 óleo lubrificante básico acabado ou comercializado por empresas produtoras e
4760 importadoras, ou produtoras e importadoras devidamente autorizadas. Esse
4761 controle é feito pela ANP, por determinação legal. Próximo. Então, nós temos
4762 um número e o atingimento ficou muito próximo da meta; não chegou à meta,
4763 mas ficou muito próximo, ficou em termos de 99,7% da meta estabelecida. O
4764 Estado de São Paulo, eu falei mais de 20%, mas o número certo é 31% do
4765 volume comercializado e 11 Estados não alcançaram a meta regional. No
4766 balanço anterior, no ano passado, dos números de 2010, tinham sido 14
4767 Estados. Então, nós podemos também ter uma conta positiva que hoje temos
4768 mais três Estados que conseguiram atingir a meta. A Resolução criou também
4769 um Grupo de Monitoramento Permanente, do qual o Ministério do Meio
4770 Ambiente é o coordenador, o qual ele foi instituído por uma Portaria do
4771 Ministério de 2007, com o objetivo de facilitar a implementação, fazer o
4772 monitoramento e promover a facilitação da implementação da Resolução.
4773 Destacam-se nessa algumas ações de divulgação da Resolução e realização
4774 de oficinas, e elaboração de material informativo. Em 2011, o Grupo de
4775 Monitoramento Permanente promoveu quatro mini-oficinas de capacitação em
4776 Maceió, Campo Grande, Belo Horizonte e Curitiba; e que capacitou cerca...
4777 Hoje me chegou por e-mail a informação de que esse número não é de 200
4778 técnicos e sim 270. Essa informação foi computada pela ANAMA, e hoje
4779 chegou uma correção. Próximo. No período de vigência da Portaria
4780 Interministerial o volume de óleo coletado aumentou 49% desde 2007 até 2011,
4781 então nos quatro anos em que a Portaria vigorou, nós tivemos um aumento,
4782 nós vamos mostrar um gráfico. No período, o volume de óleo comercializado
4783 aumentou 26%, então nós temos uma coleta efetiva que cresceu bastante ao
4784 longo desses últimos anos. Esses são os números. A evolução lá em 2007 que
4785 era de 270 milhões e agora em torno de 407 milhões. Esse daí, a título de
4786 ilustração, essa Portaria serve para o Informe do próximo ano, perdão pelo
4787 nosso pequeno erro ali, saiu um número absurdo, mas é 2012, saiu em 17 de
4788 Fevereiro. Em que também nós propomos aqui um aumento das metas Brasil
4789 nessa Portaria que foi elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente e o
4790 Ministério das Minas e Energia. Próximo. No ano passado, essa cadeia é uma
4791 cadeia que o Silvano fez um Informe aqui sobre a Política Nacional de
4792 Resíduos Sólidos, essa é uma cadeia que em parte está sendo objeto de uma
4793 proposta de Acordo Setorial que é: “embalagens plásticas de óleo lubrificante”.

4794 O processo de Acordo Setorial está sendo finalizado. Amanhã nós temos uma
4795 reunião pela tarde na Consultoria Jurídica do Ministério para discutir algumas
4796 dúvidas, e o Acordo vai ficar em Consulta Pública por 60 dias. Nos próximos
4797 dias deve ser publicada. A nossa expectativa é que seja o quanto antes. No
4798 ano passado, o Ministério do Meio Ambiente envolvido que estava com a
4799 Política Nacional de Resíduos Sólidos não pôde realizar uma das reuniões
4800 previstas do Grupo de Monitoramento Permanente. Eram quatro reuniões
4801 previstas, foram realizadas três Ordinárias e uma Extraordinária. A nossa
4802 equipe é a mesma, tanto para atender à logística reversa, Convenção de
4803 Basiléia; vocês viram que eu já estive aqui por diversos assuntos, e também o
4804 cumprimento de pelo menos umas quatro Resoluções do Conama que tratam
4805 de resíduos perigosos. Então são essas as informações que eu tinha a prestar.
4806 Nós tivemos algumas dificuldades de manutenção do GMP, que eu coloco no
4807 relatório, e me coloco agora à disposição para dúvidas em cima dessas
4808 informações que eu passei aos senhores da Resolução. Obrigada.

4809

4810

4811 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok, Zilda, muito obrigado
4812 pela apresentação, acho bom destacar que essa é uma das resoluções do
4813 Conama que dispõe de um grupo de monitoramento, isso é muito bom porque
4814 isso permite que nós acompanhemos uma evolução em mais uma Resolução
4815 Conama que vem promovendo evolução importante na logística reversa desse
4816 tipo de resíduo perigoso. Nós temos a inscrição da conselheira Zuleica do
4817 Conselheiro Miguel Scarcello, vamos ouvir a ambos e se tiver necessidade de
4818 esclarecimento, a Zilda ainda permanece em Plenário para fazê-lo.

4819

4820

4821 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - Eu tenho que aproveitar essa oportunidade
4822 eu não posso perder porque essa Resolução, o Nilo lembra muito bem, ele era
4823 diretor do Conama em 2005, nós votamos, nós discutimos longamente, isso
4824 veio para Plenária, voltou para a Câmara Técnica, veio para a Plenária de novo
4825 foi uma luta enorme e nós conseguimos, temos o substituto da APROMAC, que
4826 era uma ONG que eu representava e nós criamos, conseguimos aprovar, foi
4827 um milagre porque depois nunca mais conseguimos repetir o feito de uma
4828 cláusula que criou um grupo de monitoramento permanente da implementação
4829 da Resolução. Porque essa Resolução é complexa, envolve o Ministério de
4830 Minas e Energia, autorizações da ANP, a legislação toda da ANP sobre
4831 rerrefino que vem desde a década de 80, quando o Conselho Nacional do
4832 Petróleo, lá no passado, decidiu que o Brasil precisava rerrefinar o seu óleo
4833 lubrificante por questões de soberania nacional, por questões de
4834 abastecimento no mercado, e até mesmo já havia um entendimento na época
4835 da questão ambiental. Então, o Brasil é um dos poucos países do mundo que
4836 têm um parque de rerrefino pronto já para implementar uma Resolução como
4837 esta, quer dizer, e diferente de lâmpadas, de eletroeletrônicos, nós já tínhamos
4838 um parque de rerrefino que é um ativo imobilizado enorme, caríssimo. Então,
4839 orgulhosos disso, nós trabalhamos com muita vontade nessa Resolução. E o
4840 grupo de monitoramento se tornou extremamente importante justamente por
4841 causa da confusão que se faz. A ANP só autoriza o empreendimento, a coleta
4842 e o rerrefino se o empreendimento tiver uma licença ambiental. E a licença

4843 ambiental também tem que estar o tempo todo o licenciador, de alguma forma
4844 não conseguirmos chegar lá ainda, conversando com a ANP, um banco de
4845 dados comum porque quando o órgão ambiental retirar a licença por algum
4846 motivo daquele empreendedor, a ANP deveria ser automaticamente informada
4847 porque daí a autorização deixa de ter sentido assim vice-versa. Então, o
4848 trabalho que o GMP vem fazendo é extremamente valioso até pelos números
4849 que foram mostrados, nós atribuímos, nós somos a ONG que participa desse
4850 grupo desde a sua criação, a APROMAC, embora eu esteja aqui representando
4851 a AMAR, porque nós temos trabalhado intensamente na busca de indicadores
4852 de metodologia, de implementação de Resolução porque não existem. Então,
4853 nós não temos esse acúmulo, nós aqui aprovamos as resoluções, elas são
4854 publicadas no Diário Oficial e tchau. E cada órgão ambiental faz o que pode e
4855 nós não sabemos o que cada um está fazendo. E a questão que a Resolução
4856 nova trouxe de 2005 foi uma série de proibições, por exemplo, não existe
4857 licenciamento, foi um engano da Zilda, não existem atividades licenciadas para
4858 óleo que não seja para o rerrefino. Então, ou é está ilegal ou está licenciada
4859 corretamente para o rerrefino. O óleo não pode ser enviado para qualquer outra
4860 atividade, a menos que existe uma exceção no art. 3º que até agora não pôde
4861 ser implementado porque o País tem parque de rerrefino. Então, está proibida
4862 a incineração do óleo, porque ele é um resíduo que pode ser totalmente
4863 recuperado, não-renovável, não faria nenhum sentido, não seria nenhum pouco
4864 inteligente que a Resolução permitisse incineração, como infelizmente que o
4865 Conama permitiu de pilhas, que tem um material precioso e que hoje poderia
4866 ser enviado para destruição térmica sem nenhuma capacidade de recuperação.
4867 Nós tivemos bastante sucesso, foi uma das poucas vitórias que nós tivemos
4868 aqui no Conama, que foi essa Resolução 362, vale à pena dar uma olhada
4869 nela. Eu queria lembrar também que nós já temos alguns dados interessantes
4870 sobre o que nós já fizemos ao longo desde o início de 2006, quando o GMP foi
4871 instalado, foram mais de 20 oficinas de trabalho de caráter local, regional e até
4872 nacional, prestigiando quase todos os Estados da Federação, com o apoio da
4873 indústria. Graças ao apoio da indústria, na época do MMA, que tinha um
4874 projeto que dava alguns recursos para o GMP, nós conseguimos fazer muitas
4875 coisas, inclusive em caráter voluntário. Foram mais de mil técnicos de órgãos
4876 ambientais capacitados, foram várias publicações orientativas, uma das quais
4877 com 50 mil exemplares distribuídos, dois vídeos contextuais, que nasceram dos
4878 trabalhos do GMP, em entrevista em rádio e na televisão na região de Brasília
4879 reportagem em cadeia nacional, levaram o tema da gestão do óleo lubrificado
4880 usado contaminado para muita gente. Então, o GMP é um grupo pioneiro
4881 deveria ser repetido na nossa opinião, ou melhor, o SISNAMA deveria ter o
4882 mecanismo de acompanhamento e monitoramento da implementação das
4883 resoluções. Eu acho que isso é um dos trabalhos primordiais do Ministério do
4884 Meio Ambiente que não é feito. E não pode ser feito porque não há
4885 mecanismos ou não há vontade política, mas de qualquer maneira, nós
4886 queremos lembrar isso, que nós nos antecipamos à Política Nacional de
4887 Resíduos Sólidos quando nós fizemos isso e que a maior parte do pessoal que
4888 está nesse grupo é trabalho voluntário. E acho que faltaram essas informações
4889 eu queria completar.

4890
4891

4892 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Ok. Obrigado,
4893 Conselheira, Miguel Scarcello, após o Miguel vamos ouvir o Carlos Bocuí, que
4894 se inscreveu, Márcio Freitas do Ibama e tem também o Daniel. Eu vou pedir
4895 que os Conselheiros tenham certa brevidade em função do esvaziamento do
4896 Plenário e também porque, eu, por exemplo, hoje evitei gastar óleo e vim de
4897 bicicleta e não quero ir muito tarde para casa de bicicleta, que é perigoso. Vai
4898 lá, Miguel.

4899

4900

4901 **O SR. MIGUEL SCARCELL (SOS AMAZÔNIA)** – Boa noite. Dra. Zilda, por
4902 favor, só para complementar o seu informe e eu não ter lido em detalhes a
4903 Resolução, pode ser lá que esteja isso bem esclarecido, eu queria saber quem
4904 é que habilita, alguém ou alguma empresa a recolher esse óleo para refino?
4905 Como se estabelece o mecanismo de controle para ter esses dados da cada
4906 Estado? E quanto representa, em percentual, aquele óleo que não usado, que
4907 não precisa ser coletado naquela lista que a senhora apresentou em relação ao
4908 total que vai para rejeito, do que foi produzido e do que foi colocado como
4909 reusado, que foi destinado como resíduo, daquele total, qual o percentual que
4910 significa daquela lista que a senhora apresentou que não precisa ser recolhido
4911 para tratamento?

4912

4913

4914 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Vamos ouvir os demais,
4915 aí se for necessário, a Zilda já esclarece a todos, Carlos Bocuí.

4916

4917

4918 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom, rapidamente,
4919 apesar de já ter perdido o meu voo, sobre a o trabalho que foi feito em relação
4920 aos óleos lubrificantes, eu acho que é um trabalho fantástico, foi conduzido
4921 pela Zuleica e pelo pessoal na época um 2005 e criou um mecanismo
4922 fundamental que é o monitoramento de como vão as resoluções no Conama, é
4923 o *follow up*, é a capacidade de nós aferirmos, o próprio SISNAMA quando ele
4924 implementa uma norma. Esse é um ponto que nós temos que discutir
4925 seriamente no Conama que nós temos várias resoluções que não são boas e
4926 nós não estamos monitorando os efeitos dessas resoluções. Em muitas
4927 situações, quando nós colocamos que para ter uma Resolução é importante
4928 que nós avaliemos a capacidade do SISNAMA de implementação, isso acaba
4929 não sendo considerado na própria Câmara Técnica como sendo alguma coisa
4930 que foge do escopo da proposta. Então, é tão importante monitorarmos como
4931 também consideramos a capacidade do Sistema Nacional da Meio Ambiente
4932 na medida em que fazemos propostas de implementação. Então, fica aqui o
4933 meu reconhecimento, ao trabalho da Zuleica no sentido de criar esse
4934 mecanismo, e esse mecanismo hoje estar funcionando e estar conseguindo
4935 monitorar e eu pergunto à Dra. Zilda, dentro da lógica reversa, como é que isso
4936 se coloca?

4937

4938

4939 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Boa noite a todos.
4940 Primeiramente eu queria dizer assim, um ponto que me chamou atenção aqui

4941 em tudo que foi dito no relatório é esse edital que foi lançado, que é louvável
4942 para chamar esse pessoal para fazer um acordo setorial para implementação
4943 da logística reversa para as embalagens plásticas, mas eu acho que poderia
4944 aproveitar também para um acordo deles, com eles também, para esses
4945 Estados que não bateram as metas estar tendo uma ação mais efetiva dentro
4946 desses Estados, principalmente que nós pegamos assim, Nordeste e também o
4947 Norte, vi que são vários Estados nessas regiões que não bateram a meta. Se
4948 há essa possibilidade de chamar também para uma logística reversa para eles
4949 trabalharem mais atentamente para essas regiões do País que não estão
4950 batendo a meta. Seria só isso, obrigado.

4951

4952

4953 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – A minha
4954 intenção em me inscrever aqui é só esclarecer algumas questões, quer dizer, o
4955 esclarecimento mesmo virá com a Zilda, lembrar um pouco o mecanismo
4956 porque o Ibama é responsável por esse controle. E como o Ibama faz o
4957 controle. E eu vou procurar, de certa forma, entender que o Dr. Bocuí está
4958 falando. Eu acho que é importante nós entendermos que a capacidade do
4959 SISNAMA é um processo dinâmico, ela também se move pela demanda.
4960 Então, nós, movidos pela demanda dentre outras dessa Resolução
4961 implementando no Cadastro Técnico Federal esse controle todo é feito em
4962 nível federal, não há o problema do controle estadual, porque o controle é feito
4963 através do Cadastro Técnico Federal, que tem abrangência nacional, que como
4964 foi dito aqui, vem melhorando essa sua abrangência nacional, lembrando que o
4965 cadastro é um instrumento da 6.938/81 e que vem sendo implementado ao
4966 longo dos anos e ultimamente, através de convênios com os Estados e,
4967 inclusive com repasse da TCFA, tem possibilitado um incremento significativo
4968 da notificação em relação ao cadastro. Importante nós entendermos que esse é
4969 um processo dinâmico, que vem melhorando paulatinamente. Dentro dessa
4970 melhora paulatina, eu lembro que através do cadastro, é possível acompanhar
4971 o licenciamento ambiental. Então, qualquer negativa de licença ambiental
4972 cassação de licença será registrada anualmente no cadastro a partir do
4973 relatório de atividade. Então, e essa informação está acessível, estará mais
4974 ainda agora com o convênio que nós estamos firmando com a ANP de troca de
4975 informações dentre as quais a primeira que será justamente fornecida à ANP é
4976 a situação de licenciamento. Então, respondendo também a outra questão que
4977 veio, como é que se o processo do controle, primeiro o órgão se licencia, no
4978 órgão estadual ambiental competente para isso, depois ele obtém da ANP a
4979 autorização para refinar o óleo, que foi o pergunta que o colega tinha feito.
4980 Todo esse elo da cadeia é cadastrado no Cadastro Técnico Federal numa
4981 categoria específica dessa função. Então, essas nuances que foram colocadas
4982 aqui se já não estão atendidas, estão em vias de serem atendidas por força da
4983 melhoria justamente dos instrumentos que nós temos decorrente da exigência
4984 do Conama. Então, não vamos imaginar e aí e eu me senti provocado porque
4985 eu fiz essa defesa na Câmara Técnica de Qualidade, não vamos imaginar o
4986 SISNAMA como um ente estático. Ele é um ente dinâmico, ele responde a
4987 capacidade dos órgãos componentes do SISNAMA corresponde ao anseio da
4988 sociedade que vem manifesta de diversas formas, dentre elas, Resoluções do
4989 Conama. Era isso obrigado.

4990
4991
4992
4993
4994

O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA) – Zilda, por favor.

4995 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) –** É começando pela fala da
4996 Zuleica, que talvez não tenha entendido muito bem o que eu falei. Eu falei que
4997 as outras destinações eram previstas na Resolução. Eu falei que elas eram
4998 identificadas como destinações que não eram rerrefino. Eu não quis dizer em
4999 momento algum que elas autorizadas. Não foi isso que eu falei. Outra coisa
5000 que eu falo é que eu agradeço as informações que a Zuleica faz parte do GMP
5001 desde a criação dele até bem antes de eu ser a coordenadora desse grupo
5002 mas o relatório nós procuramos cumprir o atingimento daquilo que foi feito no
5003 ano em que nós temos que vim para dar, por isso eu abri mão de fazer um
5004 histórico do relatório do GMP. O relatório é atingimento das metas daquela
5005 portaria interministerial que temos. O Ministério do Meio Ambiente e Ministério
5006 das Minas e Energia. Não é um relatório de prestação de contas do trabalho do
5007 GMP, ele é um relatório claro no art. 9º. Então, eu me preocupei em fazer
5008 aquilo que a Resolução me pede para fazer. Miguel, Márcio já respondeu uma
5009 parte, a respeito do licenciamento, o dispensado, no ano de 2010 representou
5010 menos de 20% do total. Se imaginar, pneus, que é um assunto que eu também
5011 lido há muitos anos, um pneu perde, ao longo da sua vida útil
5012 aproximadamente 30% do seu peso, ele perde pelo desgaste natural. O
5013 dispensado é até um número bastante razoável se falando em um processo de
5014 uso de determinado produto. Se você quiser alguma informação adicional
5015 depois também como se daqui é só um informe, eu me coloco também à
5016 disposição no meu email institucional para um detalhe maior. O Bocuí
5017 perguntou pelo grupo de monitoramento e a logística reversa, e eu vou juntar a
5018 pergunta dele com a do Daniel. Rapidamente tentar explicar o seguinte, o
5019 Silvano falou hoje de manhã sobre a política no ano passado, quando
5020 Ministério de Meio Ambiente começou a trabalhar no cumprimento do art. 30, a
5021 33 a Lei 12.305, que trata da Política de Resíduos Sólidos, especificamente
5022 sobre a responsabilidade compartilhada e a logística reversa, propôs que até
5023 para não ser incoerente com o trabalho de anos desde que este Conselho
5024 começou a discutir a Política Nacional de Resíduos Sólidos lá em 96 eu tenho
5025 a grata satisfação de acompanhar esse processo desde essa data. Desde
5026 daquela época, o Ministério do Meio Ambiente propôs ao Comitê orientador da
5027 logística reversa que deixasse para um segundo momento a revisão daquelas
5028 cadeias que já tinham algum tipo de regulamento, quais sejam, embalagens de
5029 agrotóxicos que existe um Decreto que regulamenta isso, e as três Resoluções
5030 do Conama que tratam do assunto. Óleos lubrificantes, usados ou
5031 contaminados, pneus, pilhas e baterias, isso ficaria para um segundo momento.
5032 Então, as embalagens plásticas de óleo que eu falei quando eu fiz a
5033 apresentação do informe que está em vias de ser colocada em Consulta
5034 Pública a proposta de acordo setorial, a proposta de acordo setorial, Daniel, é
5035 nacional. Eu não posso chamar os Estados a fazerem parte dela. Eu tenho
5036 representantes da ANAMMA, da Abema, dos municípios, do Estado, mas ela é
5037 uma proposta nacional. Ela chama principalmente fabricantes, importadores
5038 distribuidores, comerciante, tem representantes de entidades do consumidor,

5039 do IDEC e tem também representantes das prefeituras principalmente porque
5040 há uma responsabilidade de uma eventual coleta, desde que remunerada, aos
5041 titulares de serviço de limpeza pública. Então, não é. Se cada Estado sentir
5042 necessidade de depois esse acordo setorial nacional ser publicado de ter o seu
5043 acordo específico no âmbito daquele Estado, ele o faça congregando com os
5044 envolvidos e assim, mas não é uma coisa não tem nada a ver com outra. Essa
5045 logística já está em andamento há muitos anos, mas não, quer dizer que seja
5046 dessa forma. Eu não chamo os Estados para fazer o acordo construindo nós
5047 estamos construindo no âmbito do Comitê orientador do quorum, um acordo
5048 setorial nacional para que a União seja coberta conforme preconiza o artigo 33.
5049 Quanto ao grupo de monitoramento permanente, eu queria fazer um último
5050 comentário, a ideia do grupo é extremamente positiva, porém assim eu estou à
5051 frente deste assunto pelo Ministério há quatro anos e estou na coordenação há
5052 somente dois, eu tive uma intercorrência de saúde, tive que me afastar por um
5053 tempo. Desde ano passado, que teu notado é que por esses numéricos ainda
5054 que eu mostrei, é que nós precisamos ter uma estratégia, conforme eu falei na
5055 minha apresentação de envolvimento maior dos órgãos licenciadores. Isso nós
5056 temos visto nas oficinas também. Então, assim, não adianta é ter um grupo de
5057 monitoramento aqui que identifique as lacunas da implementação da
5058 Resolução se o que eu preciso realmente é controle e fiscalização lá na ponta.
5059 Então, assim nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente se propôs, nós
5060 estamos tentando contratar alguma consultoria que avalie o trabalho do GMP e
5061 o trabalho recebo dos órgãos porque o grupo de monitoramento permanente
5062 não pode e nem deve nunca substituir a tarefa do órgão competente do
5063 SISNAMA. E nem é esse o papel dele. Às vezes, uma um conflito aí do que faz
5064 o grupo de monitoramento permanente. Ele deve ser um *lócus* de discussão
5065 dos gargalos, mas ele não pode, em momento algum mandar a ANP fiscalizar
5066 mandar o Ibama fazer controle, mandar o órgão ambiental lá do Piauí que não
5067 cumpriu a meta, correr atrás de posto de combustíveis, ele pode indicar por
5068 meio do Ministério do Meio Ambiente, a quem tem a coordenação. Então,
5069 assim, eu acho que nós estamos em uma nova fase a Resolução, terceiro ciclo
5070 dela, nós já tivemos 09 e isso seria um segundo ciclo dentro dessa própria
5071 Resolução, da 362 exatamente para localizar um pouco mais as ações.
5072 Particularizar pouco mais as ações. Nós já vimos que em termo de Brasil os
5073 números vêm sendo atingido e o trabalho vem sendo positivo. Nessa
5074 particularização é que nós podemos ver se realmente é um grupo com esses
5075 modos, que é o *lócus* mais adequado ou seria outra forma de capacitação ou
5076 de orientação, é um desafio para todas as resoluções que passam pelo
5077 licenciamento ambiental. Porque cada Estado age da uma forma e nem
5078 Ministério nem diferentemente de outras áreas, nem o Ibama são mandatórios
5079 para dizer o Estado, nós termos as normas do Conama que indicam como O
5080 licenciamento tem que ser feito, mas eu não posso obrigar o Estado a fazer
5081 uma coisa que ele, naquele momento ou no município dentro dos seus
5082 procedimento de licenciamento ambiental assim não o faz. O nosso poder
5083 nesse assunto não é fiscalizatório. Então, é só para fazer essa ressalva.

5084
5085

5086 **A SR^a. ZULEICA NYCZ (AMAR)** - Em nenhum momento o GMP faz isso. Ele
5087 não dá ordens e nem nada. Na verdade, nós estamos até nesse momento

5088 revisando o Regimento Interno contra a vontade da APROMAC que achou que
5089 nós temos urgências maiores, que é aumentar o volume de coleta no Brasil. O
5090 objetivo da Resolução é fazer com que todo óleo lubrificante usado ou
5091 contaminado, seja recolhido e levado corretamente para o local certo seguro.
5092 Porque é um resíduo perigoso, não precisa nem dizer extremamente perigoso.
5093 É perigoso e ponto. Não precisa dizer altamente tóxico. Basta você dizer que é
5094 um resíduo tóxico e você já sabe que você tem que tomar cuidado. O trabalho
5095 o GMP passo tem sido, junto com as entidades que fazem parte, o SINDCOM,
5096 é um grande acordo setorial muito mais amplo do que talvez até venha vir pela
5097 Política Nacional de Resíduos Sólidos porque tem ONGs, têm Abema tem
5098 ANAMMA, tem ANP, o Ministério do Meio Ambiente, Minas e Energia etc. o que
5099 está faltando para o GMP é justamente aquilo que eu comentei agora há
5100 pouco. Falta nós conseguirmos desenvolver uma metodologia mais adequada
5101 para nós continuarmos avançando e ela demanda muito recurso, é caro, é
5102 muito caro. O Brasil é muito grande e cada órgão ambiental estadual faz uma
5103 interpretação da Resolução de diferente ou então não quer ou não tem
5104 condições de implementá-la porque eles não têm licenciamentos antigos ainda.
5105 Eles têm entendimento lá do tempo da 09. Então, é muito difícil você fazer com
5106 que eles sejam capacitados eu entendo e compreendo o que está escrito na
5107 Resolução, como deve implementar o papel da ANP e como deve ser feito a
5108 fiscalização. Então, o papel do GMP tem sido as oficinas de capacitação, às
5109 vezes nós recebemos denúncias, uma entidade recebe alguma denúncia.
5110 Então, nós encaminhamos para o nosso colega do Ibama ou que está no grupo
5111 para tomar conhecimento e tomar as providências porque, na verdade, não é
5112 que órgão ambiental não queira, nós não possamos obrigá-lo, quem obrigada é
5113 a Resolução. A Resolução é para todos. Ele não é assim só para mim ou só
5114 para Paraná ou só para o Ibama. Ela é para todos. O nosso papel é informá-los
5115 que existe essa Resolução e que ela deve ser cumprida. Então, eu pediria,
5116 outra coisa, é que nós estamos com muita dificuldade de apoio do MMA e nós
5117 vamos até encaminhar uma carta para o Secretário-Executivo, que não está
5118 aqui porque a minha ideia era solicitar que desse apoio para o GMP continuar
5119 funcionando porque as reclamações a respeito de falta de recurso para pagar
5120 ou duas ou três passagem aéreas tem inviabilizado as nossas reuniões que a
5121 Resolução diz que são quatro por ano. Então, às vezes, a falta de recursos
5122 para uma passagem inviabiliza um grupo dessa importância. Então, nós
5123 precisamos mais de apoio político, um pouco mais de entendimento da
5124 importância desse grupo como exemplo para experiências futuras. (*Palmas!*)

5125

5126

5127 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Obrigado. Eu quero
5128 passar a palavra à diretora do departamento de apoio ao Conama, que vai
5129 fazer um aviso e o encerramento desta Plenária. Muito obrigado a todos pela
5130 colaboração. E o informe do Serviço Florestal Brasileiro, o diretor-geral do
5131 Serviço Florestal, Antônio Humell, pediu que nós prorrogássemos para a
5132 próxima reunião esse informe em função de um problema de agenda que
5133 impediu que ele ficasse aqui até agora.

5134

5135

5136 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Uma
5137 pequena lembrança aos Conselheiros cujas passagens são custeados pelo
5138 Ministério do Meio Ambiente que queiram remarcar os seus vôos, que façam
5139 um email para os nossos servidores de departamento do Conama, Lucas ou
5140 Alvanite registrando isso. E aí nós fazemos remarcação sem problema. Acho
5141 que é só encerrar a Plenária e agradecendo a todos, muito obrigado o dia hoje
5142 foi longo e produtivo.